UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI RODRIGO DE BENEDICTIS DELPHINO

TURISMO E PATRIMÔNIO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO / SP

São Paulo 2009

RODRIGO DE BENEDICTIS DELPHINO

TURISMO E PATRIMÔNIO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO / SP

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Hospitalidade, área de concentração em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Sênia Regina Bastos.

São Paulo 2009

RODRIGO DE BENEDICTIS DELPHINO

TURISMO E PATRIMÔNIO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO / SP

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Hospitalidade, área de concentração em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Sênia Regina Bastos.

Aprovado em março de 2009.

Profa. Dra. Sênia Bastos

Profa. Dra. Sheila Schvarzman

Profa. Dra Dóris Ruschmann

DEDICATÓRIA

Este trabalho teria sido muito mais difícil se eu não tivesse tido o apoio da minha futura esposa Simone Mendes, presente em todos os momentos e em todas as minhas viagens para o município de São Sebastião.

AGRADECIMENTOS

A meus pais Sebastião e Fátima que sempre me incentivaram a estudar, mesmo quando eu achava a tarefa muito árdua, mas que nunca desistiram de me ajudar.

A meus irmãos, cunhadas e cunhado pelo suporte nas horas difíceis e de desespero, a meus sobrinhos Felipe e Laura e especialmente a meu filho João Victor por trazerem tanta alegria e inspiração na minha vida e no meu trabalho.

Aos grandes amigos que o mestrado me proporcionou, DÊMILI FABIANO SIMEÃO, HUBERT KRAUSE, NILTON PECCIOLI, ROSELI RUGAI E LEANDRO FERNANDEZ que me ajudaram na vida acadêmica, profissional e pessoal e que com certeza jamais sairão do meu coração.

Aos professores do mestrado, Ada Dencker, Maria do Rosário, Marielys Siqueira, Hilário Pelizzer e Sênia Bastos pelas valiosas contribuições dadas em aulas.

Em especial a minha orientadora SÊNIA BASTOS que teve paciência e sabedoria para me guiar por momentos difíceis e que nunca deixou que eu desanimasse.

[...] é importante promover as condições de vida que nos permitem fazer do mundo uma casa para todos os seres do mundo sem exclusões [...].

O mundo deve ser transformado num lugar mais humano, num lugar de hospitalidade (BAPTISTA, 2002, p.163)

RESUMO

Esta pesquisa, realizada no município de São Sebastião, litoral norte do Estado de São Paulo teve como objetivo estudar o patrimônio cultural e natural da região, bem como a sua conservação e deterioração, pressionados principalmente por seu porto que, ao logo dos anos vem ganhando maior importância econômica, pela presença da Petrobrás cujas atividades se encontram em grande expansão, e, também, pelo aumento do Turismo desenvolvido especialmente nas praias mais distantes do centro do município. A região vem sofrendo com o crescimento desordenado, causado por um planejamento deficiente, que tem afetando a comunidade e gerando conflitos nas relações locais. Nesse sentido, destaca-se que o corpus da pesquisa foi construído por conveniência, a partir da indicação do primeiro depoente. Para este trabalho foi adotado o tipo de abordagem qualitativa, baseado nos depoimentos de quatro entrevistados, dois moradores e dois turistas de segunda residência, os quais testemunharam essas transformações ao longo dos anos, visto que se busca apreender o comportamento e atitudes dos antigos moradores no trato com o patrimônio cultural e ou natural do município de São Sebastião, bem como o valor que se atribui a esses bens. O resultado da pesquisa foi a constatação de que em alguns locais, o patrimônio natural e cultural estão em avançado estado de deterioração e faltam propostas efetivas de preservação desse legado.

Palavras chaves: Turismo. Patrimônio Cultural. Patrimônio Natural. Desenvolvimento Local. São Sebastião/SP.

ABSTRACT

This research, conducted in the municipality of São Sebastião, northern coast of São Paulo State aimed to explore how the local cultural and natural heritage is being pressed for the preservation and conservation by the Port of São Sebastião, which is more economical in exports of the State of São Paulo, together with the presence of Petrobrás whose activities are in full expansion and the growth of tourism development especially in more remote beaches of city center. The region is suffering with disordered growth caused by poor planning, which has destroyed sites belonging to the community and is causing conflict in local relations. In this sense, the corpus of the research was built for convenience, from indication of the first deponent. Adopted for this work was the type of qualitative approach, based on the testimony of four respondents, two residents and two second-home tourists who witnessed the changes over the years, as it seeks to identify the behavior and attitudes of older residents in dealing with natural or cultural heritage and the city of San Sebastian and the value that attaches to such property. The result of the research was the finding that in some places, the natural and cultural heritage are in an advanced state of deterioration and lack of effective proposals that preserve legacy

Key-words: Tourism. Cultural Heritage. Natural Heritage. Local Development. São Sebastião/SP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL DO M	MUNICÍPIO27
1.1 A CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO.	27
1.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL	32
1.3 O PATRIMÔNIO CULTURAL TANGÍVEL	
A ocupação territorial	
A perda do patrimônio cultural	
A memória local	
1.4 O PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL	53
CAPÍTULO 2 – O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O PATRIMÔNIO NATURAL	69
2.1 A GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO	69
O destino do lixo	
2.2 Os condomínios	
2.3 O PORTO E A ATIVIDADE ECONÔMICA	79
2.4 A Petrobrás	82
CAPÍTULO 3 - A ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO	88
3.1 A ATIVIDADE TURÍSTICA	88
Segmentos turísticos locais	90
Os navios	94
Turismo e empregabilidade	96
3.2 AS PRAIAS E A COMUNIDADE	
O Turismo e a economia	
O desmanche da paisagem	
3.3 TURISMO E SUSTENTABILIDADE	
Turismo e identidade	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
BIBLIOGRAFIA	123
APÊNDICE	124
ANEXO I	138

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capitania de São Vicente – 1631	28
Figura 2	Mapa do Litoral Norte	31
Figura 3	Mapa de praias e atrações turísticas de São Sebastião	32
Figura 4	Mapa do centro histórico com indicação dos lotes com	37
	edificações tombadas pelo CONDEPHAAT	
Figura 5	Localização das sete quadras tombadas e tanques da	38
	Petrobrás	
Figura 6	Casa Esperança	39
Figura 7	Igreja Matriz	39
Figura 8	Casa de Câmara e Cadeia	40
Figura 9	Capela São Gonçalo	41
Figura 10	Casarão tombado e entorno modificado	45
Figura 11	Casarão tombado e entorno modificado	45
Figura 12	Faixa com anúncio de Arraial Caiçara	62
Figura 13	Canhões na praça	64
Figura 14	Alamedas históricas	65
Figura 15	Alamedas históricas	65
Figura 16	Congada	65
Figura 17	Localização das praias	72
Figura 18	Condomínio a beira mar	77
Figura 19	Mapa da vista aérea da cidade	82
Figura 20	Caranguejo e lixo	85
Figura 21	Depósito de pontos de ônibus no mangue	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distância dos bairros em relação ao centro de São Sebastião	7 0
Quadro 2	Relação de municípios abrangidos pelo tombamento da Serra do Mar.	71

LISTA DE SIGLAS

CEBIMAR – Centro de Biologia Marinha

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CDSS – Companhia Docas de São Sebastião

CONDEPHAAT - Conselho De Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e

Turístico do Estado de São

CNP - Conselho Nacional do Petróleo

CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

ICOMOS – Conselho Internacional de monumentos e sítios

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMT - Organização Mundial de Turismo

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A

PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Intangível

RESEX – Reserva Extrativistas

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTUR – Secretaria de Cultura e Turismo

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TEBAR – Terminal Marítimo Almirante Barroso

TRANSPETRO – Petrobras Transporte S/A

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

USP – Universidade de São Paulo

UTG – Unidade de Tratamento de Gás

Introdução

O município de São Sebastião é reduto de várias praias que se assemelham em qualidade as praias do litoral nordestino brasileiro, sendo responsável pelo deslumbramento de turistas interessados na flora da região. Seus encantos não se restringem às praias, pois vários empreendimentos turísticos situam-se dentro de áreas de mata atlântica possibilitando o contato com a natureza.

A cidade não depende apenas do Turismo para sobreviver, pois tem um porto com um grande diferencial, o seu grande calado (profundidade para os navios passarem), que permite a passagem e atracação de grandes navios, favorecendo sua utilização para exportação e desafogando o Porto de Santos.

Para isso, o referencial teórico de suporte deste trabalho baseia-se, entre outros, nos autores Scocuglia (2004), Bastos (2004), Funari e Pinsky (2005), Monnet (1996), Menezes (1996), Canclini (1999) e Luchiari (2002).

Alguns destes autores, como, por exemplo, Scocuglia (2004), Bastos (2004) e Menezes (1996) retratam o patrimônio cultural e sua relação com a comunidade local, investindo na inclusão, ou seja, em aproximar o morador do patrimônio, pois só por meio do uso é que será possível despertar algum sentimento de preservação desse legado histórico.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, o conceito de patrimônio subdivide-se em patrimônio natural, ou seja, o meio ambiente e patrimônio cultural. Por sua vez, o patrimônio cultural é tratado didaticamente por sua natureza tangível, que são os bens edificados como monumentos arquitetônicos (edificações) e obras de arte (esculturas) e patrimônio cultural intangível que são as festas, o artesanato, as danças típicas, as lendas. Bastos (2004) afirma que o conceito de patrimônio ainda é recente, muitos autores têm diferentes definições, como por exemplo, Rodrigues (2005) que traz o conceito de que a palavra patrimônio indica uma escolha oficial, o que envolve exclusões do que não é oficial. Mas todos concordam da necessidade da interação com a comunidade, é preciso fugir do conceito de patrimônio recuperado e fechado, sem uso, ou só para as elites. Scocuglia (2004) fala que é essencial a revitalização do centro histórico de uma cidade, desde que essa transformação seja aliada à prática do consumo e com

isso possa trazer a população para esse espaço, seja por meio de shows típicos, danças, concursos de fotografias, etc.

É necessário buscar a valorização da identidade cultural, pois esta permitirá que se intensifique o sentimento de pertencimento à comunidade, pois se o patrimônio for desvalorizado e deixado de lado, mostrar-se-á claramente a dependência cultural local (BASTOS, 2004). É preciso evitar a importação de culturas e reconhecer a do município, valorizando a cultura de comunidades tradicionais.

A própria Carta de Veneza (1964) já tratava dessa questão e da importância de trazer a comunidade para o patrimônio. O problema maior que dificulta esse processo de preservação e aproximação da comunidade é que muito do que é preservado remete às elites da localidade não tendo respaldo junto aos moradores locais, que não se reconhecem naquele bem. Rodrigues (2005) reforça essa tese ao afirmar que os pobres não eram considerados como construtores de cultura, portanto não tendo direito a indicar algum bem para preservação.

Rodrigues (2005, p. 17) ainda demonstra que:

Essa situação prolongou-se até a década de 1980, quando, no conjunto dos movimentos sociais que buscavam a democratização do país e o efetivo exercício dos direitos de cidadania, segmentos sociais e étnicos começaram a ter reconhecidos seus papéis de construtores da sociedade, da história e da cultura brasileira.

Essa reconciliação do passado com a população deve ser feita em conjunto com os turistas, mas evitando que estes sejam priorizados. O turista é importante, pois traz recursos essenciais para a manutenção desse legado.

O patrimônio deve ser visitado pelo turista, mas não apenas como lazer e sim como fonte de reflexão e memória. A interação entre visitantes e visitados é importante não só para a fruição do passeio como também para o crescimento do cidadão turista (FUNARI; PINSKY, 2005, p. 10-11).

Bastos (2004, p. 81) mostra que:

O programa de exploração turística deve contemplar ações que possibilitem aos moradores descobrir, tomar consciência e valorizar suas próprias riquezas, materiais ou imateriais. O ato de hospitalidade cristaliza-se no movimento de preservação e melhoria dos bens.

Por meio da preservação e da manutenção da cultura da localidade será possível melhorar a oferta da hospitalidade nas relações entre visitantes e visitados. Para Barretto (2004, p. 137) "a relação entre população e turistas apresenta graus de conflito baseados em experiências anteriores com o Turismo." Ainda segundo Barretto (2004) no Turismo é possível perceber problemas históricos que acompanham a humanidade, como o colonialismo

cultural, ou a importação da cultura que o turista traz e que muitas vezes acaba por sufocar a cultura local.

O Turismo é capaz de erradicar a cultura local de uma cidade turística ao impor a sua cultura importada como a ideal, sem se importar que a memória daquela localidade esteja sendo apagada, esvaziada.

Para Grinover (2006, p. 28) "a hospitalidade é um modo de viver juntos, regidos por regras, ritos e leis" e para que aconteça a hospitalidade, é necessária essa manutenção da cultura local, é uma maneira de valorizar a população, seu passado, sua memória e ao mesmo tempo ampliar a hospitalidade na localidade.

Para Monnet (1996) não respeitar o patrimônio é considerado como indicador de uma sociedade que perde suas referências, sua alma, ou seja, a população não se identifica mais com o lugar modificado e incorporado de acordo com as transformações que o Turismo proporciona tanto na paisagem, quanto no modo de vida local.

Rodrigues (2005, p.18) fala que "a memória é uma forma de os indivíduos e as sociedades recomporem a relação entre o passado e o presente. [...] através da nostalgia nos traga de volta sensações já vividas." Esse colonialismo, se não for combatido pode acabar com a memória e a identidade de uma cidade ou de uma comunidade, fazendo com que o morador não se reconheça mais na localidade.

Segundo Meneses (1996, p.5):

Sem a cultura não há produção e reprodução da sociedade. A cultura não nasce com o seu humano, decorre de ação social e para isso necessitam de mecanismos de identificação, enculturação e aceitação.

Por isso a preservação do patrimônio, seja ele tangível ou intangível, é de suma importância para uma cidade ou região, é preciso evitar que o morador fique sem referências culturais e patrimoniais, ou seja, sem passado, sem memória.

Lovisolo (1989, p. 16) afirma que:

A perda da memória proporciona o desenraizamento das origens e do pertencimento [...] a memória histórica é primordial para o sentimento local, sendo constitutiva das lutas contra a opressão...

Por meio da constituição de 1988, o Governo Federal regulamentou a proteção do patrimônio cultural intangível que visa protegê-lo através do registro em livros temáticos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Esse registro é importante para a preservação e manutenção para gerações futuras de técnicas de artesanato, de danças típicas, de festas e festivais tradicionais, assim como a

culinária local, ou seja, como uma maneira de preservar a cultura de uma localidade, pois em cidades com comunidades tradicionais é importante a questão da preservação do patrimônio cultural intangível.

Gonçalves (1988, p. 266) define o patrimônio cultural como "uma coleção de objetos móveis e imóveis, através do qual é definida a identidade das pessoas e ou grupos étnicos." A nação, ou mesmo uma cidade define sua identidade através da posse de seu patrimônio cultural ou sua cultura, (HANDLER, 1987 apud GONÇALVES, 1988). Sem a preservação do patrimônio cultural, uma cidade está fadada a perder suas raízes, sua identidade e ser obrigada a ver a cultura de outra localidade se enraizando. Essa acaba por ser a lógica do Turismo, que se apropria dos espaços e conseqüentemente da cultura local.

Para Rodriguez (2005, p. 18) "todo lugar é histórico e se produz a partir de preceitos culturais, fazendo com que a paisagem apresente a adição de diferentes momentos da evolução social" e por que não dizer turística.

Pensando no Turismo e na preservação do patrimônio, é preciso otimizar o uso e as visitações, tendo como meta evitar o seu desgaste prematuro, seja do Patrimônio Cultural ou Natural.

Com relação ao patrimônio natural é primordial que uma cidade ou região tenha em mente o significado de capacidade de carga, ou seja, o número máximo de visitantes por dia, mês ou ano que uma área pode suportar.

De acordo com Ruschmann (1997, p. 164):

A capacidade de carga de uma comunidade receptora está defasada quando os moradores já não aceitarem os turistas, pois acreditam que estes destroem o meio natural, sua cultura e impedem seu acesso a determinados locais.

O Turismo é importante para uma cidade, pode proporcionar um aumento de renda e de empregos, mas a questão dos impactos ambientais deve ser levada a sério, a capacidade de carga citada por Ruschmann (1997) reflete a preocupação de uma localidade turística receber uma quantidade de turistas que não cause impactos acentuados na cidade.

A transformação de uma localidade pode se dar através da paisagem construída pelo homem, [...] a partir da pavimentação de uma rodovia, o Turismo se impõe como gerador de mudanças, sejam econômicas, culturais ou naturais (LUCHIARI, 2002, p.138).

A atividade turística consegue transformar radicalmente não só as relações sociais, como também a paisagem natural e urbana de uma cidade, e é isso que acaba causando problemas na relação entre visitantes e visitados.

A apropriação dos espaços deve ser harmoniosa para evitar a exclusão da população local, que tem histórias, memórias e principalmente vivem e tiram seu sustento daquele lugar.

A atividade turística não pode ser um vetor de exclusão da população local [...] os lugares que hoje são considerados atrativos são também lugares de lazer da população local e foram apropriados pelos agentes do Turismo e com isso passam a ter novos significados na cidade (BORGES; SANTOS, 2006, p. 17).

De acordo com Canclini (1999, p. 19) "o patrimônio vira espaço para uma disputa econômica, política e simbólica entre o setor privado, o poder público e a população local," onde quase sempre a lógica capitalista fala mais alto, com a apropriação dos lugares que os transforma para uso turístico em detrimento da população enfraquecida nessa disputa de poder com o aval ou submissão do poder público.

Essa tendência leva a uma exploração imobiliária indiscriminada em detrimento dos bens naturais e históricos e de interesses majoritários (CANCLINI, 1999).

O Turismo traz o desenvolvimento do setor imobiliário, mas não deveria causar problemas para a população local, ou seja, podendo ser confinado em espaços pré-definidos, limitando sua expansão indiscriminada que pode levar ao esgotamento de bens naturais e conseqüentemente causar uma crise ainda maior no modo de vida da população local, que muitas vezes depende do meio natural para tirar o seu sustento.

Para preservar adequadamente tanto o patrimônio cultural quanto natural é importante trabalhar a inclusão social, assim como a transformação adequada do entorno. Não adianta preservar um bem histórico se em sua volta os outros imóveis estão descaracterizados.

Segundo a turista Marize Gouveia¹: "[...] *acho que as lojas poderiam se adaptar mais* à arquitetura da cidade." Para Scocuglia (2004) é preciso haver fiscalização e harmonia entre o patrimônio cultural e seu entorno. Isso significa que não basta preservar alguns edifícios, é preciso impedir a descaracterização dos bens que ficam à sua volta, resguardando assim o equilíbrio do conjunto arquitetônico, e evitando o desmate e a construção de condomínios em áreas muito grande, afetando o equilíbrio ecológico local.

Este trabalho foi idealizado após a percepção da importância da preservação do patrimônio cultural seja tangível, seja intangível e do patrimônio natural. A freqüência ao litoral norte nos últimos trinta anos permitiu acompanhar as transformações na paisagem, principalmente dos municípios de São Sebastião e Caraguatatuba.

_

¹ Para identificar os depoimentos dos entrevistados adotou-se recurso itálico visando distingui-los de citações de documentos e estudos acadêmicos.

Foram realizadas várias viagens ao município de São Sebastião a fim de coletar dados que embasassem esta pesquisa e em uma delas por meio da indicação da Secretaria de Turismo local, ocorreu um primeiro contato com um morador que foi uma das principais fonte de informações locais, o senhor Edivaldo Nascimento.

Na pesquisa qualitativa obtêm-se dados relevantes e convenientes daqueles que pela experiência e vivência local constituem sujeitos em potencial para tratarem do tema do patrimônio, por meio da realização de entrevistas.

Buscou-se a produção de fontes orais, baseando-se no depoimento de quatro informantes. Foram realizadas três entrevistas com o primeiro entrevistado, o senhor Edivaldo Nascimento, antigo morador, conhecido na cidade como uma referência da memória de São Sebastião e testemunha das mudanças que a cidade experimentou como a degradação da maior parte do patrimônio cultural para a construção de prédios comerciais ou residenciais com a anuência do poder público local, destaca-se o registro sistemático por ele realizado acerca da alteração dessa paisagem, por meio da fotografia.

Segundo Urry (2001, p. 190):

As imagens fotográficas organizam nossas expectativas sobre os lugares que poderíamos contemplar, assim como são através dessas imagens que moldamos nossas recordações.

Com a moradora e comerciante da cidade, a senhora Potira Augusto, foram feitas duas entrevistas; com o senhor Henrique Kottek, turista de segunda residência, que freqüenta a região há vinte e oito anos foi realizada uma entrevista, assim como com a senhora Marize Gouveia, também turista, freqüentadora antiga da região.

Foi discutido com os entrevistados a questão da preservação do patrimônio cultural tangível (os casarões) e o patrimônio cultural intangível (artesanato, festas típicas e tradicionais) relacionando-os com o Turismo, o porto e a Petrobrás. Dentro do patrimônio intangível, também foi discutida a questão de festas que se perderam na história em decorrência da falta de vontade de mantê-las vivas seja pela população seja pela prefeitura local e a igreja católica, já que muitas dessas festas tradicionais são de caráter religioso.

As entrevistas totalizaram quase sete horas de conversa, com perguntas semiestruturadas, buscando não interromper os entrevistados. Segundo Gaskell (2002) entrevistas individuais semi-estruturadas correspondem ao o tipo de entrevista em profundidade, cujos aspectos iniciais fundamentam-se na preparação, planejamento e seleção dos entrevistados.

De acordo com Alberti (2004, p. 55):

Aquele que, por sua percepção aguda de sua própria experiência, ou pela importância das funções que exerceu, pode oferecer mais do que o simples relato de acontecimentos, estendendo-se sobre impressões de época, comportamento de pessoas ou grupos, funcionamento de instituições e, num sentido mais abstrato, sobre dogmas, conflitos, formas de cooperação e solidariedade grupal, de transação, situações de impacto etc. Tais relatos transcendem o âmbito da experiência individual, e expressam a cultura de um povo, país ou Nação, chegando, a partir de categorias cada vez mais abrangentes – por que não? – ao denominador comum à espécie humana.

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até na nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo.

Embora a duração das quatro entrevistas tenha sido demorada, em nenhum momento notou-se algum tipo de aborrecimento por parte dos entrevistados. Com relação ao primeiro entrevistado, por ser o responsável por um museu local que está na maior parte do tempo vazio, foi possível perceber a sua alegria e orgulho em poder contar suas memórias para alguém que ainda estava tendo a preocupação em gravá-las. O entrevistado pediu uma cópia das entrevistas para guardá-las, visando perpetuar seu conhecimento e deixá-lo como legado, seja, para a cidade seja para seus descendentes.

Durante as entrevistas o pesquisador procurou fazer perguntas embasadas em matérias jornalísticas locais e regionais para poder confirmar se a opinião local retratada nesses veículos de comunicação se confirmava.

Foi decidido fazer essas entrevistas, baseado em informações conflitantes na Secretaria de Turismo e nos órgãos de proteção ao patrimônio histórico, que retratam uma realidade diferente da vivenciada pelos moradores e turistas e a observada pelo pesquisador.

Para Dencker (1998, p. 139) "a entrevista deverá ser realizada sempre que o pesquisador constatar que não há outras fontes mais seguras para fornecer a informação".

A idéia de fazer uma pesquisa baseada em depoimentos apóia-se na definição de Luyten (1992, p. 20) que afirma que "as manifestações populares acontecem em sua grande maioria de forma oral." Isso significa que muitas pessoas, principalmente quem mora no centro do município, tem histórias reais muitas vezes sem registros históricos oficiais e que tem condições de enriquecer qualquer trabalho que estiver retratando a questão do patrimônio cultural.

Na literatura popular, existem fundamentalmente dois aspectos: a poesia e a prosa. A poesia trata da fixação de idéias, relatos e pode ser cantada [...] o

que facilita o reconhecimento público. A prosa engloba contos e lendas de um lado e teatro do outro (LUYTEN, 1992, p.21).

Dentro do teatro popular podemos falar do bumba-meu-boi que é um exemplo de manifestação oral que permanece até os dias de hoje. Muitas vezes a população pode não ser instruída, ter estudos, mas consegue perpetuar uma história por meio da oralidade, contando para seus descendentes aspectos importantes de sua vivência cotidiana.

Ainda segundo Luyten (1988, p.12):

Num país de grande percentual de população analfabeta e baixo acesso a mensagens escritas, a comunicação oral é de vital importância. É por isso que as rádios e TVs têm tanta audiência em detrimento dos livros e jornais.

Para essa população a única maneira de perpetuar seu conhecimento é contando suas histórias para outra pessoa, geralmente algum descendente mais novo.

É o caso do primeiro entrevistado, o senhor Edivaldo Nascimento, que serviu de base para este trabalho, tendo vivenciado muitas transformações da cidade, possuindo muitas memórias, e que tem medo que depois de morrer, boa parte dessas recordações morram com ele. O entrevistado é referência em São Sebastião quando se trata da história local, tendo sido indicado pela própria Secretaria de Cultura e Turismo do Município para auxiliar neste trabalho. Nos estabelecimentos comerciais locais, principalmente os localizados no centro da cidade existem muitas fotografias de época que foram tiradas por este entrevistado. Por isso, nesta pesquisa ele é retratado como "homem memória".

Em uma entrevista, observamos os conceitos utilizados pelo entrevistado, as formas como se refere a determinados acontecimentos ou situações, as lembranças cristalizadas, os exemplos, os cacoetes de linguagem etc., na medida em que tomamos sua relação com o depoimento como um todo, e vice-versa. É nesse círculo que surge o sentido.

Além dos depoimentos orais, o pesquisador fez um levantamento bibliográfico focando principalmente em dissertações de mestrado e doutorado que retratam tanto o município de São Sebastião quanto a questão da preservação do Patrimônio Cultural material e intangível.

De acordo com Dencker (1998, p. 45):

As teses de doutorado e dissertações de mestrado são uma das mais importantes fontes de dados. Os centros de pós-graduação apresentam regularmente publicações sobre as teses defendidas e seu conteúdo, existindo também registro desta produção nos órgãos de financiamento e fomento à pesquisa.

Outra fonte de dados foi o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - Condephaat, órgão responsável pelo tombamento do Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo, em que foi possível ter acesso a documentos históricos como o processo de tombamento do centro histórico e alguns imóveis isolados do município.

Como ponto de partida foi feito um levantamento bibliográfico com autores que retratam a questão do patrimônio cultural e natural, assim como do Turismo e suas relações de apropriação dos espaços e relacionamento com as comunidades de moradores de uma cidade.

A sistematização e análise das informações coletadas foram feitas após cada etapa do trabalho de campo, consistindo no primeiro momento em observação do patrimônio, conversas informais com turistas, moradores e comerciantes, secretarias municipais e por último o "homem memória" (Sr. Edivaldo Nascimento), e os demais entrevistados. Considerar concomitantemente a bibliografia e os relatos orais têm se revelado um processo de análise.

Quanto aos objetivos desta pesquisa pode-se dizer que se enquadram na categoria descritiva, pois já havia determinado grau de conhecimento do assunto. Segundo Lakatos e Marconi (2005) a pesquisa descritiva permite descobrir em que situações, eventos, atitudes ou opiniões estão acontecendo determinado fato em uma população ou entre subgrupos desta população. No caso, a relação entre a preservação do patrimônio e o Turismo, nesse momento vem gerando hostilidade tanto do lado da população local quanto dos turistas e comerciantes interessados no progresso e desenvolvimento econômico local.

Orientados pelas premissas de Dencker (1998) como a preservação do legado histórico e do meio ambiente pode impactar na cidade e como esse crescimento muitas vezes desordenado e apressado pode levar à destruição e ao esquecimento da memória local.

Este trabalho pretende discutir as relações entre o patrimônio natural e cultural com o desenvolvimento turístico e os impactos que a ampliação do Porto de São Sebastião e da Petrobrás vem causando na paisagem local. Alheio a essa discussão de preservação está o crescimento desordenado do Turismo com a construção de condomínios a beira-mar, que geram conflitos entre a comunidade caiçara e os turistas.

Além do patrimônio natural, outra questão que desperta bastante discussão local baseia-se nos casarões de mais de quatrocentos anos de história que foram derrubados para a ampliação portuária. Embora não fossem tombados por órgãos oficiais, eram construções

históricas com significados e memórias para a população local, principalmente os de mais idade.

Para Edivaldo Nascimento²:

Quem quer preservar mesmo é quem tem mais de 50 anos. É a nossa ultima geração que pensa em preservar, hoje é dividido entre os mais velhos favoráveis a preservação e os mais novos interessados no crescimento da cidade.

Segundo Lovisolo (1989, p. 16):

A memória coletiva é fundamental para o sentimento nacional [...] sendo constitutiva das lutas contra a opressão ou a dominação.

A memória histórica nos apresenta como âncora e plataforma. Enquanto âncora possibilita que, diante do turbilhão da mudança e da modernidade, não nos desmanchemos no ar. Enquanto plataforma permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição.

Na cidade tema deste trabalho, o que está faltando é a preservação da memória e da cultura local que estão sendo perdidas ou transformadas, justamente pela falta de valorização de técnicas, de saberes, de festas tradicionais que muito significam para a população local e seus antepassados. Dentre as opções de patrimônio intangível, esta pesquisa discutirá o artesanato, as festas tradicionais e os espaços de sociabilidade na cidade de São Sebastião, mostrando sua importância não só como patrimônio, mas também como forma de preservar a cultura caiçara, ou seja, a identidade e memória de uma população, e como a perda dessa herança pode causar danos irreparáveis na cultura local. Algumas tradições caiçaras mantiveram o nome ao longo dos anos, mas foram totalmente descaracterizados, diminuindo o interesse da população, principalmente dos mais jovens, em manterem vivas algumas delas.

Carvalho (2001) discute o artesanato de caixeta, importante patrimônio cultural intangível, bastante utilizada na produção local e que está entrando em declínio na região em virtude da expansão turística e do desmatamento de áreas onde se encontrava essa espécie contribuindo para que essa árvore entre em processo de extinção. Isso afeta muito o trabalho dos artesãos locais.

Hoje o município enfrenta problemas decorrentes da falta de planejamento de quando o Turismo se iniciou, afetando as relações entre visitantes e visitados e gerando até mesmo hostilidade na cidade. Para Barretto (2004, p. 147) "os turistas são um mal necessário porque

.

² Para identificar os depoimentos dos entrevistados adotou-se recurso itálico visando distingui-los de citações de documentos e estudos acadêmicos.

seu dinheiro faz falta, mas sua presença incomoda, os moradores não estão interessados em trocas culturais e sim na receita que o Turismo proporciona."

Segundo Potira Augusto (2008):

Na última temporada fui até São Sebastião com a minha sobrinha, demorei quase duas horas, para chegar de ônibus, coisa que fora da temporada, eu demoro 45 minutos. Cheguei em São Sebastião, dei uma volta na cidade e fui tomar um sorvete lá no Rocha, parecia de ouro, porque eu gastei R\$ 18,00, em dois sorvetes. Um absurdo! Fora de temporada, acho que eu não gastaria a metade!

[...] Não é que seja ruim, é que tudo fica muito mais caro, tem muito transito. Mas para o comércio é bom, a cidade fica mais segura, porque tem sempre muita policia, eles estão instalando câmeras de vídeo pelo calçadão inteiro, outro dia eu estava no ponto de ônibus, e aqui tem a gangue da bicicleta, eu estava falando no celular e tomaram da minha mão. Na verdade o que acontece é que todos ficam esperando chegar a temporada e com isso chegar os turistas, mas depois de alguns dias todo mundo não vê a hora de acabar a temporada e voltar o sossego. Aqui tem muita miséria, em Barequeçaba mesmo, quando você vai pela estrada, você vê mata, floresta, mas dentro desta mata, é cheio de barracos, que ficam encobertos.

Esse dinheiro que o turista traz acaba fazendo com que os preços sejam inflacionados, e com isso a população local acaba tendo que pagar mais por produtos e serviços, além de enfrentar problemas, como trânsito carregado em vias que não comportam tal fluxo.

Além disso, na alta temporada os números da violência também aumentam, na temporada de 2008/2009 foram implantadas pela primeira vez câmeras de vigilância na cidade. No total foram instalados trinta e sete equipamentos com o objetivo de tentar reduzir os números da violência que cresce assustadoramente nos municípios vizinhos de Caraguatatuba e Bertioga (Estado de São Paulo, 07/12/2008). Segundo o presidente da Sociedade amigos do Juqueí – SAMJU, Luiz Carlos Frayse, "os moradores e turistas estão percebendo que investir em segurança e limpeza das praias valoriza o próprio imóvel".

O patrimônio cultural vem sendo degradado há muitos anos, inclusive pela atividade turística e isso afeta a relação entre a comunidade e o forasteiro, fazendo com que o turista tenha a imagem de que embora traga dinheiro, também dilapida o patrimônio, a memória, a cultura local e sem parecer se importar.

No centro histórico do município existem alguns bens edificados que são protegidos por lei, mas mesmo assim encontram-se em processo de deterioração ou já foram descaracterizados, muitas vezes com anuência do poder público local.

Segundo Edivaldo Nascimento:

Tem muita coisa espalhada por São Sebastião. A partir da década de 1970, que começou a destruição. Até 1964 ainda tinha o centro histórico repleto de casarões e ninguém respeitou isso.

Porém, hoje em dia, muitos turistas, principalmente quem tem casa em praias próximas, procuram esses resquícios históricos quando vão ao centro da cidade.

Os imóveis que restaram no centro da cidade despertam a curiosidade dos turistas que freqüentam essa região. É muito comum, aos finais de semana, ver alguns turistas passeando pelo casario, interessados no passado não tão distante, assim como nas festas tradicionais que antes aconteciam por ali.

Conforme Edivaldo Nascimento:

[...] Os turistas quando vem aqui, querem ver coisa da terra, é o que eles reclamam. Às vezes quando vem aqui no museu, perguntam para mim das festas que tinham aqui, querem saber como era, se tinha muita coisa aqui para ver. Não adianta, você acha que o turista vai vir ate aqui para ver tanques da Petrobrás? Ver navio? Esses elefantes brancos que tem por ai, ver carga de navio, ver balsa indo para a ilha e voltando? Isso para o Turismo não serve.

A grande reclamação dos moradores parece basear-se na preservação, principalmente do patrimônio cultural que será retratado mais adiante. Além disso, esta pesquisa mostra que a população não é contemplada adequadamente na questão do uso do patrimônio, fazendo com que perca o interessa em sua preservação. O poder público local prioriza o crescimento econômico, mesmo que para isso tenha que sacrificar essa herança histórica e desagradar boa parte da população, principalmente a mais idosa, que é testemunha das transformações do município.

A expansão turística no município foi incrementada a partir da construção e pavimentação da Rodovia Rio-Santos o que propiciou um fluxo mais intenso de turistas para a região. Alheio a essa discussão de preservação verificou-se o crescimento desordenado do Turismo com a construção de condomínios a beira-mar.

Segundo Pelizzer (2004, p. 45-6):

A atividade turística cresce rapidamente em todo o mundo gerando e garantindo um avanço econômico, social e político nas diversas regiões, permitindo, assim, [...] expansão do mercado de trabalho e geração de empregos diretos e indiretos.

Há muito tempo o Turismo municipal no Brasil carece de organização, planejamento, gestão e controle [...] A atividade turística, entretanto, não pára.

Para evitar ou minimizar essa questão, é primordial integrar a comunidade com o planejamento turístico, é preciso escutar suas vontades e questionamentos.

Pellizer (2004, p. 47) retrata que:

Essa ausência de sensibilidade das autoridades municipais a respeito da relação entre o Turismo e as necessidades das populações residentes é um dos fatores de geração de hostilidade nas comunidades.

O poder público deixou o Turismo transformar os espaços e territórios sem controlar seu uso e incluir a comunidade nessa discussão e isso acabou por alavancar ainda mais a crença de alguns moradores de que o turista traz problemas e destruição para a cidade.

De acordo com Potira Augusto (2008):

[...] Tem muito trânsito. [...] todos ficam esperando chegar a temporada e com isso os turistas, mas depois de alguns dias todo mundo não vê a hora de acabar a temporada e voltar o sossego.

A questão da preservação do patrimônio natural exemplifica melhor esse questionamento, pois foram construídos muitos condomínios nas praias, que contribuíram para afastar ainda mais o caiçara do seu local de moradia e de trabalho, de seu local de lazer, de seu espaço de sociabilidade.

Segundo Luchiari (2002, p. 138):

Após a construção da rodovia Rio-Santos a especulação imobiliária multiplicou o espaço urbano, redefiniu o perfil populacional e reformulou as relações da sociedade com a natureza, transformando-a em uma mera mercadoria. [...] A paisagem vem sendo desmantelada e privatizada.

O Turismo se desenvolveu e por falta de políticas adequadas a esse crescimento está restringindo o acesso de uma parte do patrimônio natural das populações caiçaras que viviam nesses espaços. Aliado a isso, existe a questão da infra-estrutura local não ter sido projetada para receber tal fluxo de pessoas o que também acaba gerando certa insatisfação local, tanto do morador quanto do turista. Embora os turistas estejam em busca de lazer, de descanso, eles também querem ter a disposição algumas facilidades que dispõe onde residem. O celular para muitos é o único telefone disponível portanto é imprescindível que tenha sinal, mas nem sempre isso acontece. Essa deficiência estrutural é percebida cada vez mais pelos turistas e comprometendo a imagem da cidade.

O Governo do Estado de São Paulo está planejando expandir a atividade portuária no município de São Sebastião, tanto pela localização estratégica do porto, que é considerado um dos melhores do país em termos de localização, quanto para desafogar o porto de Santos que responde hoje por grande participação nas exportações regionais e nacionais.

A discussão atual com relação a esse crescimento portuário baseia-se na questão da preservação do patrimônio natural, visto que para aumentar sua área construída e de atracagem de navios está sendo aventada a possibilidade de se aterrar o mangue da Ponta do Araçá, local esse muito próximo do porto e que é utilizada para diversas pesquisas, existindo no local uma base de estudos da Universidade São Paulo.

A Petrobrás se instalou no município na década de 1960 e desde então vem expandindo suas instalações locais, tendo hoje trinta e nove tonéis de petróleo que circundam o centro histórico da cidade.

Esta dissertação tem como capítulo um a caracterização do Município de São Sebastião, situado no litoral norte do estado de São Paulo, fazendo divisa com os municípios de Caraguatatuba, Bertioga, Ilhabela e Salesópolis. Trata a relação do patrimônio cultural com o crescimento da cidade e as transformações do patrimônio, da memória e da cultura local. O capítulo dois trata principalmente das conseqüências advindas da expansão do porto, da ação da Petrobrás e dos efeitos do Turismo no patrimônio natural. No capítulo três ocorre à reflexão sobre o desenvolvimento turístico de São Sebastião, que cresceu sem um planejamento adequado e sua relação com a degradação patrimonial seja natural, seja cultural.

Capítulo 1 – A cidade de São Sebastião e o patrimônio cultural do Município

1.1 A cidade de São Sebastião.

O município de São Sebastião recebeu este nome em homenagem ao santo do dia em que Américo Vespúcio passou ao largo da Ilha de São Sebastião, hoje Ilhabela, um município arquipélago que antes pertencia à cidade de São Sebastião e que foi elevado à condição de município pelo capitão-general Antônio José da Franca e Horta, recebendo o nome de Vila Bela da Princesa, em homenagem à filha mais velha do rei de Portugal, D. João VI em 03 de setembro de 1805 (SIMÕES, 2005). Atualmente, o município de Ilhabela é interligado a São Sebastião pelo sistema de balsas, que fazem o transporte de carros, caminhões, pessoas e mercadorias.

A ocupação portuguesa em São Sebastião ocorreu com o início da história do Brasil, após a divisão do território em Capitanias Hereditárias.

Segundo o departamento pedagógico da prefeitura de São Sebastião (2008, p.40):

Esse sistema colonial implantado no Brasil pelos portugueses atingiu também São Sebastião onde funcionava uma administração indireta e descentralizada em nível regional. Martim Afonso de Souza e Pero Lopez de Souza receberam as Capitanias conhecidas como "do sul" São Vicente, Santo Amaro e Santana. Nesta divisão, a região onde se desenvolveu a Vila de São Sebastião está sob jurisdição do donatário Pero Lopez de Souza, Capitania de Santo Amaro. Somente em fins do século XVI, quando as Capitanias do sul se juntam nas mãos do descendente dos irmãos Souza, Lopo de Souza, toda área passa a ser conhecida como Capitania de São Vicente e inicia as primeiras doações de sesmarias na região.

Diogo de Unhate, Diogo Dias, João de Abreu, Gonçalo Pedroso e Francisco de Escobar Ortiz foram os sesmeiros que iniciaram a povoação, desenvolvendo o local com agricultura e a pesca. Nesta época, a região contava com dezenas de engenhos de cana de açúcar, responsáveis por um maior desenvolvimento econômico e sua caracterização como núcleo habitacional e político. Isto possibilitou a emancipação político-administrativa de São Sebastião, em 16 de março de 1636. A economia da época era baseada na agricultura com a cultura da cana de açúcar, o café, o fumo e a pesca da baleia.



Autor: João Teixeira Albernás
Fonte: Departamento Pedagógico da Prefeitura de São Sebastião

Na metade do século XIX a região tinha 106 fazendas, onde 2.185 escravos produziram 86 mil arrobas de café no ano de 1854. A economia local entrou em declínio com a abolição da escravatura e a abertura da ferrovia Santos - São Paulo. Passa, então a predominar a pesca artesanal e a agricultura de subsistência, com pequenas roças de mandioca, feijão e milho, características das comunidades caiçaras isoladas mesmo nos dias de hoje (www.saosebastiao.sp.gov.br).

O acesso por terra era praticamente inexistente, obrigando quem quisesse se deslocar até a região optar pelo acesso marítimo que era perigoso e demorado, principalmente pela falta de locais para atracação de barcos e também pela qualidade dos barcos disponíveis na época.

Segundo De Benedictis (2008, p. 25)

Até 1931 as ligações entre o planalto e o litoral norte eram dificílimas. Caraguatatuba só era acessível por mar. Coube ao comandante da força pública Edgard Pereira Armond, a iniciativa de ligar o Vale do Paraíba ao litoral transpondo a serra do mar. Agindo em colaboração com a Secretaria de Viação, Armond supervisionou a construção de uma estrada que, após grandes esforços, foi aberta ao tráfego em 1939.

É importante salientar que essa estrada não era pavimentada, portanto embora a abertura dessa estrada tenha facilitado o acesso, ainda era bastante precária e perigosa a viagem até o litoral norte do estado. Mas a abertura da estrada foi importante, pois possibilitou o início, mesmo que pequeno, de um fluxo, e ampliou a comunicação com cidades maiores, facilitando as trocas comerciais assim como um princípio de Turismo no município.

Em 1948, a cidade foi elevada à condição de Estância Balneária. No Brasil, as estâncias classificam-se, segundo o Decreto nº 20 de 13/07/1972, em Balneárias o município

deve possuir praia para o mar; Climáticas – implica na presença de um posto metereológico instalado e em funcionamento ininterrupto durante pelo menos três anos e Hidromineral - é necessária a localização de fonte de água mineral, natural ou captada por meios artificiais (AULICINO, 2001, p. 69/70). As estâncias turísticas foram regulamentadas pelo Decreto nº 11.022 de 28/12/1977 que estabelece como requisito mínimo a existência de atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, recursos naturais e paisagísticos, além de oferecer condições para o lazer (AULICINO, 2001, p. 71).

A "descoberta" de São Sebastião como destino turístico ocorre após a abertura da rodovia Rio - Santos no final dos anos 1970, proporcionando ao município mais uma oportunidade de desenvolvimento, agora baseada no Turismo. O acesso anterior era precário, dificultando e limitando o fluxo de turistas para o município, visto que a viagem era muito demorada e perigosa, mas após a construção da rodovia acima citada, ocorreu uma facilitação do acesso, despertando o interesse em muitas pessoas que passaram a freqüentar a região. Passou a ser possível ir para o litoral norte em menos de duas horas em uma estrada pavimentada, sinalizada e bem menos perigosa que a anterior.

De acordo com o IBGE (2008) o município tem uma população de 72.236 habitantes, distribuídos por uma superfície de 4.019 km de extensão, sendo 100 quilômetros lineares de praias, comparadas em beleza e qualidade às praias do nordeste brasileiro. Parte da população local, principalmente quem nasceu na cidade, é chamada de caiçara. Este termo caiçara é utilizado para designar a população mestiça que habita o litoral de São Paulo, seja ele norte ou sul, e que surgiu da mistura de índios e negros com europeus (LUCHIARI, 2002).

O relevo local é formado tanto de planalto como de planície litorânea. O planalto é bastante dissecado por rios formadores de bacia: Rio Pardo, Rio Pirassununga, Rio Claro, etc. Território montanhoso, coberto por ricas matas, sua vegetação é típica de mata atlântica com árvores como Jequitibás, Canelas, Cedros, Jatobás, Ipês, Guapuruvus, e Quaresmeiras, com vegetação de mangues mais próxima ao mar. O clima local é tropical úmido com vegetação de Mata Atlântica, com temperatura mínima média anual de 24° C.

O centro histórico contempla algumas quadras com edificações tombadas sendo que atualmente o Turismo é o que mantém boa parte da economia local e principalmente gera empregos para a população. Esta atividade se concentra nas praias mais distantes do centro da cidade, nos bairros de Maresias, Camburi e Barra do Una onde acontecem, com freqüência,

eventos³ que atraem milhares de pessoas e que na alta temporada são responsáveis por sua veiculação na mídia.

Além do centro histórico e do Turismo, que será retratado no capítulo três, o município comporta o segundo maior porto do Estado de São Paulo implantado na década de 1940 e ampliado nos anos 1960, por iniciativa da Petrobrás, com a instalação do Terminal Marítimo Almirante Barroso - TEBAR, com capacidade de atracagem para navios de até 400.000 toneladas, (analisados no capítulo dois).

Em matéria veiculada no Caderno Cotidiano do Jornal Folha de São Paulo (http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2308200812.htm),

A Petrobras terá que remover pelo menos 84 famílias que construíram suas casas sobre um lixão químico formado por derivados de petróleo depositados pela estatal há mais de 20 anos em uma área do bairro Itatinga, em São Sebastião, litoral norte de São Paulo. Além de tornar obrigatória a retirada dos moradores, os poluentes atingiram o lençol freático, e o uso de água de poços está proibido na região do Itatinga, um bairro popular a menos de 1 km dos tanques de armazenamento da Petrobras. Pelas análises, os poluentes atingiram o polígono compreendido pelas ruas Tancredo Neves, Júlio Prestes de Albuquerque e Benedito Pedro dos Santos e a Avenida Itatinga. Por volta do início da década de 1980 caminhões chegavam ao bairro carregados com resíduos de petróleo, incluindo os retirados após vazamentos no Tebar (Terminal Marítimo Almirante Barroso), o maior do país. Depois da descoberta das manchas de óleo no terreno do vizinho, outros moradores da região passaram a investigar por conta própria, e a contaminação foi então confirmada. Até agora, 17 famílias foram retiradas do bairro.

Esta matéria expõe o conflito entre os moradores e a presença da estatal, tão importante economicamente para a cidade. Além do centro onde se concentram os tanques, as ameaças ambientais também podem ser identificadas nas antigas áreas de deposição de derivados de petróleo, como se nota no bairro popular, Itatinga e imediações, que enfrenta problemas decorrentes da poluição do lençol freático em virtude da de concentração de lixo químico, afetando a saúde de centenas de moradores⁴.

São Sebastião se concentra numa estreita e longa faixa de terra, e de acordo com Domschke (1998) "o município possui um Distrito, São Francisco e trinta e sete bairros, sendo que apenas três não têm praias". Segundo informações da prefeitura local (www.saosebastiao.sp.gov.br) o município tem 78 quilômetros de natureza e 33 praias: praia da Enseada, das Cigarras, da Figueira, São Francisco, do Portal da Olaria, Arrastão, do Pontal da Cruz, Deserta, Porto Grande, do Centro, Preta, Grande, das Pitangueiras, Barequeçaba,

_

³ Em Maresias acontecem campeonatos de surfe, shows com bandas famosas e bares paulistanos da moda que abrem filiais.

⁴ A relação da Petrobrás com a cidade encontra-se analisada no capítulo dois

Guaecá, Brava de Guaecá, de Toque-Toque Grande, de Toque-Toque Pequeno, Calhetas, Santiago, Paúba, de Maresias, Brava de Boiçucanga, Boiçucanga, Camburi, de Baleia, da Barra do Sahy, Preta da Costa do Sul, de Juquey, Barra do Una, Engenho, Juréia e Boracéia. O município localiza-se entre a Serra do Mar e o Canal, que é uma passagem marinha com 25 km de comprimento e 40m de profundidade máxima localizada entre a Ilha de São Sebastião (Município de Ilhabela) e o continente. As montanhas que a cercam outrora foram cobertas por matas, mas hoje estão desmatadas e descaracterizadas, entre outros fatores, em virtude da especulação imobiliária - com a construção de condomínios, que tem o predomínio de turistas entre seus moradores - e também devido à expansão da Petrobrás, que monopoliza boa parte do território local.

O município situa-se no Litoral Norte do Estado de São Paulo, região Sudeste do Brasil. Faz divisa com os municípios de Caraguatatuba (ao Norte), Bertioga (ao Sul), Salesópolis (a Oeste) e o Oceano Atlântico e Ilhabela (a Leste). Está a 209 km da cidade de São Paulo, 450 km da cidade do Rio de Janeiro e 144 km de Santos. As rodovias que ligam essas cidades ao município são a Rio-Santos (BR 101), Tamoios (SP 99), Presidente Dutra (BR 116) e Sistema Ayrton Senna e Carvalho Pinto (SP 70).



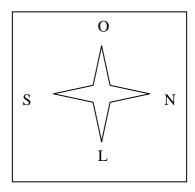


Figura 2 – Mapa do Litoral Norte http://www.costaverdesp.com.br/mapas/mapacvsp.htm



Figura 3 - Mapa de praias e atrações turísticas de São Sebastião Fonte: Prefeitura de São Sebastião

1.2 O patrimônio cultural

O conceito de patrimônio subdivide-se de acordo com a UNESCO em duas categorias: patrimônio natural relacionado ao meio ambiente são os recursos naturais como florestas, rios, cachoeiras e a segunda refere-se ao patrimônio cultural que se subdivide em intangível, que corresponde ao conhecimento, às técnicas, ao saber fazer e ao tangível, que se refere aos bens culturais que englobam objetos, artefatos e bens edificados obtidos a partir do meio ambiente. Neste trabalho o patrimônio será caracterizado como patrimônio natural para o meio ambiente como as praias e matas, patrimônio cultural para bens edificados e monumentos e patrimônio cultural intangível para o artesanato, danças e festas típicas.

Em 1972 foi realizada uma convenção pela UNESCO com o objetivo de proteger o patrimônio cultural e natural. Foi elaborado um inventário dos bens mundiais que se encontravam ameaçados de destruição devido ao desgaste natural e à expansão econômica e social (UNESCO, 1972). Segundo esta convenção, o conceito de patrimônio cultural tangível se aplica aos monumentos, esculturas, obras arquitetônicas e pinturas monumentais; os conjuntos através de construções isoladas ou reunidas que pelo seu estilo arquitetônico

apresentam valor histórico; os sítios com obras do homem e ou da natureza, assim como sítios arqueológicos com inestimável valor histórico ou antropológico.

Em setembro de 1977 o Brasil aderiu a esta convenção com a intenção de incluir alguns bens na relação de patrimônio mundial. Tratava-se de uma iniciativa que buscava conseguir o registro e preservar uma parte da história do país, tentando impedir que a urbanização e modernização dos municípios destruíssem boa parte desse patrimônio.

Segundo Rodrigues (2005, p. 22):

A finalidade do patrimônio, originalmente tida como a de representar o passado das nações, multiplicou: existe a visão do poder público, que pretende a valorização dos bens como mercadorias culturais e a de parte da sociedade, que o vê como um fator de qualidade de vida -, no Brasil o patrimônio oscila entre tornar-se um cenário teatralizado, como o pelourinho, na Bahia, ou mal conservado, onde os exemplos são numerosos.

Para Bastos (2004) o conceito de patrimônio cultural é recente e pode ser entendido como um amplo e diversificado conjunto de bens culturais, expressões e os fazeres das classes populares. Já para Rodrigues (2005, p. 16), "O patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos." Passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política.

O patrimônio cultural é composto por bens históricos e naturais que podem ter sido importantes no passado para alguns grupos sociais. Ou ainda, segundo definição do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS (1985):

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. A língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o Patrimônio Cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que se encontram fontes de inspiração criadora.

E para garantir que pelo menos alguns possam ser preservados foi idealizado o processo de tombamento⁵. Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA o tombamento é um instrumento legal, aplicado por ato

33

⁵ "O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são da responsabilidade do Iphan e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens." (DOMSCHKE, 1998, p. 11).

administrativo onde o valor cultural do bem é reconhecido e se institui sobre ele um regime especial de proteção.

Antigamente, quem decidia se um bem seria tombado ou não era o Museu Histórico Nacional, foi fundado em 1922 e dirigido por Gustav Dodt Barroso Fortaleza⁶. Em 1934 o museu teve sua estrutura ampliada agregando a Inspetoria de Monumentos Nacionais. Antes disso as inspetorias estaduais então existentes protegiam o que se julgava ser patrimônio histórico (FLÔRES, 2007).

O então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, encomendou ao então Ministro da Cultura Gustavo Capanema, uma maneira de proteger os bens históricos materiais e imateriais do Brasil, tendo sido este um dos primeiros passos para a preservação da memória histórica do Brasil. O gabinete do ministério era dirigido pelo escritor mineiro Carlos Drummond de Andrade, e sua equipe era composta de artistas e intelectuais comprometidos com a integridade cultural, como Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Luís Jardim, Afonso Arinos, Lucio Costa e incluindo o próprio Drummond.

Em 1934, o escritor Mário de Andrade, a pedido do Ministro Gustavo Capanema, elaborou um anteprojeto de lei de proteção do patrimônio artístico nacional, propondo a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Esta proposta é reformulada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo aprovada pelas instituições competentes a criação do SPHAN, em 1936. Neste mesmo ano esse serviço inicia a sua atuação que é consolidada com o estabelecimento do instituto do tombamento, Decreto-Lei nº25 de 10/11/1937, normatizando os procedimentos de tutela no Brasil, em 1937 (PONTUAL; PICCOLO, 2008).

O decreto-lei assinado por Getúlio Vargas criou o SPHAN, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com a responsabilidade de ser o órgão brasileiro responsável por garantir os meios para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

De 1937 até 1969, quando morreu, Rodrigo Melo Franco de Andrade manteve seu cargo de diretor do Patrimônio. A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente.

O projeto original de Mário de Andrade recebeu modificações significativas trazidas pela orientação de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao longo dos 30 anos em que esteve à

34

⁶ Historiador representante da literatura regional nordestina, cultivou a história e o folclore. (www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_gustavobarroso.htm)

frente do SPHAN. Durante esse período o SPHAN norteou sua política pelas noções de "tradição" e de "civilização", dando especial ênfase à relação com o passado. Os bens culturais classificados como patrimônio deveriam fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação.

Conforme Potira Augusto (2008) "Eu sei que existem casas que são tombadas, acho que é esse o nome, pois não podem ser demolidas. A cidade tem uma parte muito antiga". Tal afirmação revela a idéia que a comunidade local tem do significado de tombamento e sua importância na manutenção do patrimônio cultural e da memória.

Ao longo das décadas em que Rodrigo Melo Franco de Andrade e seu grupo estiveram à frente do SPHAN, os tombamentos incidiram majoritariamente sobre a arte e a arquitetura barrocas concentradas em Minas Gerais, principalmente nos monumentos religiosos católicos (http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/).

No Estado de São Paulo, o órgão encarregado da proteção do patrimônio cultural e natural é o Condephaat, criado por meio da Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, assinada pelo governador Roberto de Abreu Sodré, com a finalidade de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural. Um ano antes, o governador promoveu uma reforma administrativa que unificou as atividades oficiais de Turismo, cultura e esportes, a fim de melhor coordená-las. Assim foi criada a Secretaria de Cultura, esporte e Turismo a qual ficou subordinado o Condephaat (RODRIGUES, 2005, p. 21). Estas atribuições foram confirmadas, em 1989, pela Constituição do Estado de São Paulo.

Na cidade de São Sebastião, segundo o sítio da prefeitura, na esfera municipal existe o Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural que visa a promoção de estudos, pesquisas e intervenções voltados ao patrimônio histórico e cultural. Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, promover a proteção do patrimônio histórico-cultural, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

1.3 O patrimônio cultural tangível

A cidade de São Sebastião por toda a sua história, que data do século XVI, possui alguns exemplares de bens imóveis que foram incluídos na categoria de patrimônio cultural.

Em 1969, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo através do processo nº 14150/69 iniciou o processo de tombamento de uma parte do centro histórico, (sete quadras) e alguns imóveis isolados, do município de São Sebastião. Os imóveis tombados foram inscritos no Livro do Tombo, o que significa que o bem tombado não pode ser destruído, é preciso respeitar a área envoltória, ou seja, os bens do entorno também não devem ser descaracterizados, a menos que haja uma autorização e qualquer projeto ou intervenção precisa de aprovação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, no caso do IPHAN, do Condephaat e da secretaria do patrimônio histórico do município.

De acordo com Gonçalves (2002, p. 65):

O procedimento legal por meio do qual os bens culturais são apropriados ou oficialmente reconhecidos como patrimônio é o chamado tombamento. [...] O tombamento é um ato declaratório da incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional.

Assim que um bem é tombado é inscrito em um dos livros do Tombo que de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 perfazem quatro no total, sendo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

O tombamento é o estágio final de um longo processo, que passa por especialistas que definem depois de muito estudo e análise, se tal bem merece ser tombado. O grande problema que muitos bens imóveis enfrentam é a obrigatoriedade da preservação e conservação por parte dos proprietários desses bens, mas isso nem sempre é fiscalizado, embora seja crime previsto no código penal (GONÇALVES, 2002).

No centro histórico do município, existem casarões, canhões, monumentos e bens edificados que relembram um passado não tão distante, da época que o país ainda era colônia de Portugal. Muitas construções, dentro do perímetro tombado, foram derrubadas ou descaracterizadas, além disso, o entorno dos imóveis que deveriam ter sido preservados também foram descaracterizados, sendo que qualquer tipo de intervenção, teoricamente deveria ter sido analisada pelos órgãos de preservação do patrimônio, mas nem sempre isso tem sido respeitado. Esse problema pode resultar da distância existente entre o patrimônio histórico-cultural e a maioria da população. Muitos não reconhecem seu valor significativo

como representante de uma época, ou de um povo. Uma das hipóteses em voga é de que o que é preservado remete as elites e não ao povo.

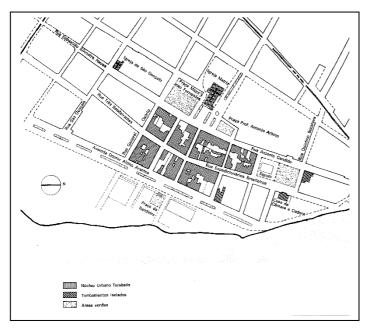


Figura 4 - Mapa do centro histórico com indicação dos lotes com edificações tombadas pelo CONDEPHAAT.

Fonte: Prefeitura de São Sebastião

Atualmente, quando alguém quer se referir a algum objeto, monumento ou lugar utiliza a expressão patrimônio histórico, que corresponde a apenas uma parte de um acervo muito maior, que ainda divide-se em tangível e intangível. A expressão mais abrangente e atual é patrimônio cultural, embora isso não signifique que seja a mais correta.

Em 1998, Domschke, ao caracterizar esse patrimônio histórico já relatava o seu crítico estado de conservação e provavelmente muitos desses imóveis pertencentes a essas quadras já se encontram descaracterizados ou até mesmo demolidos. As quadras tombadas correspondem a quadra A, onde está localizado o conjunto mais importante, por contar com os dois mais importantes prédios da Rua Almirante Nogueira: o sobrado de frente para a Praça Major João Fernandes e a casa do passo, vizinha do sobrado acima relatado.

Na Quadra B, não há nenhum imóvel de destaque apenas algumas edificações em avançado estágio de degradação. Esta quadra é próxima da Igreja Matriz e da Rua Expedicionários Brasileiros. Na Quadra C os imóveis também se encontram descaracterizados como a quadra B, mas dois imóveis encontram-se em condições de recuperação. Na Quadra D os imóveis sofreram transformações maiores e encontram-se em desarmonia com o conjunto, como os da Rua Antônio Cândido. As construções com a frente para a Rua Expedicionários Brasileiros, embora simples, conservam bem suas características originais.

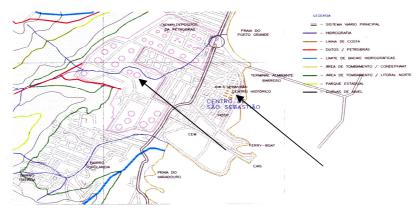


Figura 5 – Localização das sete quadras tombadas e tanques da Petrobrás Fonte: Domschke (1998).

De acordo com Marize Gouveia (2009):

Não tenho reparado em pichações ou depredações nas vezes em que estive na cidade. Acho, no entanto, que as lojas poderiam se adaptar mais à arquitetura da cidade.

Os turistas percebem que mesmo tombado, esse patrimônio histórico encontra-se descaracterizado, com muitos imóveis destoando dessas edificações. Os imóveis da Quadra E foram bastante descaracterizados por repetidas alterações e novas construções. A que mais prejudica, não só esta quadra, mas toda a área levantada é o edifício do Banco Novo Mundo, cujos quatros pavimentos destoam do casario, "afetando a perspectiva geral de quem percorre as ruas da área" (DOMSCHKE, 1998).

De acordo com o senhor Edivaldo Nascimento (2008):

Nesse meio tempo, começou a demolição, porque ninguém respeitava, derrubava e construía. Foi por volta de 1987 que começou a se preservar mais. Foram destruídas muitas esquinas aqui mesmo (aponta para fora). Uma foto aérea da para perceber que muita coisa foi destruída eu até te mostro ela. Você vê essa área repleta de casarões e agora não vê mais.

Com relação à quadra F:

Pouco sobrou do patrimônio, além de um imóvel que, desfigurado internamente, mantém com transformações as fachadas e parte da cobertura conhecida como o "ginásio", obra de 1922, que ocupa boa parcela deste quarteirão e um pequeno sobrado onde hoje funciona um restaurante que afeta também a silhueta de toda a área, na sua frente para a Avenida Dr. Altino Arantes, e conseqüentemente, para o mar (DOMSCHKE, 1998, p. 12).

Na Quadra G encontra-se a Casa Esperança, um dos imóveis tombados com maior prestígio na cidade, percebido através de pesquisas empíricas realizadas através de consultas e entrevistas com a população do entorno. Seu estado de conservação é relativamente melhor do que o dos demais prédios das outras quadras. Encontra-se protegida pelo IPHAN, através do processo nº 514-T de 1955 e pelo Condephaat através da inscrição no Livro do Tombo em 1974 (DOMSCHKE, 1998).



Figura 6 – Casa Esperança Fonte: Delphino (2008)

No centro histórico, além das sete quadras acima descritas, também são tombados pelo Condephaat a Capela São Gonçalo, a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja Matriz e o edifício Praia Hotel. Existem também alguns imóveis isolados, igualmente tombados como a Fazenda Santana, o Convento de Nossa Senhora do Amparo e as capelas caiçaras que foram construídas entre 1920 e 1960.



Figura 7 – Igreja Matriz Fonte: Delphino (2008)

A Casa de Câmara e Cadeia (figura 8) tem as características da arquitetura do século XVIII, similar a outras como as de Minas Gerais. Ali funcionou o Pelourinho, que existia até algumas décadas. Ainda hoje funciona como cadeia local e é sede de um batalhão da polícia.

Na Avenida Altino Arantes há também o prédio do antigo Edifício do Hotel Praia, hoje abandonado pelos proprietários. Na Rua Sebastião Silvestre Neves está a Capela de São Gonçalo, construída entre fins do século XVII e princípios do século XVIII, que constitui importante exemplar da arquitetura religiosa da época colonial, sua construção em pedra assentada sobre barro e o piso original deveriam ser de terra batida. A doação de novas peças, a recuperação da Porta do Passo e o projeto museológico e museográfico da equipe do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Parati tornaram possível a revitalização do acervo (http://www.guiasaosebastiao.com.br).

A Fazenda Santana a única que abre suas portas e mantém viva uma tradição de muito tempo atrás, localizada no Pontal da Cruz, teve sua sede primitiva construída em 1743, mas a que se vê hoje já é uma reconstrução, depois que a anterior foi demolida.

O aqueduto era uma engrenagem de um importante engenho de cana, testemunho da época colonial de São Sebastião. A fazenda, hoje em dia, está aberta à visitação⁷ onde é possível ver parte da Casa Grande que era a sede, as ruínas do aqueduto e a Casa da Farinha com o tombo d'água.

Da Igreja Matriz (figura 7) construída no século XVII, restaram algumas colunas preservadas, na atual edificação que data do início do século XIX, cujo material construtivo é taipa, com características construtivas marcadamente de influência jesuítica (http://www.guiasaosebastiao.com.br).



Figura 8 – Casa de Câmara e Cadeia Fonte: www.saosebastiao.com.br

-

⁷ De acordo com a Secretaria de Cultura e Turismo de São Sebastião – Sectur, só é possível visitá-la com guias turísticos locais.



Figura 9 – Capela São Gonçalo Fonte: Delphino (2008)

O Convento de Nossa Senhora do Amparo⁸, localizado no bairro de São Francisco, construído originalmente em 1637, era ponto de parada dos jesuítas em suas viagens pelo litoral.

Em 1934, foi reconstruído por encontrar-se em estado avançado de deterioração, após ter ficado abandonado por mais de sessenta anos.Do convento fazem parte igreja, sacristia e claustro. As paredes medem cerca de um metro de espessura, os batentes são de pedra e a torre possui cobertura abobadada. Em 1976, uma reforma descaracterizou ainda mais a igreja, com a introdução de lajotas do tipo colonial no piso e azulejos nas paredes (www.cultura.sp.gov.br).

Em São Sebastião apenas a Casa Esperança foi tombada pelo IPHAN⁹, ou seja, tombada em nível federal, os demais foram tombados pelo Condephaat.

Segundo o Condephaat, a técnica construtiva usual dos imóveis mais antigos é a alvenaria de pedra assentada com argamassa de pó de concha e areia, técnica essa muito difundida no litoral brasileiro. A cidade de São Sebastião é conhecida pelas suas praias e também pelo seu centro com vários exemplares de patrimônio histórico. Muitos desses imóveis provavelmente pertenceram à elite, mas alguns, como as capelas localizadas nas praias, são exemplos de patrimônio histórico ligado à população caiçara.

De acordo com Domschke (1998, p.12) a Casa Esperança tem como técnica construtiva:

[...] a técnica de construção baseia-se em pedra e cal onde a argamassa era obtida a partir da moagem de conchas, areia, óleo de baleia na segunda metade do século XVIII. Sua construção é comum à época, com andar térreo – saguão de entrada e escada, loja com depósito, segundo andar com sala de

⁹ Livro Histórico, Volume 1 Folha 81, Inscrição 429, Data 15/04/55. Fonte: Jornal Vale Paraibano

⁸ Registrado no Livro do Tombo Histórico sob inscrição nº 62, p. 5, de 22/9/1972. Fonte: Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo

frente em comunicação direta com a varanda da fachada, corredor central com filas de quartos e alcovas, salão de jantar e estar nos fundos com escada para o quintal, cozinha ao lado da sala dos fundos. A fachada é típica do século XVIII e o teto das salas principais possui pinturas originais, com paisagens cariocas do século XIX. Este casarão da cidade tem aparência típica portuguesa, onde a produção e uso da casa baseavam-se no trabalho escravo. A residência da família era na parte superior do casarão, já que habitar casa térrea, de chão batido, caracterizava-se pobreza.

A ocupação territorial

A ocupação do solo pelo caiçara não aconteceu de forma planejada. Nas vilas, os caminhos eram definidos pelas casas, sem muros, pois não havia o costume de dividir o terreno. Uma área privilegiada era destinada à capela e à devoção do santo escolhido, muitas vezes, sendo construída por esforço da população, através de mutirões ou com a receita obtida pela pesca. Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo do Município, a construção das capelas era de alvenaria com tijolos de barro e a fachada e o interior com influências coloniais; as capelas localizam-se nas praias da Enseada, do Toque-Toque Grande, do Toque-Toque Pequeno, Paúba, Cemitério de Maresias, Imaculada Conceição e Capela do Sagrado em Boiçucanga, Barra do Sahy, Capela de São Roque em Camburi e Capela do Cemitério Municipal. Essas capelas foram tombadas pela Lei Municipal 943/94 e são fiscalizadas pelo departamento do patrimônio histórico do município.

Rodrigues (2005) afirma que nos livros escolares, negros eram retratados como trabalhadores e não como construtores da cultura. Essa distinção era restrita a poucos brancos e proprietários, que tinham acesso às faculdades e a cultura erudita. Tal afirmação reforça a tese de que muito do que é considerado patrimônio hoje não tenha o reconhecimento por parte do povo, que não se incomoda em vê-lo se deteriorar, pois não o conhece.

O que falta em muitas cidades é a interação da população com o patrimônio, para Portuguez (2001, p. 82) "falar em patrimônio histórico é falar de preservação e, como salienta a Carta de Veneza¹⁰, a melhor maneira de preservar é através da utilização e da conservação." A população precisa ser convidada e instada a participar, pois só assim pode haver interesse popular na preservação da história local, pois os moradores passam a se reconhecer no patrimônio e não mais atribuem aquele espaço a elites de outras épocas. Para Santos (1996, p. 32-33) "o espaço é um produto social historicamente produzido, que soma em suas formas uma série de temporalidades acumuladas, que se materializam territorialmente por meio de

¹⁰ Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. (www.iphan.gov.br)

vestígios". É preciso adequar estes vestígios com o uso atual, fazendo com que a interação morador/ patrimônio seja valorizada e reforçada, garantindo assim sua preservação e uso sustentável.

Um exemplo disso é o município de Muqui, no Estado do Espírito Santo, que até o ano de 2001 já contabilizava 560 casarões protegidos, pois existe a preocupação em preservar com participação e interação da comunidade local (PORTUGUEZ, 2001). É preciso preservar e investir em planejamento, por meio de incentivos locais visando à permanência de características originais do entorno e também evitando que ao lado de bens tombados existam imóveis cujas características arquitetônicas fujam totalmente ao padrão.

Para Meneses (1996, p. 89):

A cultura engloba tanto aspectos materiais como imateriais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana, tais sentidos são parte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática, procurando produzir inteligibilidade.

Meneses (1996) também afirma que os valores culturais não são espontâneos, não podem ser impostos por si próprios, decorrem de ação social, e que no município retratado nessa pesquisa, estão sendo negligenciados, pois uma cultura está sendo esquecida ou aproveitada erroneamente, sem a inclusão dos maiores interessados na preservação de seus costumes e tradições.

Para Monnet (1996, p.1):

A proteção do patrimônio é uma empresa de fabricação de um passado ideal, que imobiliza as populações diante das escolhas das autoridades, ou da ausência de decisões, para solucionar os problemas da vida urbana.

Muitas vezes pode ser fruto das escolhas erradas do passado, onde o que está sendo preservado pode não ter representatividade ou não interessar á comunidade que não se reconhece naquele patrimônio. É preciso trazer a comunidade para a elaboração do que é representativo para sua cultura e ao mesmo tempo incentivar a interação entre patrimônio/comunidade/turista, para poder garantir o interesse em sua manutenção e preservação.

Teremos sempre conflitos sobre o que deve ser considerado patrimônio, com interesses diversos por detrás dessas contestações, onde agir em nome da defesa de um patrimônio sempre constituirá um abuso de poder (MONNET, 1996).

Para Henrique Kottek (2009):

Pessoas da minha idade (63 anos) até conhecem e se interessam, mas o centro é um ponto de passagem, muitos vão para as praias mais distantes e param apenas por conveniência e logo seguem viagem.

[...] Eu gosto de passear entre os casarões, aliás, num quarteirão atrás da avenida da praia existem vários exemplares. [...] Se você sair andando vai encontrar vários casarões históricos, mas que na verdade muitos turistas não conhecem, pois não andam por ali. Os poucos que param na cidade, no centro, vão no máximo aos restaurantes e sorveterias.

Na figura 10 é possível perceber um casarão que foi recuperado e ao seu lado um imóvel totalmente descaracterizado pertencente ao Governo Federal, que é uma das instâncias de poder que teoricamente zelam pela manutenção desse legado histórico. Este imóvel pertence a um rol de escolhas em que sua preservação provavelmente tenha sido decidida por arquitetos, historiadores e poder público local, porém tais escolhas não reverberaram entre a comunidade. Talvez esse seja um dos motivos, se não o principal, da comunidade não ter se interessado ou até mesmo percebido que neste local havia um bem tombado e que seguindo as normas de tombamento, não se deve descaracterizar o entorno, a menos que haja autorização. O espaço público é de uso coletivo e guarda a memória de várias épocas, devendo, portanto ser poupado de investidas comerciais que desfiguram seu entorno. Cabe ao poder público fiscalizar, mas também tem que haver uma conscientização dos empresários. Carrol (1991 apud Oliveira, 2006) fala das opções que uma empresa pode escolher, entre ser apenas lucrativa ou obedecer à lei, ser ética e ser uma boa cidadã.

No caso desta pesquisa podemos refletir acerca do estado de conservação e preservação das fachadas e do entorno das edificações tombadas: muitas foram transformadas e descaracterizadas pelas empresas ali instaladas. Algumas ruas ainda mantêm seu calçamento original, de pedras (iguais a paralelepípedo), com sua largura original, mas as calçadas já foram reformadas e adaptadas ao uso atual. A prefeitura reformou algumas ruas e trocou o pavimento de pedras por lajotas buscando facilitar o trânsito de pedestres por entre as vielas.

As empresas atualmente têm que pensar não só em crescer e gerar receitas, mas também em gerir seus negócios socialmente responsáveis (OLIVEIRA, 2006). A prefeitura local deveria seguir essa mesma filosofia e proporcionar para a cidade e seus cidadãos crescimento aliado a preservação, seja natural ou cultural.

Segundo Edivaldo Nascimento (2008):

Até 1964 ainda tinha o centro histórico repleto de casarões e ninguém respeitou isso [...] muita coisa foi demolida e deu lugar pra novas construções..

E para Henrique Kottek (2009):

Em São Sebastião a geografia impede o crescimento local, mas eu acredito que destruir o Patrimônio histórico é vender muito cara a cidade.



Figura 10 – Casarão histórico e entorno modificado Fonte: Delphino (2008)



Figura 11 - Casarão tombado e entorno modificado Fonte: Delphino (2008)

Na figura 11 observa-se, ao lado do casarão tombado, uma loja de calçados que altera a paisagem, afetando o entorno do bem tombado. Para Scocuglia (2004) é primordial para a manutenção do patrimônio histórico, que haja harmonia entre o conjunto edificado e seu entorno, evitando assim sua descaracterização. Tal elemento não tem sido observado na cidade. Aponta-se em São Sebastião o problema da falta de interação da comunidade e o patrimônio. Para Canclini (1999, p. 18):

[...] O patrimônio cultural serve como recurso para reproduzir diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos grupos dominantes que impõe um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Esses grupos é que definem quais bens são superiores e devem ser conservados.

É no futuro que os problemas aparecem como os retratados nas fotos, decorrente da descaracterização e falta de preocupação em preservar. A Capela de São Gonçalo, por exemplo, é um bem tombado, virou um museu que a população local pouco freqüenta, fazendo com que ele permaneça aberto, mas quase sem nenhuma visitação ou interesse em seu acervo ou em sua história. Nesse museu ocorriam algumas festas muito concorridas na cidade, mas que foram esquecidas (EDIVALDO NASCIMENTO, 2008).

A perda do patrimônio cultural

O município de São Sebastião é muito rico em exemplares de patrimônio cultural tangível e intangível, mas muitos turistas e até mesmo moradores desconhecem tais exemplares.

O progresso é inevitável, a cidade tem de crescer, ainda mais uma cidade que não depende economicamente apenas do Turismo, pois tem uma empresa petrolífera importante, aliada a um porto atuante e que cada vez mais ganha importância no Estado.

Mas esse legado que está sendo menosprezado representa a história da comunidade da região, representa um passado de toda uma nação.

Para Gonçalves (2002, p. 89) a proteção do patrimônio se justifica pela identificação de uma situação de desaparecimento e destruição de bens móveis e imóveis, porém não basta apenas catalogar e esperar que isso seja respeitado.

Conforme relatado por Edivaldo Nascimento (2008):

A casa caiu em 1968, e o oratório ficou embaixo dos escombros por uns 15 anos, quando ele foi retirado de lá, já estava em pedaços, aí nós guardamos uns pedaços dele, até que em 1997 ele foi restaurado e foi descoberto que havia uma pintura por baixo das camadas de tinta.

Esse relato demonstra o precário estado de conservação do patrimônio histórico e apesar do reconhecimento de sua importância pelo IPHAN, as obras de arte ali presentes foram relegadas ao abandono, tendo sido recuperadas por "acaso". Situação essa que pouco se modificou visto que vários imóveis encontram-se descaracterizados, nada sendo feito para impedir o avanço desse processo.

Conforme Edivaldo Nascimento (2008):

A porta do passo ficou assim conhecida por causa da casa, a casa que ficava na Rua Bandeirantes, era uma casa de pau a pique, construção do

século XVIII, e tinha um oratório grudado na parede, com abertura para a rua, de um lado tinha comércio do outro era moradia e tinha aquela porta fechada que ficava fechada durante todo o ano e só abria na quinta feira santa, para passar a procissão do encontro, que era uma procissão com Nosso Senhor dos Passos, que carrega uma cruz nos ombros. É essa imagem que está aqui no museu. Ele saia daqui da Capela de São Gonçalo, que hoje é o museu, carregado pelos homens e ia se encontrar com Nossa Senhora das Dores, que ficava lá na Matriz, então fazia o encontro, o quarto passo da Via Sacra, bem em frente ao Oratório, que era o mais importante. Lá dentro do oratório, tinha um quadro do século XVIII, uma pintura, enfeitavam com Flores, e mais um quadrinho menor que representava o quarto passo da via Sacra, e dali seguiam para a Matriz para ali darem o desfecho final, que era a crucificação com o Jesus que já estava lá preparado, para ser crucificado. Isso também aconteceu até 1963, aí eu volto a falar desse padre, que acabou com todas as festas, pois ele disse que não queria mais procissão do encontro e acabou com a festa. A porta fechou e não abriu mais, até a casa cair. A casa caiu em 1968, ela foi para o chão, e o oratório ficou embaixo dos escombros por uns 15 anos, quando ele foi retirado de lá, ele já estava em pedaços, aí nós guardamos uns pedaços dele, sempre guardando, guardando, até que em 1997 ele foi restaurado foi descoberto que havia uma pintura por baixo das camadas de tinta, e ta aqui na capela e não sai mais.

A porta foi recuperada acidentalmente, isso mostra o descaso pelo patrimônio cultural tangível e intangível local, pois além da porta do Passo que é uma relíquia histórica ainda tinha toda a procissão que foi esquecida, mas que era uma tradição local.

Segundo conversas informais na Secretaria de Cultura e Turismo local, muita coisa é feita com o aval da prefeitura que está interessada no progresso da cidade, o aterro do mangue para ampliação do porto tem o aval do poder público local fato descrito com mais detalhes no próximo capítulo, e para isso não cria nenhum tipo de problema para quem altera ou transforma o patrimônio tombado. Para a moradora Potira Augusto (2008): "Em São Sebastião a Prefeitura e nada é a mesma coisa. Em Caraguá, existe uma preocupação maior por parte da Prefeitura".

Os entrevistados para esta pesquisa foram unânimes com relação a preservação do patrimônio cultural intangível. Muitas danças típicas se perderam no tempo, por falta de interesse da população jovem, que deveria ser estimulada pela prefeitura que também nada faz, mas muitas vezes se apropria da nomenclatura histórica para promover um evento atual, descaracterizando totalmente uma tradição.

Conforme Edivaldo Nascimento (2008):

A Congada do Bairro de São Francisco, já esteve muito tempo parada, agora retornou mas já não é mais como antes. O horário que eles se apresentam é um horário fora, não é como antigamente que era de dia, hoje eles se apresentam a noite, a noite não é legal, tem que ser de dia, nada de noite. Porque assim você pode ver os enfeites.

Para Potira Augusto (2008):

Minha família é toda de São Sebastião e minha avó participava de várias festas na cidade, existiam muitas festas religiosas, tinha festa, acho que era a do padroeiro, que durava a semana inteira. Tinha participação de grupos folclóricos, comidas típicas.

Quando Gonçalves (2002, p. 90) destaca a destruição, remoção de relíquias dos monumentos ou de valiosos objetos históricos, isso remete ao que o senhor Edivaldo Nascimento (2008) relatou sobre a história dos caixões desaparecidos e do santo que foi preso.

Tinham seis caixões aqui que eram comunitários, quando morria um pobre, uma pessoa que não tinha condições, o povo vinha aqui e pedia ao padre o caixão, levava para a casa do defunto, [...] colocavam em cima de uma mesa, punham o morto dentro enrolado em um lençol branco, e velavam o corpo, depois eles faziam o cortejo, às vezes de muito longe, lá do bairro São Francisco, e tinham que passar aqui na Igreja, para o padre benzer, senão não enterrava. [...] O cemitério é aqui atrás e faziam a cova, enterravam o morto enrolado no lençol e devolviam o caixão aqui na igreja, para caso outra pessoa precisasse. De vez em quando o padre aqui da capela lavava os caixões e colocava para secar aqui na rua em frete a Capela. O Caixão tinha três nomes: Caixão dos Pobres, Caixão de São Benedito e Caixão Comunitário. [...] Quando eu era criança cheguei a ver três aqui na frente secando.

[...] O Delegado não sabia quem prender, prendeu a imagem do Santo, apesar de que outro dia passou um advogado ai, e conversando comigo, nos tocamos neste assunto e ele falou que viu o documento, leu o documento, disse que era muito grande. Aí pegaram o documento e disseram que este documento esta em Campinas, na casa de um advogado. Mas esse documento devia estar aqui né?

De acordo com Gonçalves (2002) durante anos vários objetos de valor foram comercializados por colecionadores do Rio de Janeiro e São Paulo e até mesmo do exterior, ao que classifica como fatal, como morte de uma nação, de uma comunidade. São pedaços da história de um povo que estão adornando uma sala de estar, um escritório com pouca ou nenhuma visibilidade, apenas para agradar as elites.

Gonçalves (2002) chama isso de retórica da perda, ou seja, a dilapidação do patrimônio cultural nacional, muitas vezes, com a benevolência das autoridades. No município de São Sebastião ainda existem exemplares que podem ser recuperados e preservados. Embora observe-se o desinteresse pelos bens, pois muitos realmente remetem às elites e não ao povo, não importa quem represente, o seu significado; os bens integram o

patrimônio da nação e nesse sentido deve estar acessível a todos e não restrito a uma propriedade particular ou sob o risco de desaparecimento.

Essa indiferença da população acaba por ser a responsável pela perda desse patrimônio cultural (GONÇALVES, 2002), mesmo que não traga receita para a cidade, mesmo que a prefeitura não consiga uma maior arrecadação de impostos.

Para Meneses (1992, p. 189):

Falar de patrimônio cultural é falar de valores. [...] Neste processo, as coisas materiais e seus atributos têm uma enorme importância para a comunidade local.

Um dos grandes problemas motivadores dessa indiferença está ligada à educação, visto que o programa de educação patrimonial é modesto no país, bem como os precários incentivos públicos permanentes visando a preservação, valorização e aproximação do cidadão com o patrimônio histórico cultural.

De acordo com Gutiérrez (1992, p. 124):

Na noção de bem comum que está implícita em toda política de defesa do Patrimônio Cultural, os valores de identidade e referência estão articulados à importância que tenham estes bens na vida da comunidade.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu artigo 216, parágrafo primeiro, o poder público, juntamente com a colaboração da comunidade tem a responsabilidade de promover e proteger o patrimônio cultural. Na teoria é bastante interessante, mas de acordo com Meneses (1992) nossa sociedade preferiu transferir suas culpas e utopias para a Carta Magna. Embora a constituição tenha tal artigo, no centro histórico de São Sebastião, analisando as entrevistas e observando o patrimônio foi possível perceber que nem sempre a prefeitura local está disposta a investir na preservação, pois a cidade tem que crescer, mesmo que para isso seja necessário abrir mão de parte da história local. Para Meneses (1992) as políticas culturais oficiais serão sempre insatisfatórias.

Segundo Magalhães (1984 apud GONÇALVES, 2002, p. 98) essa herança cultural européia, implementada no Brasil a partir dos anos de 1930 com uma exclusiva valorização dos bens culturais das elites, é uma das responsáveis pela indiferença da população, que não vê necessidade de preservar, por exemplo, um imóvel que pertenceu a uma marquesa, pois ele não se reconhece nele.

Conforme Engels (apud SEGRE, 1992) há uma separação radical entre burguesia e proletariado no uso e percepção do espaço urbano. Portanto em espaços que a população acredita terem pertencido às elites, o cidadão simplesmente ignora, não se interessa com seu destino.

Para Segre (1992, p. 102):

A sociedade industrial moderna destruiu a imagem de coerência estética da cidade. A persistência do discurso cultural identificado com a qualidade do entorno construído que permitia a progressiva articulação de diferentes manifestações artísticas, se desintegra ante a extensão da agressiva volumetria das edificações e a segregação territorial dos grupos sociais que nela habitam.

Meneses (1992, p. 193) dividiu em quatro categorias de valor, capazes de operar as definições do significado cultural: valores cognitivos que estão associados à possibilidade do conhecimento e que sua perda tem impacto direto tanto na comunidade, quanto na cidade; valores formais que mobilizam propriedades dos objetos físicos, para funções estéticas; valores afetivos que implicam relações entre a comunidade com os bens e espaços e os valores pragmáticos que são os valores de uso, que são marginalizados, pois freqüentemente são taxados como pouco ou nada culturais.

Em São Sebastião o artesanato caiçara está desaparecendo, prejudicando a renda da comunidade local e contribuindo para o esquecimento e desaparecimento de técnicas artesanais. A expansão dos condomínios a beira mar também contribuem para o abalo nesses valores afetivos, pois o morador vê seus sítios simbólicos de pertencimento, ou seja, as áreas que não deveriam ser transformadas, alteradas segundo a lógica do Turismo (ZAOUAL, 2006)

A memória local

Conforme relatado anteriormente essa pressão no patrimônio cultural favorece a perda da memória da comunidade local. Para Decca (1992, p. 133):

A história vivida atualmente vem sofrendo rupturas sem precedentes com relação ao passado, e o equilíbrio instável do presente atesta essa perda da continuidade histórica, além de deixar em suspenso o próprio devir das sociedades contemporâneas.

Segundo Edivaldo Nascimento (2008):

Isso tudo era trabalho do fotógrafo que tinha aqui na época, o senhor Agnello Oliveira, um fotógrafo caiçara, ele que foi responsável por estas fotos, senão não teria nada não. Ele começou em 1915 e acabou em 1979, quando morreu e deixou um vasto acervo. Esse acervo eu recolhi grande parte e guardo comigo.

Pelo tempo que ela ficou fechada, o caiçara abandonou essa capela, na verdade. Por que ela fechou em 1964 e reabriu somente em 1991, olha só o tempo que ficou fechada, uns trinta e poucos anos. Então o povo perdeu a identidade com a capela. Só aqueles mais antigos que sabiam das festividades que tinha aqui e que tem aquele amor pelo local, como eu que participava das festas com a minha mãe, meus parentes, então a gente tem aquele carinho pelo prédio, tem muito a ver com a nossa vida aqui. Mas é o que eu sempre falo, mas só aqueles que até 1964 viram isso aqui funcionando. Depois isso aqui se perdeu, se você for falar com um caiçara que nasceu depois de 1970, dia 20 é dia de que? Ele não vai saber responder. Eu fico bobo com isso, não sabe que é dia do Padroeiro, nem sabe que tem santo padroeiro na Igreja.

A imagem do centro histórico original, ou seja, repleto de casarões, está restrita a poucos moradores que ainda guardam em suas memórias como a cidade era e todas as festividades que aconteciam e que foram perdidas com o passar dos anos. O poder público local deveria ter elaborado e implementado políticas públicas visando à manutenção desse legado, mas o que se vê é a perda do patrimônio cultural, com a população jovem com pouco interesse na preservação desse patrimônio local.

De acordo com Lombardi (1992) é preciso considerar a cidade como um série de monumentos por meios dos quais nós podemos reconhecer as transformações ocorridas no tempo, é possível identificar toda a história local, como a cidade se desenvolveu ao longo do tempo, demonstrando a vital importância da preservação de tais bens.

Um grande empecilho enfrentado por São Sebastião é a falta de espaço na área central, que será retratada no próximo capítulo, e impede que aja tal como em outras cidades históricas, que dispõem de dois centros, o histórico e turístico e outro comercial, mais moderno, permitindo o seu crescimento e desenvolvimento sem afetar o patrimônio cultural local.

A urbanização do município não pode afetar a história, a memória da localidade, simplesmente em prol do progresso. Para Gutiérrez (1992, p. 124):

Existe uma problemática do entorno e a integração da obra no conjunto em cidades históricas, [...], onde urgências sociais e carências de recursos impedem que esse patrimônio seja tratado como deveria.

O autor acima ainda salienta que a estratégia de recuperação de áreas históricas passa pela atração de moradores para esses locais, evitando torná-los exclusivos para o Turismo. Assim esse morador vai passar a se preocupar com esse legado histórico e não vai mais acreditar que aquele espaço só pertence às elites. O patrimônio não pode ser tombado e preservado e ficar fechado, é preciso dar um uso, uma destinação e para que isso aconteça é

muito importante atrair a comunidade local para tais espaços, seja como moradia, seja como espaço de sociabilidade.

Aliado a isso é primordial que a memória local não desapareça ou fique restrita a população mais velha. De acordo com Edivaldo Nascimento (2008):

Os novos assumem esse pensamento, de derrubar os casarões, por que não sabem o passado. É por isso que acontece esse tipo de coisa. Se o cara conhece fala diferente, porque senão como nós vamos provar depois, que tinha casarão.

Segundo Mattos (1992, p.153):

O enraizamento numa tradição significa nosso pertencimento a pontos de origem, porque só podemos saber quem somos hoje se reconhecermos nosso ponto de partida

Ou seja, a valorização da cidadania encontra-se associada a valorização do passado, da identidade e da memória. De acordo com Benjamin (apud MATTOS, 1992, p. 153):

Existem duas formas de memória, o Monumento que faz parte da memória oficial, que é feito para durar e ter um significado, e o Documento que fica aos pedaços, sem sintaxe absolutamente clara para nós. [...] A questão do desenraizamento deve ser vista como perda da tradição, como perda da memória.

Uma cidade sem memória e sem história faz com que a população local não tenha referências. De acordo com Reis Filho (1992) a memória é a base para a construção da identidade, da consciência do indivíduo e dos grupos sociais. "É a memória que vai registrar todo o processo de identificação dos sujeitos e suas relações com o espaço em que se inserem" (REIS FILHO, 1992, p. 167).

Segundo Gonçalves (1988, p. 266):

A nação, enquanto coleção de indivíduos, através da posse de seu patrimônio cultural ou sua cultura, define sua identidade. [...] a cultura é pensada como coisa a ser possuída, preservada, restaurada.

A prefeitura tem interesse em ver a cidade crescer visando arrecadar mais impostos, mas também tem que evitar a perda dessa memória, dessa história, principalmente porque a partir dela a comunidade local se desenvolve. São Sebastião precisa de uma administração pública capaz de reinventar o município, com a preservação do patrimônio cultural e natural, desenvolver o Turismo aliando o desenvolvimento e o progresso da cidade.

1.4 O patrimônio cultural intangível

A categoria de patrimônio cultural compreende as expressões de vida e tradições da comunidade, grupos e indivíduos que recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes (http://www.brasilia.unesco.org). Pode ser chamada também de patrimônio cultural imaterial, mas nesta pesquisa o termo adotado foi patrimônio cultural intangível por ser o termo mais usual atualmente.

O Governo Federal regulamentou o artigo 216 da constituição de 1988, através do Decreto 3.551/2000, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI e instituindo formas de protegê-lo através do inventário e do registro em livros temáticos no IPHAN, a saber: Registro dos Saberes, Registro das Celebrações, Registro das Formas de Expressão e o Registro de Lugares de Sociabilidade. Dentre o que é considerado patrimônio intangível, pode-se citar como exemplo as lendas, a culinária de uma localidade, o artesanato, a fabricação de instrumentos, brincadeiras, as formas de expressão, a música, as artes visuais, as festas e celebrações e os lugares de sociabilidade.

Ao que se refere ao patrimônio cultural intangível do município tema dessa pesquisa, o artesanato, as festas tradicionais e os espaços de sociabilidade são as categorias mais afetadas, pois o artesanato está desaparecendo, muitos artesãos estão deixando essa atividade para trabalhar no Turismo dentre outras atividades. Ao que se refere, às festas tradicionais só o nome vem se mantendo, mas a sua essência foi alterada visando atrair um número maior de pessoas e muitos espaços de sociabilidade foram transformados pela atividade turística, ou pelo desenvolvimento econômico, perdendo a memória e as histórias, provocando o esvaziamento e a alteração do uso

De acordo com Potira Augusto (2008):

[...] Existiam muitas festas religiosas, como a do padroeiro, que durava a semana inteira. Tinha participação de grupos folclóricos, comidas típicas. Hoje não existe mais, acho que por desinteresse mesmo do povo, quem é mais novo não tem interesse em ficar na região, não tem interesse nas tradições locais.

Segundo Edivaldo Nascimento (2008):

Nós estamos na Capela de São Gonçalo que hoje é o museu de Arte Sacra. Até 1963, havia aqui uma grande festa em devoção a festa de Nossa Senhora do Carmo, era uma festa de 9 (nove) dias, de novena, havia a apresentação de grupos regionais, banda de música, leilão todas as noites. As prendas que eles davam, não eram como as de hoje que eles dão televisão, geladeira, as prendas eram: cacho de banana, peixe seco, pato, galinha, marreco, porco.

O cara ganhava um leitão e ficava feliz da vida, às vezes o leitão fugia aqui e era uma correria danada! Ficava até engraçado.

Dentre algumas histórias do município, a que mais foi repetida por moradores e comerciantes é a do santo que foi preso na cadeia, porém apenas pessoas mais velhas a conhecem, a população jovem não a vivencia e repete o que está disponível eletronicamente.

Segundo Edivaldo Nascimento (2008):

Uma pessoa morreu e o povo falava que o santo tinha castigado aquela pessoa, e para o povo aqui, o santo tinha matado a pessoa. Então o delegado não sabia quem prender, prendeu a imagem do Santo...

É importante valorizar o artesanato, as festas e as danças de forma de preservar a cultura caiçara, ou seja, a identidade e a memória de uma parcela da população. Lovisolo (1989, p. 16) afirma "que as organizações promovem ações para nutrir e valorizar a memória, sobretudo aquela que espelha o caráter coletivo. A memória valorizada é a que de praxe reconhecemos como histórica e coletiva e sua perda é negativa."

Lovisolo (1989, p. 16) também aponta que "a memória coletiva é fundamental para o sentimento nacional, para a consciência de classe, das minorias, sendo constitutiva das lutas contra a opressão ou a dominação. É valorizada por sua participação na construção da identidade e da comunidade." Este é um dos principais problemas na cidade tema desse trabalho, ou seja, a memória local está sendo perdida, justamente pela falta de valorização de técnicas, de saberes, de festas tradicionais que muito significam para a população local e de seus antepassados. Bastos (2004) diz que é preciso evitar o desenraizamento, é preciso envolver os moradores com o patrimônio, ou seja, com a permanência de suas memórias, de suas técnicas e que embora a comunidade tenha dificuldade em reconhecê-la como patrimônio local, cabe a ela fazer sua indicação do que é importante, que tem um significado histórico e lutar pela sua preservação.

Conforme Edivaldo Nascimento (2008):

O artesanato de São Sebastião usava-se muito vime para fazer esteira de dormir, balaios, passarinhos de madeira, canoas, pequenas canoas, redes, isso era o que mais se vendia na época e nos gêneros alimentícios, o forte era o peixe seco, alimento o que mais se vendia era peixe seco e banana. Havia muita plantação de Banana que era transportada para Santos e também como tinha abundância de peixe o único jeito de conseguir vender era secando o peixe. Hoje quase não se vê mais peixe seco, é difícil de encontrar, coisa rara mesmo o peixe seco, não por falta de peixe é porque a nossa cultura foi morrendo.

A memória da cidade está se esvaindo, já que apenas alguns poucos moradores, geralmente a população mais idosa, ainda lembra de acontecimentos passados que não despertam a atenção e curiosidade dos mais jovens, tanto em preservar quanto em aprender para repassar para seus descendentes.

De acordo com o relato de Edivaldo Nascimento (2008) "voltam com mais gente para eu contar as historias que eu contei, como por exemplo, a historia do santo que foi preso".

Para Gonçalves (1988, p. 266) "a nação é identificada com indivíduos reais, sendo portadora de atributos como autonomia, vontade e memória" e mais adiante será demonstrado que na localidade em questão é justamente o que está sendo negada à comunidade local, que é impedida de produzir, que está assistindo sua memória se esvair e tem que dividir ou é excluída dos espaços sociais que ainda não foram apropriados pelo Turismo ou pela expansão comercial/industrial da cidade.

Outra questão importante é com relação ao artesanato que é fonte de renda para a comunidade local, porém por depender basicamente de apenas um tipo de matéria-prima, está sofrendo pela sua escassez. O artesanato local baseia-se principalmente na *Tabeluia Cassinoides*, nome científico da Caixeta que é uma espécie arbórea que pode chegar até a 20 metros de altura.

Carvalho (2001) fez um estudo sobre o artesanato de caixeta na cidade de São Sebastião e já relatava o problema que os moradores passaram a enfrentar com a proibição de extrair essa espécie do meio natural, visto que a cobertura vegetal do estado de São Paulo está sendo devastada. O objetivo deste trabalho era realizar um estudo de caso sobre a produção de artesanato em São Sebastião identificando os fatores que pudessem limitar tal prática e as potencialidades dessa atividade. Foram feitos alguns levantamentos junto à prefeitura do município e a alguns artesãos em quatro períodos diferentes tendo sido possível constatar que muitos artesãos abandonaram essa prática, diante das dificuldades impostas pela limitação de exploração da caixeta. Em 1990 havia trinta e oito artesãos que utilizavam da caixeta para produção de sua arte, mas em 1999 foram encontrados apenas quatro.

Para produzir seus artefatos, os artesãos locais precisam dessa espécie, mas o problema é que a extinção da matéria-prima limita sua exploração comercial, impedindo e reduzindo drasticamente sua produção. Ainda é possível andar pelo centro da cidade e encontrar algum tipo de artesanato, como peixes e pássaros coloridos moldados em caixeta com os mais diversos desenhos e funções decorativas ou utilitárias. A caixeta é utilizada por ser uma madeira clara e mole, que cede fácil ao formão ou à faquinha, instrumentos de

trabalho de caiçaras que se concentram principalmente em Camburi. Outra vertente do artesanato local são as peças em taboa, desde chinelos e chapéus até grandes tapetes. Juquehy constitui outro centro do artesanato caiçara. Além do artesanato típico, a Costa Sul e sobretudo os sertões do Camburi concentram artistas que trabalham com materiais diversos e também se destacam na música e por meio de espetáculos teatrais, contribuindo para o enriquecimento da diversidade cultural do município.

De acordo com Carvalho (2001) o artesanato de caixeta foi criado na década de 1980, como resultado do Turismo instalado na região. Trata-se de técnicas de entalhe em madeira desenvolvida pelos caiçaras locais em virtude da então farta disponibilidade do recurso natural na cidade. Muitos caiçaras venderam suas terras quando o Turismo começou a ser explorado com maior intensidade, a partir da década de 1970, com a abertura da Rodovia Rio-Santos, e começaram a ser privados da extração da caixeta para seu sustento, por não terem mais a posse de áreas onde antes se encontrava tal espécie. Com a urbanização crescente, áreas antes intocadas viraram redutos de condomínios principalmente para turistas, agravando o problema ambiental, fazendo com que a *Tabeluia Cassinoides* entrasse em processo de extinção. Com a legislação ambiental vigente, a caixeta passou a sofrer restrições de corte, ficando condicionada a um plano de manejo¹¹, instrumento técnico que possibilita a exploração sustentável da caixeta. O problema é que esse plano é caro, e os artesãos não dispõem de recursos para tal prática (CARVALHO, 2001). Além disso, a prefeitura também não se dispõe a ajudar tal demanda, contribuindo ainda mais para a deterioração dessa prática artesanal.

Os artesãos ficaram com duas alternativas, explorar mesmo que ilegalmente essa espécie ou abandonar a técnica, que foi o que acabou prevalecendo, contribuindo ainda mais, por exemplo, para o desaparecimento de técnicas de entalhe, fazendo com que uma parte desse patrimônio seja perdido.

Luchiari (2002) afirma que os caiçaras foram desapropriados de suas posses, de suas casas e sítios de onde tiravam seu sustento, pela legislação do Parque Estadual da Serra do Mar, que foi criado em 1977 e ampliado em 1979, com uma área de 309.938 hectares que se estende dos municípios de Ubatuba no litoral norte, até Peruíbe no litoral sul, recobrindo os 5% remanescentes da mata atlântica no estado de São Paulo. Nesse território são proibidas atividades agrícolas, pesca nos rios, extração (especialmente da caixeta) e caça.

diretrizes básicas para o manejo da Unidade (www.ibama.gov.br).

56

¹¹ É um projeto dinâmico que determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades. Estabelece desta forma,

Os recursos naturais das florestas formam a base da cultura material dessas populações que tem seu modo de vida intrinsecamente ligado ao meio natural. O número de espécies usadas por essas populações é muito grande (LÉVI-STRAUSS, 1987 apud CARVALHO, 2001).

Para Behr (1994 apud CARVALHO, 2001, p. 2):

[...] as populações tradicionais, como são chamados os moradores locais, através de seu artesanato, contribuem para a manutenção dos ecossistemas (hábitat) onde vivem.

Quem depende desses vegetais para sobreviver, tem interesse na sua preservação e acaba se interessando e atuando como um fiscal, denunciando desmatamentos ilegais.

O artesanato constitui alternativa para manter o caiçara dentro da comunidade e inibir sua saída para trabalhos em empreendimentos turísticos (CARVALHO, 2001). O Turismo tem condições de alavancar a economia de uma localidade, mas para o caiçara, é mais interessante a venda de sua arte, que ele pode exportar para outros municípios, estados e até mesmo países, do que trabalhar como empregado e correr o risco de perder o emprego na baixa temporada. Aliás, esse é um dos grandes entraves em cidades que vivem exclusivamente do Turismo, principalmente quando o segmento explorado é basicamente o de sol e praia, como é o caso de São Sebastião.

Com relação à impossibilidade de extração do vegetal em questão, existe um exemplo na década de 1980 de organização de uma comunidade que através de um movimento social conseguiu que fossem criadas as Reservas Extrativistas - RESEX que visam atender a necessidade dos seringueiros da decadente indústria da borracha (CARVALHO, 2001). É um exemplo do que pode ser feito em São Sebastião, afinal trata-se de uma técnica que está se perdendo apenas porque foi criada uma lei que impede sua extração sem um plano de manejo, pois a população local desconhece como deve ser feito, ou não tem condições de arcar com tal custo. Prats (1998) afirma que o verdadeiro patrimônio a ser conservador e transmitido é o conhecimento, pois não podemos conservar a totalidade da cultura e sim apenas parte do conhecimento. Para isso a preservação da técnica da caixeta que está sendo perdida é muito mais importante do que uma foto dos adereços produzidos com este material. O poder público local mostra a imagem de artesãos produzindo a partir da caixeta, mas essa técnica está sumindo aos poucos, sendo quase impossível de se encontrar objetos produzidos a partir dessa técnica, de acordo com a pesquisa de campo deste pesquisador.

As festas tradicionais se perderam ou foram desfiguradas com o passar do tempo, afetando duramente a cultura caiçara. Dentre as várias festas importantes do município muitas

deixaram de existir, principalmente as religiosas, hoje em dia só restaram a Festa do Padroeiro que é realizada durante o mês de janeiro em comemoração ao dia de São Sebastião. No dia 20 é celebrada uma missa tradicional com a procissão que percorre as principais ruas do centro da cidade. A Prefeitura também realiza shows na praça de eventos da Rua da Praia, e a Festa da Fazenda Santana, comemorada no dia 26 de julho. Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo do Município, uma vez por ano, a Fazenda Santana abre suas portas para a comunidade para a realização da tradicional festa de Santana, sua padroeira.

Edivaldo Nascimento (2008) discorre na entrevista:

[...] nos dias 16 ou 17 de março, no dia da Santa, no final da festa então, havia a procissão que saia da Capela de São Gonçalo, o povo todo acompanhando, dava a volta no quarteirão, São Sebastião naquela época, 1962, tinha aproximadamente 10.000 moradores, por ser mês de férias então, tinha muita gente que acompanhava. A procissão começava às 17:00 e terminava as 17:30, ai então começava tudo de novo. Tinha fogueira, banda de música, leilão até que acabasse as prendas que eram doadas pelos moradores e comerciantes da região. Essa festa começou no final de 1800 e durou ate 1962, aí em 1963 acabaram. Tinha outras festas religiosas, Santo Antonio, São Benedito, São João Batista, aí em 1963 acabaram também. Acabou tudo quando um padre brasileiro substituiu um padre alemão, ele acabou com todas as festas religiosas, ficando somente com a festa do padroeiro, que é a de São Sebastião, no dia 20 de janeiro, porque essa ele não podia acabar.

É comum a prefeitura organizar *shows* nos períodos de alta temporada, trazer grupos musicais e vender o espetáculo com sendo de cultura caiçara, mas que pouco tem dessa cultura. São *shows* com bandas e duplas famosas da atualidade e sem querer desmerecer esses artistas, eles atraem um tipo de turista ou de visitante que agrega pouco valor para a economia local, pois vem apenas para os *shows* e que depois retornam para sua cidade e acabam contribuindo para que turistas mais exigentes, muitos, moradores dos condomínios da cidade, optem por não comparecer nesses espetáculos por discordarem de sua formatação. Um espetáculo caiçara deveria ser formado por grupos regionais, da própria cidade, com grupos de dança folclórica e não com grupos da moda que atraem apenas fãs interessados nos *shows* e depois vão embora deixando um rastro de sujeira na cidade.

Naturalmente, estes shows devem gerar receita para a economia local, ou pelo menos atrair a atenção da mídia na divulgação do município, mas não deveriam ser rotulados como caiçaras, pois estes deveriam primar pela exibição de danças, músicas, bens culturais preservados como patrimônio e que façam parte do repertório da comunidade local. Na figura 12 é possível identificar a denominação do evento como caiçara, todavia, as suas principais atrações ancoravam-se em de estilos musicais e bandas de ritmos comerciais.

Segundo Edivaldo Nascimento (2008):

[...] de caiçara só tem o nome, gastam uma fortuna para trazer uma dupla famosa como Zezé de Camargo e Luciano, nada contra os cantores, mas não tem nada a ver com o caiçara. No passado era diferente, era o pessoal daqui.

O depoimento de Nascimento aponta a falta de interesse na preservação da cultura caiçara, do patrimônio cultural intangível que está sendo deixado de lado em prol da contratação de espetáculos com artistas de renome, que conseguem atrair multidões para a cidade e, consequentemente a atenção da mídia que anuncia gratuitamente esses *shows* nos telejornais, pois tais eventos conseguem atrair um público bastante expressivo, como por exemplo o *show* da cantora Ivete Sangalo que se apresentou em Caraguatatuba no verão de 2009. O problema é que esses eventos são vendidos como exemplares da cultura caiçara, que deveriam ter artistas locais, mas tem artistas de renome regional ou nacional, como bandas de rock ou de axé descaracterizando o evento.

Segundo Melo Neto (2005, p. 55):

Há uma sistemática tendência de privilegiar o evento em lugar da cultura, o entretenimento em lugar da arte e, o que é mais grave, mercantilizar a produção, transformando arte em produto.

A prefeitura local deve atrair turistas e organizar *shows*, bem como montar eventos típicos que valorizassem a cultura tradicional, como por exemplo, incentivar a apresentação da Congada do Bairro de São Francisco cujo horário da apresentação foi alterado para atrair mais turistas, mas que não atende a natureza da apresentação segundo Nascimento. Trata-s do exemplo de uma tradição alterada, talvez, visando atrair mais pessoas, e conseqüentemente, mais dinheiro para o município. O problema não está em querer um público maior para o evento e sim em alterar um evento tradicional desrespeitando a cultura caiçara.

Conforme Melo Neto (2005) "tal enfoque é responsável pela geração de produtos culturais de baixa qualidade, o que se traduz no empobrecimento do nosso patrimônio cultural", contribuindo cada vez mais para a descaracterização do evento tradicional.

Isso fica visível nos depoimentos de três dos entrevistados para esta pesquisa que mesmo morando ou frequentando a região há muitos anos, não conhecem os eventos tradicionais.

De acordo com Potira Augusto (2008)

Olha! Eu mesmo não conheço muita coisa, mas como eu disse, minha família é toda de São Sebastião e minha avó participava de várias festas.

Conforme Henrique Kottek (2009):

Eu sei que tem algumas festas, mas só de ouvir alguns vizinhos falarem. Eu não conheço nenhuma, nem sei dizer o nome. Durante o ano acontecem vários eventos, mas nunca fico sabendo quando vão acontecer, vem muita gente de São Paulo pra cá, mas mesmo assim, eles não fazem propaganda em São Paulo, quem tem casa na cidade, só fica sabendo quando chega a sua casa.

Segundo Marize Gouveia (2009):

Sinceramente, eu frequento o litoral norte há mais de 20 anos e pouco conheço da cultura local. Sei que tem algumas festas, mas não sei o nome de nenhuma.

Os produtos gerados pelas classes populares são mais representativos da história local e mais adequados as necessidades presentes [...] o Estado tem uma relação ambivalente com o patrimônio, devendo valorizá-lo e promovê-lo como elemento integrador da localidade. (CANCLINI, 1999, p. 18).

Segundo Melo Neto (2005, p.55), "a arte é banalizada porque subjugada e submetida às leis de mercado e de consumo fácil, [...] o show é mais pirotecnia do que produção cultural". Isso significa que não importa que os eventos destoem de suas características originais.

Conforme Edivaldo Nascimento (2008):

Na festa do padroeiro, dia 20 de janeiro, sempre os grupos folclóricos apareciam isso já era uma coisa perpetuada na época. Sempre de dia, nada de noite. Porque assim você pode ver os enfeites. Tem que ser de dia, até para quem for fotografar fica mais fácil.

[...] Tinha a festa de aniversario da cidade, que era muito comemorada, hoje já não é como antigamente, tinha banda de música, apresentação de grupos folclóricos, depois tinha a parte esportiva tinha a travessia de natação até Ilha Bela, corrida de pedestre, bicicleta, muitos grupos de gincana, apresentação de muitos grupos folclóricos, como a dança dos Caiapós, congada, tudo isso acontecia em um dia só, que era o dia 16 de março, hoje a festa do aniversário da cidade é uma festa política, não tem mais nada. Acabou tudo, assim como acabou nossa cultura e nosso modo de vida, o artesanato local também desapareceu.

O importante é atrair público e com isso gerar receita para a cidade, com isso a cultura local vai se restringindo cada vez mais a memória de poucos habitantes.

A prefeitura tem responsabilidade na manutenção da história e sua valorização, ao atrair turistas e gerar receitas, deve cuidar para não esvaziar e promover o desaparecimento dos eventos tradicionais, ou até mesmo diminuir o interesse da comunidade por se sentir desprestigiada. O patrimônio cultural pode ser convertido em atrativo turístico e incrementar a visitação local, proporcionando investimentos importantes para a economia, resultando, até

mesmo, em programas de inclusão da população caiçara previstos no programa de desenvolvimento turístico de uma localidade, ou seja, no seu planejamento do Turismo.

Conforme relato de Edivaldo Nascimento (2008):

Outra coisa que ele acabou, em maio, no mês de Maria, tinha a novena, e depois as crianças levavam flores para o altar de nossa senhora, ai tinha a coroação, ele também acabou com isso.

São tradições locais, que a comunidade seguia mas que aos poucos foram sendo relegadas ao esquecimento pela falta de interesse tanto do poder público que deveria zelar pela manutenção dessa memória, quanto da Igreja que via nesses eventos perturbações na fé católica e com isso aos poucos forçaram a população a deixar de lado esse patrimônio cultural.

Segundo Melo Neto (2005) "a cultura requer circulação, produção e assimilação", mas para que isso se torne realidade, é preciso investir em eventos culturais, que realmente valorizem o patrimônio cultural da localidade. Para Gonçalves (1988) "é preciso que haja autenticidade do seu patrimônio, para impedir que tais reproduções culturais sejam "pensadas como construções ficcionais sem nenhum fundamento necessário na história."

A cidade de Paraty e as cidades históricas de Minas Gerais são um exemplo de valorização dessa herança histórica e o Turismo. Segundo informações do sítio do Ministério do Turismo, Paraty foi eleita um dos dez municípios de maior importância estratégica ao turismo no Brasil. Para justificar tal escolha, foi ressaltada a importância de sua localização estratégica.

Segundo Silveira (2008, p. 6):

O Ministério do Ministério do Turismo incentiva o turismo em cidades históricas de todo o País. Especificamente em Minas Gerais, o projeto integra 25 destinos com vocação turística e relevância cultural, desenvolvido em parceria com a Associação de Cidades Históricas de Minas Gerais. Foram investidos mais de R\$ 4 milhões no projeto iniciado em dezembro de 2005 e com execução até 2008.

Para tanto, o patrimônio não pode ser perdido, ele tem que ser valorizado e atualizado. Para Scocuglia (2004) é preciso revitalizar o centro sem expulsar a população mais pobre, incentivando a participação popular e a busca das raízes culturais e históricas. São necessárias medidas que podem motivar a população caiçara em redescobrir técnicas ou manifestações culturais que possam estar esquecidas. Scocuglia (2004), também lembra que espaço o público é local de interação social, ou seja, no centro histórico é preciso investir em ações destinadas a despertar o interesse da população em voltar a usufruir desse espaço. Bastos

(2004, p. 79) afirma que "as expressões e os fazeres populares são vivenciados e atualizados socialmente, desaparecendo quando perdem funcionalidade e significado." É preciso criar espaços de sociabilidade que proporcionem a interação da comunidade com os turistas, mas de uma maneira que o caiçara não seja diminuído, não seja coadjuvante e sim um dos atores principais.



Figura 12- Faixa com anúncio de Arraial Caiçara Fonte: Delphino (2008)

Segundo Henrique Kottek (2009) "em São Sebastião, os eventos importantes ficam concentrados nas praias distantes, e o centro da cidade não ganha nada com isso".

A definição do que vai ser vendido para os turistas não é compartilhada com as comunidades locais, e o planejamento que normalmente costuma ser feito não contempla as minorias marginalizadas como os migrantes e no caso de São Sebastião, os caiçaras (DENCKER, 2004). Segundo Bastos (2004) muitas vezes o morador só fica sabendo que um determinado bem é preservado e considerado patrimônio cultural, depois que o processo todo já foi consumado e descobre que apenas algumas pessoas puderam dar suas opiniões ou fazer escolhas a respeito do que é legado histórico. Também é comum a eliminação de edificações ou logradouros com bastante representatividade local por pressão de algumas empresas, principalmente relacionadas à área de construção civil.

Prats (1998) afirma que a cultura e o patrimônio cultural têm-se convertido em espetáculo de consumo para o Turismo, e para muitas comunidades, a cultura e o patrimônio histórico passaram a ser o único ou o principal *modus vivendi*. Determinados elementos da cultura como, por exemplo, festas, festivais, foram convertidas em patrimônio cultural, constituem os atrativos turísticos principais de algumas cidades e regiões do Brasil.

Melo Neto (2005, p. 60) enfatiza:

Que a revitalização do entorno mediante eventos traduz a outra dimensão deste como elemento de revitalização do patrimônio histórico [...], pois a

atração de público para as cercanias de prédios históricos tombados estimulam sua visita e preservação.

Podemos citar a cidade de Paraty, localizada no litoral do Estado do Rio de Janeiro, tem suas edificações históricas tombadas pelo IPHAN desde 1974 e solicitou junto a UNESCO o título de Patrimônio Mundial. Para viabilizá-lo, segundo informações da prefeitura local, está aterrando a fiação dos postes de iluminação que descaracterizavam o centro histórico. Essa iniciativa baseia-se na tentativa de deixar o centro histórico o mais fiel possível as suas características originais. Tal proposta visa o reconhecimento da UNESCO, mas também contribui para alavancar o Turismo Cultural na localidade.

Como exemplos de Patrimônio Mundial Brasileiro protegido pela UNESCO, temos a cidade histórica de Ouro Preto/MG (1980), o centro histórico de Olinda/PE (1982), as missões jesuíticas Guarani, ruínas de São Miguel das Missões/RS (1983), o centro histórico de Salvador/BA (1985), o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo/MG (1985), o centro histórico de São Luiz do Maranhão/MA (1997), centro histórico da cidade de Diamantina/MG (1999), o parque nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu/PR (1986), o parque nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato/PI (1991), Mata Atlântica - Reservas do Sudeste SP/PR (1999), costa do descobrimento - reservas da mata atlântica BA/ES (1999), complexo de áreas protegidas da Amazônia central (2000), complexo de áreas protegidas do Pantanal - MS/MT (2000), áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas - GO (2001), ilhas atlânticas brasileiras: reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas - RN (2001), o plano piloto de Brasília/DF (1987), a arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi (2002) e o samba de roda da Bahia (2005).

Segundo informações do site da Prefeitura de Paraty, o centro histórico dessa cidade carioca não foi influenciado por seu centro comercial, que é localizado em outro lugar, dificultando a descaracterização do patrimônio em virtude do incremento das atividades econômicas na região. A preservação desse patrimônio desperta a visitação e a cidade recebe turistas interessados no patrimônio histórico, nas festas, principalmente as religiosas que segundo a prefeitura ainda persistem e despertam grande interesse. No início da década de 1980, o IPHAN, junto com a prefeitura de Paraty, estabeleceu critérios objetivos para uso e ocupação do solo e definiu parâmetros que constituem as normas federais de proteção do

patrimônio tombado¹², medidas destinadas à preservação da moldura paisagística local (http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimônio-cultural/mpf-rj).



Figura 13 - Canhões na praça Fonte: Delphino (2008)

Na figura 13, é possível perceber o descaso em relação à preservação do patrimônio histórico do centro histórico de São Sebastião. É possível sentar ou deitar nos canhões, assim como empurrá-los ou qualquer outra ação, visto que não há ninguém no local para impedir qualquer dano a este patrimônio, que, aliás, tem muitas histórias, pois responsável pela defesa da cidade em outras épocas, quando o país ainda era colônia de Portugal.

A legislação sobre a área envoltória de bens tombados é bastante restritiva, mas ao que foi possível perceber no trabalho de campo feito no município, é que parece não ter sido colocada em prática na área central local.

O risco da exploração massiva e exagerada do patrimônio cultural pode acabar destruindo-o, assim como a sua autenticidade o ideal é que haja um equilíbrio entre a rentabilidade econômica e a rentabilidade social (PRATS, 1998). Construir uma praça de eventos ao lado dos canhões não afeta o patrimônio, mas este também não pode ficar abandonado deteriorando-se, sem nenhum tipo de preocupação em preservá-los.

As praias Porto Grande e do Centro, na figura 19, são pouco utilizadas pelos turistas, em virtude de sua proximidade ao porto e aos constantes problemas com derramamento de óleo. Após a expansão do porto, tendem a desaparecer em meio aos navios que por lá irão passar ou atracar.

A população local tem como áreas de convivência na região central de São Sebastião, apenas a Avenida Altino Arantes, onde se localizam os bares, restaurantes, e onde acontecem

_

os *shows*, feiras e parques de diversão itinerantes. Na verdade esse espaço fica bem ao lado dos canhões, conforme dito anteriormente, estão abandonados à própria sorte. Essas áreas são divididas com os turistas, não há um local específico que seja apenas para os moradores. Muitas das antigas edificações viraram estabelecimentos comerciais ou foram derrubadas. Algumas alamedas foram reconstituídas, com obras de revitalização, tais como a troca do calçamento tanto da rua como das calçadas e a instalação de bancos e lixeiras. Segundo Edivaldo Nascimento (2008):

A população nativa mais idosa tem muita admiração e preocupação pela preservação do centro histórico, mas o poder público não apresenta projetos para a manutenção desses casarões, mesmo porque eles são vistos como entraves ao desenvolvimento local.





Figuras 14 e 15 – Alamedas históricas.

Fonte: Mendes (2008)



Figura 16 - Congada

Fonte: Departamento Pedagógico – Prefeitura de São Sebastião (2008)

A cidade pode investir na conversão do patrimônio cultural em atrativo turístico, tendo como alternativa sua transformação em mercadoria, porém isso pode comprometer ainda mais a relação dessa herança com o morador e até mesmo ampliar a degradação desse bem histórico. Uma alternativa que busca corrigir esta distorção é incluir o patrimônio nas atividades recreativas da população local (BASTOS, 2004). É preciso aliar a atividade

turística, com a preservação, onde um contribui com o outro, por exemplo, um festival caiçara pode atrair milhares de turistas interessados nessa cultura, na culinária, na dança e ao mesmo tempo gerar receita que pode contribuir para a permanência desse patrimônio cultural intangível, impedindo que migrantes ou governantes tenham a oportunidade ou interesse em acabar com essa festividade. As manifestações culturais tradicionais correm o risco de se perder através do tempo, em virtude da influência dos migrantes e da falta de interesse de gerações mais jovens na cultura de seus antepassados.

Conforme Henrique Kottek (2009) "o festival do mexilhão, que simboliza o início da temporada de pesca" é um exemplo de um evento típico local, que pode atrair turistas, movimentar a economia local e ainda preservar uma tradição da comunidade caiçara.

O patrimônio cultural tangível e intangível do município de São Sebastião enfrentam o risco de perda da identidade, da cultura, da memória da comunidade caiçara que habita a região há centenas de anos. Essa cultura que está sendo perdida constitui uma perda irreparável do patrimônio cultural intangível.

De acordo com Edivaldo Nascimento (2008):

Tinha a festa de aniversario da cidade, que era muito comemorada, tinha banda de música, apresentação de grupos folclóricos, como a dança dos Caiapós, Congada, tudo isso acontecia em um dia só, [...] hoje a festa do aniversário da cidade é uma festa política, não tem mais nada. Acabou tudo, assim como acabou nossa cultura e nosso modo de vida...

Segundo Andrade (1952 apud GONÇALVES 2002) além da propriedade privada, existe a propriedade coletiva, ou seja, a propriedade que no caso é a memória e a cultura de um povo que deveria estar acima de interesses particulares e políticos.

A cidade está deixando a história de um povo, de uma nação se esvair em prol do progresso, do crescimento local, causando um risco eminente de perda de identidade, onde a população não se reconhece em alguns locais, resultando até mesmo casos isolados, mas cada vez mais freqüentes de hostilidade na relação entre visitantes e moradores.

De acordo com Gonçalves (1988) "a nação define-se a partir da posse de seus bens culturais". É um patrimônio histórico-cultural que está desaparecendo sem que tomem medidas efetivas para impedir tal processo.

Para classificar a cultura como patrimônio, é preciso que ela seja considerada como propriedade pertencente a alguém, seja uma pessoa, seja uma comunidade. O importante não é considerar quem é o dono, se uma ou várias pessoas, o importante é que aja consciência da necessidade de preservação, da manutenção adequada (GONÇALVES, 2002).

Talvez seja uma forma de envolver a população com a preservação, com a manutenção desse legado, trazendo pessoas de todas as idades e *status* social para esse problema. A cidade tem que crescer, desenvolver-se, mas não precisa esquecer seu passado, sua história, suas raízes.

Gonçalves (2002) afirma que bens do passado que hoje estão esquecidos e em processo de deterioração podem repentinamente se tornar importante para o presente e estimulantes para o futuro e também por isso deveriam ser alvo de um melhor planejamento e proteção visando sua permanência.

O grande desafio da cidade é estabelecer a modalidade de relação entre a comunidade, os turistas e todas as esferas de poder público com o patrimônio. Segundo Andrade (1961; 1987 apud GONÇALVES, 2002). O patrimônio deve ser encarado como um objeto de família, pois quando o objeto passa a ser valorizado, reveste-se de importância, acaba sendo melhor preservado.

De acordo com Funari e Pinsky (2005, p. 9):

Ainda que a política de patrimônio tenha preservado muito desigualmente os bens culturais, com o predomínio do grandioso e rebuscado em detrimento daquilo que representava os costumes e anseios de muitos, não cabe dúvida de que o contato direto com museus, edifícios e artefatos históricos permite uma salutar abertura para a variedade cultural, no passado e no presente.

Somente com o uso, com a vitalidade do bem, será possível despertar o interesse preservacionista.

Para Gonçalves (2002, p. 77-80):

Um patrimônio cultural ao ser preservado tem que ser devolvido aos verdadeiros donos, ou seja, a comunidade local.

[...] Os objetos que integram o patrimônio são resgatados para serem exibidos, onde sua exibição autentica não somente o que eles representam, mas também o como eles representam.

Ao incluir o patrimônio como local de sociabilidade, a própria população passará a enxergar a importância desse resgate da memória, que de acordo com Rodrigues (2005) "a memória social será muito mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais e mobilizar as lembranças particulares."

Esse resgate da memória busca reatar a ligação entre a comunidade e sua história, resgatando valores e tradições que se perderam no tempo. Além disso é preciso que o desrespeito ao patrimônio cultural seja combatido e punido quando necessário.

Segundo informações do senhor Edivaldo Nascimento (2008) "um documento que provava a história do santo que foi preso foi roubada e hoje adorna a casa de um advogado", mas esse documento nunca deveria ter saído do município, deveria estar em algum museu, como o de Arte Sacra.

Tal documento tem grande importância histórica, além disso, algumas lacunas na história poderiam ser preenchidas. Conforme Edivaldo Nascimento (2008):

Seria legal, porque ai a gente ia saber da vida da pessoa, quem era a pessoa que o Santo "matou", o advogado que eu conversei, disse que o nome do cara era João Baleia mesmo, o apelido.

CAPÍTULO 2 – O desenvolvimento local e o patrimônio natural

2.1 A geografia do município

As praias do litoral norte do estado de São Paulo constituem destino com boa qualidade de água e, conseqüentemente, mais elitizado. Cerca de 90% das praias de São Sebastião encontram-se próprias para banho segundo a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB (anexo I), na alta temporada, que corresponde principalmente ao período de férias escolares de final de ano. São Sebastião (dispõe de 100 km lineares de praias) recebe intenso fluxo turístico.

As praias carecem de infra-estrutura, principalmente lixeiras para o descarte de resíduos. No passado eram distribuídos aos banhistas nas praias sacos para acondicionar o lixo produzido, mas tal prática durou poucos verões. Segundo o Comitê dos Catadores de Materiais Recicláveis e Cooperativas do Vale do Paraíba e Litoral Norte só não há um acúmulo de detritos nas areias, porque as associações de catadores mantêm um número grande de cooperados nas praias recolhendo todo material que possa ser reciclado, como latas de alumínio, garrafas *pet*, canudos plásticos e papel.

A reciclagem de lixo é bastante praticada no município, mas infelizmente isso acontece mais como alternativa de sobrevivência pela população desempregada do que pela consciência ecológica.

Os bairros do município correspondem às praias e em virtude da distância de algumas delas em relação ao centro da cidade, formaram-se pequenos centros comerciais. O quadro 1 mostra exatamente as distâncias, entre o centro e as praias, todavia, não é representativo no sentido de qualificar as dificuldades de acesso decorrente das características e situação das rodovias. Tendo como exemplo, o bairro Barra do Una que dista a 54 km acessível por meio de estrada em serra e curvas sinuosas, desmotiva o passeio ou compras no centro da cidade. Sem contar que na alta temporada existe a possibilidade de formação de congestionamentos, pois a estrada é de apenas uma faixa de rolamento em cada sentido. Resulta no confinamento dos turistas ao bairro no qual se encontra instalado ou visita às praias mais próximas sem se deslocar em direção à "cidade", termo como os turistas e moradores se referem ao centro de São Sebastião.

Fora o comércio local e as praias não há muito que fazer nesses bairros mais afastados, embora permaneçam edificações históricas, resquícios datados do final do século 19 e início do século 20, tais como as capelas caiçaras consideradas nesse estudo como exemplares do patrimônio cultural local.

Identificação do bairro	Distância do centro	Identificação do bairro	Distância do centro
Enseada	12 km	Toque Toque Pequeno	21 km
Cigarras	9,5 km	Santiago	22 km
Arrastão	3,5 km	Maresias	30 km
Guaecá	12 km	Boiçucanga	36 km
Barequeçaba	3,5 km	Camburi	40 km
Toque Toque Grande	15,5 km	Barra do Sahy	44 km
Juqueí	9 km	Barra do Una	54 km
Boracéia	60 km	Juréia	57 km
Baleia	42 km	Calhetas	16 km
Canto Bravo	33 km	Paúba	23 Km

Quadro 1 – Distância dos bairros em relação ao centro de São Sebastião

Fonte: www.guiadesaosebastiao.com.br

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, o litoral norte do Estado de São Paulo é provido de paisagens naturais exuberantes, as encostas da Serra do Mar cobertas pela mata atlântica, e a extensa faixa litorânea compõem esse cenário. Segundo a prefeitura de São Sebastião (www.saosebastiao.sp.gov.br):

Com quase 315 mil hectares, desde a divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro, até o município de Itariri no sul do Estado, passando por toda a faixa litorânea, representa a maior porção contínua preservada de mata atlântica do Brasil. O Núcleo Caraguatatuba integra a rede de Unidades de Conservação, administrada pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio do Instituto Florestal. Com o nome inicial de Reserva Florestal de Caraguatatuba, a área passou a ser um Núcleo do Parque Estadual da Serra do Mar em agosto de 1977, o primeiro do litoral norte e um marco na história da preservação da mata atlântica na região. Sua área de abrangência é de cerca de 88.000 hectares, incluindo os limites dos municípios de São Sebastião, Paraibuna, Salesópolis e Natividade da Serra.

A Serra do Mar foi tombada em 1985 pelo Condephaat¹³, sendo que cerca 90% da área tombada é composta por parques, reservas e áreas de proteção especial e que em tese não

Fonte: http://www.tombamentodaserradomar.org.br

_

¹³ Decisão homologada pela Secretaria da Cultura e consubstanciada na Resolução SC nº 40, de 6 de junho de 1985 publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 15/06/1985.

podem ser derrubadas para a construção de qualquer edificação. A proteção se estende por vários municípios paulistas conforme se verifica no quadro 2:

Apiaí	Itanhaém	Salesópolis
Barra do Turvo	Itariri	Santo André
Biritiba Mirim	Jacupiranga	Santos
Cananéia	Juquiá	São Bernardo do Campo
Capão Bonito	Juquitiba	São Luiz do Paraitinga
Caraguatatuba	Miracatu	São Miguel Arcanjo
Cubatão	Mogi das Cruzes	São Paulo
Cunha	Monguagá	São Sebastião
Eldorado Paulista	Natividade da Serra	São Vicente
Embu-Guaçu	Paraibuna	Sete Barras
Guapiara	Pedro de Toledo	Suzano
Ibiúna	Peruíbe	Tapiraí
Iguape	Pilar do Sul	Ubatuba
Ilhabela	Praia Grande	
Iporanga	Rio Grande da Serra	

Quadro 2 - Relação de municípios abrangidos pelo tombamento da Serra do Mar.

Fonte: http://www.tombamentodaserradomar.org.br/apresentacao.htm

O órgão estadual responsável pela fiscalização ambiental é o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DPRN¹⁴ que tem uma base técnica no município. Esse órgão é o responsável pela fiscalização dentro de áreas protegidas, competindo-lhe a aprovação de solicitações de novas construções ou reformas nessas áreas.

As praias estão inseridas dentro dessa reserva e são protegidas por lei sendo que algumas como, por exemplo, a de Barra do Sahy, Maresias, Toque Toque Grande e Toque Toque Pequeno ainda mantêm a simplicidade de suas construções originais. Antes da chegada dos portugueses, toda a costa brasileira era habitada por índios da etnia Tupi, que haviam expulsado para o interior as tribos inimigas. Nesta região denominavam-se Tupinambás, os que viviam nas terras ao norte; e Tupiniquins os que viviam nas terras ao sul de São Sebastião (Sectur – São Sebastião, 2008).

A praia de Boiçucanga também conhecida por Boissucanga, tem seu nome de origem, constituído por meio da justaposição das palavras Boi que significa cobra, Açu significa grande e Canga, que significa cabeça. A cobra de cabeça grande seria a serra que separa

¹⁴ Tem por atribuição legal executar o licenciamento e a fiscalização do uso dos recursos naturais no Estado de São Paulo, visando disciplinar a implantação das atividades e empreendimentos que impliquem supressão, exploração e manejo de vegetação nativa e intervenções em áreas de preservação permanente ou especialmente protegida, na conformidade do disposto nas legislações vigentes, especialmente o Artigo 2° da Lei Federal 4.771/65. Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, 2004, p.4.

Boiçucanga do restante do município. Essa praia era habitada por índios que praticavam a antropofagia constituindo divisa natural das terras, respeitada por ambas as tribos. Apesar de não existirem muros ou cercas, esses índios eram incapazes de guerrear por questão de limites territoriais. Devido ao seu espírito destemido, se entrassem em guerra, a honra consistia em prender e matar muitos inimigos, dos quais herdavam o nome (http://www.boicucanga.com).

As lutas entre as duas tribos se intensificaram depois da vinda dos portugueses. Estes, necessitando de mão-de-obra, iniciam o bandeirismo de apresamento, que consistia em capturar índios e vendê-los como escravos nos engenhos de cana de açúcar nordestinos.

Os Tupiniquins se aliaram aos portugueses para auxiliar na captura. Os índios Tupinambás, por serem vizinhos e inimigos dos Tupiniquins, foram os que mais sofreram perseguição. A praia de Boiçucanga foi palco de inúmeras lutas entre as duas tribos. A partir de 1558, índios chefiados pela tribo Tupinambá, aliados a outras tribos, formaram a Confederação dos Tamoios a fim de combater a escravidão a que estavam submetidos. Os Tupiniquins fugiram e foram perseguidos pelos Tupinambás. Estes também se afastaram, seguindo os franceses rumo ao Maranhão. Atualmente existem agrupamentos indígenas de Boracéia bairros de e Barra do Una etnia guarani nos (http://www.saosebastiao.com.br/cultura).

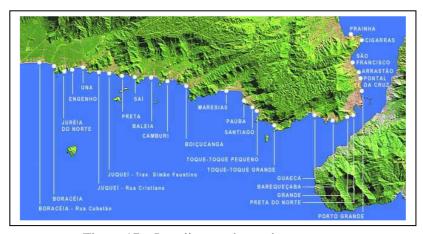


Figura 17 – Localização das praias Fonte: http://www.cetesb.sp.gov.br

Um dos grandes problemas que o município de São Sebastião enfrenta, é a falta de espaços para a cidade crescer, em virtude das características do território: montanhas de um lado e de outro o mar, preocupação constante no relato de Potira e de Henrique:

[...] A Petrobrás invadiu demais a cidade, ela não tem mais para onde crescer. (POTIRA AUGUSTO, 2008).

Em São Sebastião a geografia impede o crescimento local [...] Por exemplo, eu acho que a Petrobrás, poderia ocupar algumas enseadas perto de Caraguatatuba e desocupar áreas no centro da cidade de São Sebastião, afinal, a cidade tem que crescer, mas sem destruir a história local. (HENRIQUE KOTTEK, 2009).

Os relatos acima identificam a falta de espaço, embora possa parecer que a Petrobrás seja a vilã desse impedimento, a geografia é uma das responsáveis por tal problema. É notório que com tal dificuldade, os espaços visados concentram-se, no centro do município. Pela falta de destinação oficial ou campanhas de incentivo à preservação, os terrenos dos imóveis históricos acabam por ser o alvo preferido para a construção de novos imóveis, sejam comerciais, residenciais ou industriais.

O destino do lixo

Com a falta de espaço para a cidade crescer, agravou-se o problema da correta destinação do lixo. Por ser uma cidade turística, na alta temporada a produção do lixo muitas vezes é multiplicada por quatro, trazendo implicações sérias para o município.

Segundo matéria do jornal "Folha de São Paulo" (30/11/2008):

Em outubro de 2008 a CETESB interditou o único aterro ainda em funcionamento no litoral norte paulista, localizado em Ubatuba. A cidade de São Sebastião optou por exportar seu lixo para o município de Tremembé, localizado no interior paulista, arcando com os custos do transporte e destinação do lixo visando minimizar tal questão.

Caraguatatuba, Ilhabela, Ubatuba e São Sebastião produzem cinco mil toneladas de detritos, o que dá uma média de mil duzentos e cinqüenta toneladas mensais para cada cidade, isso na baixa temporada. Na alta temporada, cada uma produz mensalmente mais de cinco mil toneladas em média.

O problema desse processo é que o lixo é exportado via transporte rodoviário e o custo tende a se ampliar cada vez mais, corroendo as finanças desses municípios. De São Sebastião até a cidade de Tremembé são 210 km, percorridos de caminhão, o custo para cada cidade entre coleta e destinação do lixo beira os duzentos reais por tonelada.

Segundo o Secretário Estadual de Meio Ambiente Francisco Graziano, nenhum novo aterro sanitário será aberto em qualquer dessas cidades sem que haja licença ambiental.

O volume de lixo gerado é tão grande na alta temporada, que segundo matéria publicada no caderno cotidiano do jornal "Folha de São Paulo" (30/11/2008) "o trecho entre as praias de Juqueí e Barra do Una correspondem ao mesmo volume que toda a cidade gera na baixa estação".

O município de São Sebastião vem tentando reduzir o lixo encaminhado ao aterro, com campanhas de reciclagem de lixo, o que proporciona redução do valor pago e ainda contribuem com o meio ambiente. Além disso, a campanha também consegue gerar empregos para a comunidade caiçara.

2.2 Os condomínios

A partir da década de 1950 o ambiente natural do litoral norte paulista, formado pelos municípios de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela, Bertioga e São Sebastião, começou a sofrer as consequências de uma ocupação desenfreada, decorrente principalmente da abertura de rodovias que deram acesso à região (CARVALHO, 2001). Tal fator propiciou a expansão do Turismo nesses municípios, pois o acesso que antes era difícil (no caso de Caraguatatuba só era possível pelo mar) ficou mais fácil, proporcionando interesse para que mais pessoas fossem conhecer a região.

O traçado da BR-101, também conhecida como Rio-Santos, margeia o mar e divide algumas vilas ao meio, trazendo a urbanização e a construção de condomínios em redutos caiçaras remanescentes. Embora tenha sido construída na década de 1960, pelo Governo Federal só foi pavimentada no período entre 1979 e 1985 (LUCHIARI, 2002, p. 154). O mar, nem sempre é possível de ser avistado da estrada apesar da proximidade, em virtude da presença de edificações construídas à beira mar que dificultam a visão. Em alguns locais a estrada acabou por dividir ao meio as comunidades caiçaras provocando acidentes com transeuntes, principalmente crianças e animais que perambulam pela pista, enquanto os automóveis passam em alta velocidade.

Além do Turismo, a partir da metade do século XX, com a implantação do Porto de São Sebastião e da Petrobrás observa-se um novo surto econômico, que levou a uma mudança em relação ao uso da terra e do trabalho. De acordo com Domschke (1998, p. 36) "toda a área que era ocupada por roças foi desapropriada para dar lugar às empresas, e a população foi obrigada a ir para lugares mais distantes." Os moradores locais eram vistos como vendedores

de terra e as matas como espaço a ser transformado para o lazer e o lucro (CARVALHO, 2001).

Para Carvalho (2001, p. 04) "o Turismo como vetor de desenvolvimento local, provocou a venda de posses de terra e um impacto cultural, que culminou com a debilitação das instituições da cultura caiçara". Para Luchiari (2002) do ponto de vista dos caiçaras, é nítida a percepção de transformação da paisagem natural, pois seu próprio modo de vida sempre esteve associado aos elementos naturais da paisagem, tanto nas atividades econômicas como a caça e a pesca, como nas atividades sociais como as festas e crenças.

A população que vivia na costa vendeu suas terras e migrou para o sertão, que corresponde às áreas próximas das montanhas, longe do mar e cortada pela estrada iniciandose assim a construção de casas e condomínios para turistas de veraneio em áreas que pertenciam à população local.

A ambição pelas terras para expandir o Turismo contribuiu para expulsar do litoral antigos pescadores. Subsistindo da pesca, esses moradores passaram a viver junto à mata, o chamado sertão, perdendo a facilidade de acesso ao mar (DOMINGUES; TRENTIN, 2006, p. 292).

Segundo Potira Augusto (2008):

Aqui tem muita miséria, em Barequeçaba mesmo, quando você vai pela estrada, você vê mata, floresta, mas dentro desta mata, é cheio de barracos, que ficam encobertos.

De acordo com Luchiari (2002) a especulação imobiliária e a valorização turística levaram à desapropriação de áreas que pertenciam aos moradores locais, que venderam suas terras e acabaram indo morar e trabalhar em áreas longínquas.

Os condomínios construídos geraram muitos empregos, principalmente de caseiros, jardineiros e no comércio instalado nas praias, nos centros de compras locais, graças ao fato do município de São Sebastião ter seu potencial turístico associado a sol e praia. Esse segmento dentro do Turismo é muito importante, mas segundo Kotler (2000, p. 25) "como estratégia de marketing, não pode depender apenas de um segmento" e com o tombamento e preservação do patrimônio histórico a cidade tem condições de buscar alternativas e investir em outros segmentos, como o Turismo histórico cultural, diminuindo a dependência de apenas um tipo de turista (PORTUGUEZ, 2001).

As melhores praias do município são afastadas do centro e são em sua maioria redutos de condomínios de médio e alto padrão. Devido à distância e desconhecimento, esses turistas pouco freqüentam esse espaço histórico, preferindo manter-se no chamado "centrinho" da

praia onde está localizada sua casa. Essa distância faz com que muitos dos problemas relatados nessa pesquisa não sejam percebidos por esses moradores temporários, muitos só relembram que existe uma base da Petrobrás, quando ocorre algum vazamento de óleo em alguma praia, sendo que no Rio Guaecá, na praia de mesmo nome, isto costuma ocorrer com alguma freqüência. Já nas outras praias mais afastadas dificilmente ocorre algum desastre com regularidade suficiente para comprometer a qualidade de sua água e que cause a mortandade de peixes ou outros seres vivos.

De acordo com Henrique Kottek (2009):

A falta de infra-estrutura nas praias, banheiros, lixo, esgoto que muitas vezes vai para a praia, em algumas praias não tem sinal de celular. O amadorismo também ajuda a complicar esse problema, pois quem deveria "vender" a cidade pros turistas, muitas vezes só faz besteira. Em São Sebastião, os turistas acabam passando rapidamente pelo centro e indo para as praias mais distantes. Quando param no centro é para ir a supermercados e depois seguir viagem. Muita gente só conhece o entorno da praia que freqüenta. Agora eu percebo uma falta de visão muito grande em São Sebastião e em Caraguá, muitos acreditam que a temporada acaba logo depois do carnaval, que o limite para ganhar dinheiro é essa época, mas na verdade como turista, vejo que o que falta são eventos que consigam segurar os turistas por mais tempo.

O amadorismo que Kottek (2009) mostra é latente nos municípios de Caraguá e São Sebastião, quando acaba o carnaval, a cidade pára e já começa a pensar na próxima temporada, mas poderiam investir melhor em eventos ao longo do ano para atrair mais turistas. À distância em relação a São Paulo desses municípios é pequena possibilitando que mais turistas venham para passar poucos dias, ou finais de semana.

De acordo com o quadro 1, as praias distam pelo menos 3 km do centro histórico, sendo que algumas chegam a estar a mais de 40 km, inviabilizando a ida ao centro do município com freqüência. Outro dado importante é que o acesso de Caraguatatuba até São Sebastião se dá por uma estrada com sinalização e asfalto já deteriorados, enquanto que o acesso do centro de São Sebastião em direção às praias sentido Bertioga tem excelente pavimento e sinalização. Trata-se também da direção onde estão localizados os condomínios de luxo, bairros que concentram os investimentos em melhoria de infra-estrutura, já em outros que não tem praias, nem condomínios abastados, a realidade é um pouco diferente.

Luchiari (2002, p. 149) afirma que

[...] os condomínios fechados representam um tipo de segregação socioespacial que permite às classes médias e elites sociais detentoras de recursos para pagar pela privatização de áreas valorizadas, distantes e isoladas dos problemas urbanos.

No caso do município de São Sebastião cabe destacar que a expansão do Porto e da Petrobrás pouco afeta os redutos turísticos localizados nos bairros mais distantes do centro da cidade..

Muitos desses empreendimentos imobiliários de uso ocasional são localizados à beira mar, com muros que impedem o acesso e a visão das praias contribuindo ainda para que os moradores fiquem cada vez mais afastados dos locais de grande badalação. Luchiari (2002, p. 142-3) mostra claramente que a ocupação desses espaços por turistas tem como motivação o meio natural, que é considerado um refúgio para suas residências secundárias, e que a relação do caiçara com o local também se torna secundária, pois a paisagem está sendo transformada, a cultura está sendo espoliada. Isso significa que tanto a paisagem quanto as comunidades tipicamente caiçaras estão sendo consumidas pelo Turismo.



Figura 18 – Condomínio à beira mar Fonte: http://www.consurb.com.br/img/miniatura/litoral/t boraceia g.jpg

Conforme Henrique Kottek (2009):

Infelizmente, a cada verão que passa, a gente vê mais condomínios serem construídos, e mais matas serem derrubadas. Lá em Caraguá foi aprovada uma lei que autoriza a construção de prédios de dez andares. Isso vai contribuir para a construção de paredões e que a médio prazo vão acabar deixando a cidade mais quente, pois a brisa do mar não vai chegar, não vai conseguir passar esse paredão. É o chamado efeito paredão.

[...] a impressão que eu tenho é que as pessoas que cuidam do turismo no litoral norte são muito amadoras.

A construção de novos condomínios está contribuindo para a derrubada da cobertura vegetal e os próprios turistas já começam a perceber a gravidade do problema. Além disso, algumas decisões que são tomadas em prol da indústria da construção civil afetam a qualidade

de vida local, pois não apresentam respaldo técnico dando a impressão de amadorismo e falta de comprometimento de quem deveria zelar pela cidade.

A figura 18 exemplifica a realidade dos condomínios instalados em reservas de mata atlântica, teoricamente protegidas, que criam praias exclusivas a seus moradores, impedindo que os demais habitantes do bairro tenham acesso livre ao patrimônio natural, que é público. Os moradores estão sendo obrigados a morar cada vez mais distante do centro, por causa da expansão da Petrobrás e do Porto, e também das praias, que são redutos de condomínios. Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está sob a ação do setor privado, do Estado e dos movimentos sociais. O setor privado leva à exploração indiscriminada do ambiente natural e urbano, a expansão voraz da especulação imobiliária em detrimento dos bens históricos e do interesse majoritário (CANCLINI, 1999). Barretto (2004) discorre sobre o fato de que o Turismo remete ao colonialismo cultural e à xenofobia, pois a exclusão social que essa atividade propicia é voraz ao repelir cada vez mais a população de seus redutos naturais e históricos e também traz diversos problemas sazonais. Conforme Barretto (2004, p.143) "a relação entre visitantes e visitados é de competição por produtos escassos e que acabam causando aumento de preço especialmente para o morador".

Porém, Cruz (2001) questiona se existem áreas onde o Turismo não pode se expandir, pois segundo a autora, o Turismo significa apropriação de espaços, e não há limites para essa prática. A dinâmica da produção de territórios turísticos, ou seja, da apropriação dos espaços pela prática social do Turismo, comporta o abandono parcial de outros lugares, pois o que valoriza um local são os modismos.

Algumas praias são badaladas graças aos condomínios que foram construídos ao seu redor, que propiciaram, inclusive pela distância em relação ao centro, a implantação de um centro comercial em quase todas as praias, contribuindo também para a formação de locais onde o descaso de alguns turistas em relação à população local fica bastante evidente. Isso acaba por fazer com que o morador, cada vez mais, deixe de ter vínculos com o local, onde tanto sua memória começa a ser esquecida como ele próprio passa a ser ignorado. Até mesmo o artesanato local, que poderia ser vendido para os turistas, está sendo deixado de lado e em muitas lojas só é possível comprar produtos chineses, provavelmente adquiridos na Rua 25 de março, em São Paulo.

2.3 O Porto e a atividade econômica

O porto desempenhou importante papel no desenvolvimento de São Sebastião. Em uma época em que os meios de comunicação eram escassos, o porto representava o elo entre o centro administrativo da colônia, a metrópole, as vilas e os povoados do interior. Foi escoadouro de produtos como: açúcar, aguardente, ouro, tabaco café, cerâmica, madeira de lei (para a construção naval inglesa), e receptor das importações necessárias as vilas e povoados coloniais, tais como: ferragens, tecido, pequeno maquinário, instrumentos médicos, papel e artigos de luxo. Dotado de grande calado natural, além de ser utilizado para o transporte de mercadorias e pelos navios que faziam o transporte do ouro das Minas Gerais, também era usado por piratas e contrabandistas. (DOMSCHKE, 1998)

No começo do século XIX o Porto de São Sebastião, localizava-se no Canal porém não passava de um píer pequeno onde só atracavam canoas. Entre 1934 e 1942 foi construído o atual porto comercial e com o crescente movimento do Porto de Santos e em decorrência da crise reinante, o Governo do Estado requereu à União a concessão do Porto de São Sebastião, visando a sua exploração, o que ocorreu através da lei nº 2.124, de 30 de dezembro de 1.925, outorgada pelo Decreto nº 17.957, de 21 de outubro de 1.927. Assim sendo, o Estado de São Paulo assumiu a incumbência de construir obras portuárias, com base em orçamentos aprovados pelo Governo Federal. Além da concessão do porto, o Estado de São Paulo também conseguiu a concessão da balsa que liga os município de São Sebastião e Ilhabela. De acordo com Domschke (1998, p. 56) "a localização atual do Porto baseou-se em estudos técnicos da década de 1930, mas que também levaram em consideração estudos datados de 1892, do engenheiro Casimiro Mottet".

Em 1.934, foi prorrogado o prazo de concessão para exploração do Porto de São Sebastião por parte do Governo do Estado de São Paulo, através dos Decretos nº 24.599, de 06 de julho; 24.729 de 13 de julho; e 23 de agosto de 1.934. Em 26 de outubro de 1.934, data do registro do Contrato de Concessão junto ao Tribunal de Contas da União, teve início a sua vigência pelo prazo de sessenta anos, tendo expirado em 1.994 (http://www.portodesaosebastiao.com.br/historia.shtml).

O Porto de São Sebastião está localizado a 200 km da cidade de São Paulo e pertence ao Governo Federal, mas através de convênio foi renovada a concessão da União para o Estado de São Paulo por um período de 25 anos, prorrogáveis, no dia 15 de junho de 2007. Através do Decreto-Lei nº 63 de 15/05/1969, regulamentado pelo Decreto Estadual 52.102, de

29 de agosto de 2007, foi criada a Companhia Docas de São Sebastião - CDSS, para administrá-lo, estando vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes de São Paulo (http://www.dersa.sp.gov.br). Em virtude do intenso trânsito de barcos na região a referida empresa exerce também a função de Autoridade Portuária.

Devido à configuração natural, o canal de São Sebastião é considerado a terceira melhor região portuária do mundo. Isso faz das condições de calado (profundidade) e abrigo à navegação as mais confortáveis e seguras. Devido à expansão da economia paulista e localização privilegiada, este terminal portuário começou a se destacar e ter sua importância econômica valorizada. Porém, para poder atender a crescente demanda, o porto precisa investir na ampliação do seu espaço e também no calado por onde passam e atracam os navios.

A nova estruturação projetada permitirá o aumento da capacidade portuária do Estado, promovendo a competitividade entre os terminais existentes e beneficiando os usuários e a economia estadual: "O porto recebe grandes petroleiros que chegam pelo sudoeste em razão de seu calado ser maior por esse lado, enquanto que outros barcos podem chegar também pela região norte (DOMSCHKE, 1998, p. 56)".

Entre os principais produtos de exportação estão os veículos e animais vivos. Os itens mais exportados são a barrilha, o sulfato, o malte e cevada. A abrangência econômica do Porto não se limita ao Estado de São Paulo, com destaque para o Estado de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, sul do Estado e Região Industrial de Betim; ao litoral brasileiro. Exportase principalmente para os países do Mercosul¹⁵ e África¹⁶. No Estado de São Paulo, o destaque é para o Vale do Paraíba, Região de Campinas e Capital, o Campo de Mexilhões situado na plataforma continental do Estado de São Paulo, na Bacia de Santos, grande fornecedora de gás e petróleo. (http://www.portodesaosebastiao.com.br).

Segundo a Companhia Docas que administra essa instalação, o movimento gira em torno de 500 mil toneladas/ano. A meta era dobrar esse volume para um milhão de toneladas, até dezembro de 2008. A área total do terminal é de 2,9 milhões de metros quadrados, ocupando 70% da região central da cidade. De acordo com a figura 19, o centro histórico é de frente para a Praia de São Sebastião, bastante próximo dessa instalação portuária.

O governo do Estado tem um projeto em conjunto com a Petrobrás para ampliação do local cujos investimentos demandados giram em torno de dois bilhões de reais. A idéia é

_

¹⁵ Importadores de veículos nacionais, como a Argentina.

¹⁶ Importadores de produtos oriundos do agronegócio, como Angola

desafogar o Porto de Santos e aumentar o fluxo do terminal de cargas de São Sebastião. Foi idealizado o plano integrado porto-cidade, que envolve a readequação da infra-estrutura portuária e inclui a mudança do atracamento da balsa que liga os municípios de São Sebastião a Ilhabela. Segundo a revista litoral Norte (2008), dentro dessa expansão portuária está prevista também a atração de navios de cruzeiro, concorrendo com Ilhabela pelos turistas que desembarcam desses navios.

Para esta ampliação será incorporada a parte remanescente da baía do Araçá próximo da balsa (figura 19), espaço que enfrenta, há alguns anos, um processo de assoreamento (perda de profundidade). Esse processo tem alterado as características da Baía há algum tempo, entre outros motivos, porque tal problema decorre, em grande medida, de material contaminado que a ela vem sendo despejado pelos navios que se dirigem ao porto.

Um dos maiores entraves para a sua expansão é sua proximidade ao centro do município e, consequentemente do seu centro histórico, fazendo com que qualquer tipo de ampliação afete, mesmo que indiretamente, o seu patrimônio cultural seja ele tombado ou não.

Segundo Bussinger (Revista Litoral Norte, julho de 2008), presidente da CDSS que administra o porto:

[...] empreendimentos humanos normalmente produzem impactos, principalmente quando se trata da implantação de infra-estruturas. Alias, é justamente para isso que eles são concebidos, projetados e postos em funcionamento. São impactos ambientais, mas, também, impactos sociais e impactos econômicos. São impactos negativos, mas, também, impactos positivos: Difícil imaginar-se empreendimentos só com impactos negativos!

O presidente da CDSS refere-se à destruição de edificações históricas que estavam justamente no terreno a ser utilizado na ampliação do porto, assim como ao aterramento do mangue que é o berço de peixes e moluscos que simplesmente podem desaparecer. Segundo o Cotidiano Folha de São caderno do Jornal Paulo (http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1203200829.htm), a área a ser aterrada tem 500 mil m2. Área de rica biodiversidade é utilizada frequentemente como laboratório aberto pelo Centro de Biologia Marinha – CEBIMAR da Universidade de São Paulo – USP, localizada no município. No site da USP existem mais de cem dissertações a respeito do meio ambiente local, afinal são nos manguezais que diversas espécies se alimentam e buscam proteção. "O mangue faz parte do ciclo de vida de peixes, crustáceos e moluscos. Tem uma cadeia biológica enorme ali", afirma o ambientalista e advogado Eduardo Hipólito do Rego, suplente do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema, em matéria publicada no site portal do litoral norte (http://www.portaldolitoral.com.br).



Figura 19 – Mapa da vista aérea da cidade Fonte: Guia de turismo de São Sebastião (2008)

2.4 A Petrobrás

Em outubro de 1953, com a edição da Lei 2.004, a constituição da Petrobrás foi autorizada com o objetivo de executar as atividades do setor petróleo no Brasil em nome da União. A Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás (http://www2.petrobras.com.br) iniciou suas atividades com o acervo recebido do antigo Conselho Nacional do Petróleo - CNP, que manteve sua função fiscalizadora sobre o setor. As operações de exploração e produção de petróleo, bem como as demais atividades ligadas ao de gás natural e derivados, à exceção da distribuição atacadista e da revenda no varejo pelos postos de abastecimento, sob regime de monopólio durante o período de 1954 a 1997.

Em 1961, começaram as obras do Terminal Marítimo Almirante Barroso - Tebar, da Petrobrás, que perduraram até 1969. Seus dutos ligam São Sebastião a Santos, Cubatão, Paulínea e Capuava. Em 1968, um petroleiro norueguês realizou a primeira operação de atracação no píer, inaugurando o terminal com o bombeamento de petróleo cru trazido do Iraque. Hoje é administrado pela Petrobrás Transportes S/A – Transpetro. O terminal é responsável por 50% da movimentação de petróleo do país, com 39 tanques com capacidade

para armazenamento de 12 milhões de barris. A empresa é uma das interessadas na ampliação do Porto de São Sebastião, pois o utiliza bastante para exportação.

A movimentação no terminal gira em torno de 38,9 milhões de metros cúbicos de petróleo e derivados 35% do volume é importado, o que possibilita um aumento na arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS do Município, sendo que cerca de 50% do orçamento da cidade vem das operações de entrada e saída de petróleo no Tebar (Jornal Vale Paraibano), que acaba tendo um peso considerável nas contas da Prefeitura e conseqüentemente na aprovação de projetos da estatal.

Atualmente, a empresa está implantando no litoral norte, o Projeto Mexilhão, que servirá para produção de gás natural. Para tanto está construindo um gasoduto de ligação com o continente, de aproximadamente 143 km de extensão entre a Plataforma e a Unidade de Tratamento de Gás - UTG Monteiro Lobato, em Caraguatatuba. Projeta-se para a UTG de Monteiro Lobato a separação do gás, do condensado e a produção do gás liquefeito de petróleo, o GLP. O gás natural será transportado por gasoduto até uma estação em Taubaté, que se interliga ao gasoduto Campinas/Rio, e o condensado de gás natural, conhecido como gasolina natural será enviado até o Tebar, em São Sebastião.

Hoje, a empresa tem grande influência na política de expansão da cidade. Um exemplo claro disso são os danos ao meio ambiente que são visíveis, na figura 9, em virtude da eliminação da Mata Atlântica para a construção e ampliação da empresa, processo iniciado na década de 1960, época que a preservação natural provavelmente não era tão exigente como atualmente. Grande parte da fauna e da flora local foi comprometida, o que torna tudo isso ainda mais curioso é ver no centro da cidade, na Avenida Altino Arantes, também conhecida como Rua da Praia, uma exposição patrocinada pela estatal, chamada Fundação Animália, em que é possível ver os animais que antes ali existiam e que desapareceram ou acabaram virando peça de museu, sem querer desmerecer a importância deste.

O centro da cidade, e conseqüentemente seu centro histórico, acabou ficando espremido entre os tanques de petróleo e o mar. A expansão, principalmente da Petrobrás e do porto, em nada contribui para a criação de espaços de convivência na região, na verdade estão sendo eliminados.

De acordo com Grinover (2005, p. 31) "faz parte da cidadania a incorporação do território como espaço não só de habitação, mas também de vivência e convivência". Essa perda de espaços de sociabilidade deixa clara a priorização da atividade econômica em detrimento da função residencial ou de lazer, resultando na transferência dos moradores para

outras regiões. E uma empresa de petróleo com seus tonéis que descaracterizam totalmente a paisagem, assim como representam um grande risco para a cidade, em caso de algum acidente, é que as está expulsando em nome do progresso e do crescimento econômico. Outro exemplo de como esse crescimento afeta a cidade e conseqüentemente as praias, é a futura presença dos dutos que ligarão o Projeto Mexilhão em Caraguatatuba ao Terminal Almirante Barroso, para posterior exportação. A reivindicação do então Prefeito Juan Garcia pode ser observada em matéria veiculada na Revista Litoral Norte (07/2008, p. 24):

A Petrobrás pode instalar seus dutos desde que não use toda a parte do terreno e deixe passagens de servidão para áreas destinadas a loteamentos. É preciso evitar o que ocorreu em outras áreas do município, como na Vila Amélia, onde algumas casas estão grudadas no muro do Tebar e alguns bairros acabaram ficando isolados. Entretanto, antes de aceitar a solicitação da Petrobrás, Garcia deixou claro que a empresa deve apresentar todas as licenças ambientais pertinentes.

Embora a empresa tenha seu grau de importância econômica local e regional, é preciso elaborar um planejamento para evitar a restrição à acessibilidade ocorrida no bairro de Vila Amélia que provocou seu isolamento. A empresa tem que ser ética e mostrar que se preocupa com as pessoas que moram ao redor de suas instalações. É preciso valorizar seu entorno, mostrando para as populações locais que a empresa se preocupa com o meio ambiente e que segue todas as normas adequadamente.

Segundo Edivaldo Nascimento:

Ate o finalzinho dos anos 50, antes da Petrobrás chegar, havia Turismo aqui [refere-se ao centro histórico] ainda. Ai a Petrobrás chegou e começou a poluir, e o medo dos tanques, porque dá medo!

A prefeitura conhece os possíveis problemas decorrentes da ampliação da estatal e procura minimizar ao máximo esses impactos na vida local. Além dessas situações soma-se a poluição de parte da cidade, seja uma praia, um rio ou alguma área próxima do Terminal – Tebar, em virtude do derramamento de petróleo, ou algum outro resíduo tóxico.

O que também está em jogo, além da comunidade local, são os impactos dessas transformações no fluxo turístico que será retratado mais adiante. Além disso, o mangue¹⁷

_

¹⁷ O art.225, § 4º da Constituição Federal brasileira considera a Zona Costeira como "Patrimônio nacional", devendo ser utilizada observando a preservação do meio ambiente. O art.196 da Constituição do Estado de São Paulo também a protege, bem como o Complexo Estuário Lagunar entre Iguape e Cananéia como espaços territoriais especialmente protegidos, podendo ser utilizado apenas com autorização, mas sempre observando a preservação do meio ambiente, bem como em seu art.197, I considera expressamente os manguezais áreas de proteção permanente. Por sua vez a Lei 7661, de 16/05/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) definiu em seu art. 2º, parágrafo único, a Zona Costeira como "o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e

(constitui um ecossistema produtivo, complexo e rico) localizado na zona costeira não deve ser ameaçado visto que é protegido pela Lei Federal 4.771/1965, que determina que o ecossistema configure-se como Área de Preservação Permanente. Ainda assim, a própria prefeitura local autorizou o aterramento do mangue.

Conforme informações da Sectur, a prefeitura aterrou a quinze anos trás um pedaço do mangue que conforme a figura 20 hoje é um depósito de ponto de ônibus. Além disso, no meio desse berçário de caranguejos há muita poluição, principalmente por se localizar perto da balsa e não haver um controle eficaz nem latões de lixo por perto buscando minimizar tal situação.



Figura 20 - Caranguejo e

Fonte: Delphino (2009)



Figura 21 - Depósito de pontos de ônibus no mangue

Fonte: Delphino (2009)

De acordo com a Cia. Docas, a cidade tem interesse em atrair navios de cruzeiro, e para isso precisa ampliar o porto e aumentar o calado por onde passam os navios, que são uma constante no município vizinho, Ilhabela, e que pode contribuir com parcela importante na economia local. No caso de São Sebastião, as belezas naturais e históricas estão sendo apagadas da paisagem e os turistas que desembarcarem na cidade correm o risco de nada ter pra conhecer além da empresa de petróleo e alguns canhões, jogados em uma praça perto de um parque, conforme mostra a figura 13.

A cidade tem de crescer minimizando ao máximo os danos ao meio ambiente ou patrimônio histórico, evitando que sejam destruídos ou descaracterizados em prol do progresso, do desenvolvimento.

Para Henrique Kottek (2009):

outra terrestre, que serão definidas pelo Plano", e em seu art.3°, I, dá prioridade à conservação e proteção, em caso de zoneamento, entre outros, aos manguezais, prevendo, inclusive, sanções como interdição, embargos e demolição (art.6°), além das penalidades do art.14 da Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.

[...] a Petrobrás, poderia ocupar algumas enseadas perto de Caraguatatuba e desocupar áreas no centro da cidade de São Sebastião, afinal, a cidade tem que crescer, mas sem destruir a história local.

O município tem de crescer e se desenvolver, mas também tem que dar condições para que a população possa viver dignamente, respeitando seu espaço, sua história, sua memória para proporcionar um desenvolvimento contínuo e duradouro, onde os turistas possam aliar seu descanso com o conhecimento de outras culturas. É preciso que estes turistas visitem constantemente a localidade proporcionando um fluxo contínuo de receitas, garantindo além de impostos para a prefeitura, empregos para boa parte da população. A preservação é a melhor maneira para que projetos de renovação e revitalização urbana e natural produzam respostas de interesse público (MENESES, 1992, p. 194).

A cidade não tem de se desfazer do porto ou se incomodar com a Petrobrás, é possível uma coexistência desde que sustentável, onde um não depende da destruição do outro para progredir garantindo assim um crescimento de longo prazo para todo o município.

Conforme discutido nos parágrafos anteriores, o município cresceu bastante, principalmente na região próxima ao centro da cidade. A Petrobrás e o Porto acabam por, exercer uma forte pressão ao patrimônio natural da cidade. A falta de espaços praticamente obriga que as empresas mirem o patrimônio, seja natural ou cultural, como alternativa viável para expandir seus negócios. Afinal, a cidade tem que crescer, o progresso está literalmente "batendo à porta".

As praias, em sua maioria ainda distantes do centro do município acabam por não sentir muito essa pressão e acabam por viver como se tais problemas não existissem. Cada praia acabou por formar seu próprio centro, com todas as comodidades possíveis, muitas vezes contribuindo para que o turista ou morador pouco vá ao centro comercial do município.

Pela falta de espaços no centro, infelizmente a especulação imobiliária acaba por contribuir para que muitos bens históricos desapareçam ou sejam descaracterizados pois muitos proprietários não tem condições econômicas ou interesse em manter o imóvel original.

Segundo Meneses (1992) a impecável lógica do espaço-mercadoria provoca a autofagia e a expropriação do habitante que cada vez mais vai morar mais longe de onde nasceu, cresceu e viveu.

Espaços que antes tinham uso residencial viraram templos de consumo: lojas, restaurantes, sorveterias, etc. Mas para que isso dê certo, é preciso que haja participação

popular, que a sociedade aceite se mobilizar em prol de tal ação, amparada em incentivos do poder público local.

Capítulo 3 - A atividade turística no Município de São Sebastião

3.1 A atividade turística

O Turismo é uma atividade presente no setor terciário, dentro do segmento de serviços e que atualmente tem parcela expressiva na economia mundial. Yázigi (2001) afirma que o "mundo atual evidencia o fortalecimento da economia de serviços". Cada vez mais os países estão voltando seus esforços para esse setor que tem alto nível de empregabilidade. De acordo com Lemos (2005) o desenvolvimento da atividade turística cresceu demasiadamente, pois muitos países têm no Turismo não mais uma atividade complementar, mas sua principal fonte de renda.

Barretto (2003, p. 20) define o Turismo como:

Essencialmente o deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação.

Vários países, como Espanha, França, Itália e os EUA, têm receitas abundantes advindas do Turismo, e investem constantemente nesse segmento econômico. Yazigi (2001) diz que o Turismo é uma atividade econômica que conduz o desenvolvimento através do intercâmbio social, cultural e financeiro.

O Turismo deixou de ser uma atividade amadora e se profissionalizou. Cada vez mais é estudado pelas universidades com uma produção constante e crescente de estudos científicos. Lemos (2005, p. 14) destaca que "o processo de científicação do Turismo hoje tem uma paisagem mais rica com a rápida expansão da pesquisa no Turismo."

Para Grunewald (2003, p. 142) "nas ciências sociais e na antropologia os estudos sobre a atividade turística começaram a se firmar apartir dos anos de 1960." É preciso aliar o planejamento turístico e o patrimônio cultural, buscando minimizar os impactos que a atividade turística proporciona.

De acordo com Henrique Kottek (2009):

Gosto de ir pras praias, principalmente as mais distantes que são limpas, isso vale pras duas cidades que você falou. As praias mais centrais são poluídas demais.

A falta de planejamento e investimento em infra-estrutura está empurrando o turista e consequentemente o morador, cada vez mais longe, se quiser frequentar uma praia limpa, o crescimento desordenado está impactando na qualidade das praias e afastando ainda mais os atores da atividade turística e que residem na localidade.

O Brasil assinou um documento em 1967, chamado a Carta de Quito¹⁸. Nessa carta, era recomendado que os projetos de valorização do patrimônio fossem incluídos nos planos de desenvolvimento nacional e das regiões turísticas. (RODRIGUES, 2005, p. 18).

Mas o que se vê hoje em dia são falhas de planejamento. Rodrigues (2005) salienta que "já nessa época a valorização do patrimônio já se mostrara eficiente em outros países." O grande entrave para que tal proposta pudesse ser implementada era que já naquela época o patrimônio se encontrava em péssimo estado de conservação e para que pudesse ser "explorado" adequadamente pelo Turismo, era preciso investir em sua recuperação.

Com base nesses problemas, muitas cidades investiram na atividade turística e deixaram de lado a valorização do patrimônio, consequentemente as cidades cresceram, e o patrimônio cultural passou a ser um entrave para que a localidade se desenvolvesse.

Muitas cidades hoje em dia estão percebendo que o Turismo, embora como atividade econômica seja importante, pode trazer alguns problemas para a localidade se não for elaborado um planejamento público eficiente e de longo prazo, com acompanhamento constante.

Conforme Ruschmann: Widmer (2004, p.67):

No Turismo, cabe ao Estado zelar pelo planejamento através de políticas e legislação necessária ao desenvolvimento da infra-estrutura básica, que proporcionará o bem estar da população residente e dos turistas.

O planejamento como ferramenta para o desenvolvimento turístico apresenta-se comprometido pelas prioridades e compromissos políticos dos governos, dificultando sua implantação de forma a atender todas as prerrogativas necessárias para que a cidade possa crescer adequadamente sem prejudicar ou beneficiar apenas uma parcela da sociedade.

Conforme o capítulo anterior, o município de São Sebastião, teve como ponto de partida de seu crescimento turístico a segunda metade do século XX. Essa expansão proporcionou à região as primeiras experiências de uma ocupação sem planejamento, advinda da abertura de estradas que facilitaram o deslocamento e o interesse de moradores da região do vale do Paraíba e da região metropolitana de São Paulo à região norte do litoral paulista.

-

¹⁸ O Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA) promoveu um encontro no Equador buscando aliar a valorização do patrimônio com o desenvolvimento.

O Turismo, que antes era restrito a alguns poucos aventureiros, rapidamente se expandiu, principalmente em direção a algumas praias e ao centro histórico local.

A situação do Turismo no centro histórico já foi melhor que a atual, pois a instalação da Petrobrás contribuiu para que alguns locais tivessem uma redução no seu fluxo turístico, que migraram para outros pontos (Edivaldo Nascimento, 2008).

Com base nesse relato é possível perceber que os efeitos da construção dessa empresa petrolífera na atividade turística, embora recente na cidade, provocou a redução do movimento de turistas interessados nas heranças históricas locais. Na figura 19 é possível visualizar o tamanho da empresa em relação ao centro da cidade, com seus mais de trinta tanques envolvendo o patrimônio cultural do município.

A Petrobrás e os impostos pagos pela empresa são importantes para as finanças locais, garantindo receitas permanentes para o município mesmo na baixa estação, quando se verifica a redução considerável de fluxo turístico. Tais recursos possibilitam à Prefeitura a manutenção de investimentos em melhorias para a cidade durante o ano todo. Porém, os impactos negativos advindos dessa atividade no território, tais como vazamentos esporádicos de óleo, contaminação do subsolo em virtude da deposição de detritos em determinadas áreas, expansão da empresa e do porto em direção às áreas de proteção do patrimônio etc., acabam afetando, mesmo que temporariamente a atividade turística e o cotidiano dos moradores.

Os entrevistados compararam São Sebastião com Caraguatatuba, como esta cidade progrediu e hoje é a maior do Litoral Norte.

Segmentos turísticos locais

Na atividade turística podem existir vários tipos de Turismo em uma mesma localidade. Cada um pode ser desenvolvido isoladamente sem afetar o outro, demandando estratégias específicas.

Segmentação de mercado é o processo de dividir um mercado em grupos de compradores potenciais que tenham semelhantes necessidades e percepções de valores ou comportamento de compra. As empresas, com base em informações podem decidir em quais segmentos devem investir e quais são mais rentáveis (CHURCHILL JUNIOR : PETER, 2000, p. 204-5).

Ao dividir em segmentos, ou seja, em partes, propicia-se uma melhor exposição da localidade visto que direcionar estratégias de marketing para um público-alvo específico,

facilitando a elaboraração do planejamento e definição das políticas de atração turística da localidade.

Para Swarbrooke e Horner (2002, p. 56):

Dividir o Turismo em subtipos é algo sempre subjetivo, mas acreditamos que o modo que escolhemos haverá sempre de permitir observações interessantes sobre o crescimento do Turismo e o desenvolvimento do comportamento do turista

No município de São Sebastião, o principal segmento turístico é o de lazer, com as pessoas buscando sol e praia e se refugiando principalmente nos condomínios e hotéis a beira mar.

Esse segmento, dentro do Turismo é muito importante, mas segundo Kotler (2004, p. 25) "como estratégia de marketing, não pode depender apenas de um segmento". Nesse sentido, a preservação do patrimônio histórico da cidade tem condições de constituir-se em alternativas para o investimento em outros segmentos, como o histórico cultural, diminuindo a dependência de apenas um tipo de turista (PORTUGUEZ, 2001).

Além disso, o seu potencial natural, que já incrementa a atividade turística na localidade, pode resultar no desenvolvimento de um novo produto, ou seja, o turista viaja em busca de lazer nas praias e pode desfrutar do patrimônio cultural presente no centro e nos bairros afastados.

Segundo o Guia de São Sebastião (2008) foram contabilizados 177 hotéis e pousadas nas praias. A grande maioria é de estabelecimentos categoria duas estrelas, mas também existem alguns de alto padrão, principalmente nas praias mais badaladas, como por exemplo, Camburi, Toque Toque Grande, Maresias, Juquehy e Barra do Sahy. Alguns desses estabelecimentos são pousadas e funcionam apenas na alta temporada ou em feriados prolongados, tendo como proprietários pessoas que moram em outras cidades e transformaram suas residências de férias em um negócio.

A praia de Maresias possui uma das melhores infra-estruturas turística de São Sebastião com bares, restaurantes, hotéis, pousadas e danceterias (Guia de São Sebastião).

Outro segmento que merece ser explorado é o gastronômico, afinal existem vários restaurantes nos bairros distantes do centro.

A cidade de Paraty tem um grande fluxo turístico durante o ano, principalmente de estrangeiros que vem passear pelo casario histórico local e acabam descobrindo a gastronomia local.

Segundo matéria do jornal local Gazeta das Cidades (05/02/2009):

Em Paraty, está sendo montado por uma consultoria de marketing um ambicioso plano para atrair turistas para o patrimônio cultural, é o chamado Turismo de qualidade, onde o segmento de turista que freqüentará a cidade tenha mais qualidade. A idéia é tornar a cidade referência nesse tipo de Turismo.

De acordo com a EMBRATUR (2006) o gasto médio de um turista cultural costuma ser maior do que o de sol e praia, pois ele está interessado em consumir as atrações culturais da cidade como shows, eventos, desfiles. O turista cultural freqüenta as praias, mas seu foco, principal é o interesse pela história e a cultura local, onde se privilegia a visita aos museus, monumentos, prédios históricos, igrejas, etc.

Dados da EMBRATUR (2006) mostram que a cidade de Paraty é o 11º destino preferido entre os turistas brasileiros. Um estudo realizado pela empresa de marketing Chias constatou que 2,9% dos turistas brasileiros escolhem Paraty como destino final.

A grande concentração de patrimônio cultural, que é marca registrada da cidade, o movimento cultural intenso por conta do calendário de eventos e o interesse crescente do público indicam condições propícias para desenvolvimento turístico da cidade e seu potencial para especialização e destaque no segmento turístico-cultural (Jornal Gazeta das Cidades, 05/02/2009).

A idéia do Plano de Desenvolvimento do Turismo Cultural de Paraty é atingir já em 2010, uma receita de quase US\$110 milhões. Ou seja, São Sebastião pode investir no mesmo segmento e com isso conseguir gerar receitas substanciais, principalmente agora que deve receber navios de cruzeiro na temporada 2009/2010 no seu porto.

Mesmo com as obras de ampliação do porto ainda não concluídas foi feito um teste de atracação. No dia 20 de janeiro de 2009, em comemoração a festa do padroeiro da cidade, o navio *Island Scape* com 1350 passageiros atracou no porto. Havia 33 anos que o porto não recebia navios de turismo, o último foi o Ana Nery, em 1975 (www.netmarinha.com.br). Mesmo com as obras de ampliação do porto não concluídas, foi feito um teste de atracação.

A cidade de São Sebastião não tem muitas opções de lazer, fazendo com que em dias que a metereologia não ajuda, o patrimônio cultural possa ser melhor "explorado", pois a cidade tem além dos bens tombados, alguns museus, como o de Arte Sacra, o dos Naufrágios e o de Biologia Marinha que permanecem desconhecidos por parte dos turistas. O principal tipo de turista que freqüenta a cidade é o de segunda residência, ou seja, o que tem uma casa de veraneio e freqüenta a cidade aos finais de semana, férias e feriados (LUCHIARI, 2001). Isso facilita no planejamento de atração de turistas culturais, pois o turista de segunda

residência vem para a cidade independente do tempo, pois precisa dar "uma olhada" na casa. Esse segmento não se restringe apenas à alta temporada, podendo ser explorado o ano todo.

É uma maneira de a cidade diversificar e não ficar restrita a apenas um tipo de turista. Embora o segmento principal seja o de lazer, o segmento de Turismo cultural não depende do tempo, ou seja, não é porque está nublado ou frio que este turista não pode passear pelo centro histórico. Segundo dados da EMBRATUR (2006), o país está recebendo mais turistas estrangeiros e muitos vêm em busca da cultura brasileira que é cada vez mais valorizada.

Mas não basta apenas trazer mais turistas, é preciso valorizar e preservar a cultura para que o Turismo seja constante e com isso movimente toda a cadeia turística. Esse ciclo é importante para a geração de novos empregos evitando que a população da cidade e da região só consigam subempregos como caseiro ou doméstica, exercitando habilidades relacionadas ao seu saber fazer, capazes de gerar renda para comunidades freqüentemente marginalizadas.

De acordo com Marize Gouveia (2009) "no comércio os trabalhadores não me dão muita atenção e, muitas vezes, não sabem atender direito".

É importante que a prefeitura oferte cursos de capacitação de mão-de-obra buscando treinar a população para trabalhar em áreas e funções mais elaboradas que proporcionam ganhos maiores do que os de subempregos citados anteriormente.

Conforme Henrique Kottek (2009):

Sim, é verdade, a prefeitura ganha, mas se você for para essas praias mais distantes vai perceber que muitos funcionários não são moradores da região e sim de São Paulo e do Vale do Paraíba, além de que muitos estabelecimentos comerciais pertencem a pessoas de fora de São Sebastião. Ou seja, você está certo, a prefeitura arrecada nesses eventos, mas a população fica de fora.

Os moradores não poderiam ser excluídos dessa maneira, é valorizar a população local, incentivando e capacitando-a para que possa disputar os melhores empregos com essa população migrante.

Dias (2006, p. 47) afirma que:

[...] O papel de incentivar a ativação do patrimônio para atração turística, de modo que gire a economia local, contribuindo com o desenvolvimento da localidade ainda é pouco difundido.

Isso acontece porque, para trazer turistas, é preciso antes revitalizar o patrimônio, ou seja, preservar e recuperar o que foi destruído e valorizar as manifestações culturais populares. Muitas cidades não têm recursos para isso e dependem de ajuda externa ou da iniciativa privada para que tais projetos aconteçam. Além disso, é preciso valorizar a mão-de-

obra local buscando minimizar a violência que decorre da falta de oportunidades para as comunidades mais carentes.

Conforme dito nos capítulos anteriores, o centro histórico está localizado em uma área carente de espaços para crescer comercialmente, contribuindo para que o interesse de derrubar seja maior do que o de preservar.

O que tem sido visto é uma tentativa de atração de turistas com eventos com nomes que remetam à antiga cultura local, mas que na verdade foram totalmente reformulados e modernizados, o que garante pouca autenticidade para o evento e tampouco desperta a curiosidade do turista interessado no antigo e não no moderno. Isso não significa que não atraia milhares de pessoas, e sim que tais forasteiros estão interessados apenas nos artistas e não na natureza que o nome do show sugere.

Isso contribui cada vez mais para que o morador (e até mesmo o turista) não se reconheça mais, que perca sua identidade cultural. Portanto, não basta apenas criar atrações fictícias que até podem agradar no início, mas que não conseguirão perpetuar-se a médio e longo prazo. A comunidade possui crenças, valores, éticas locais que não podem ser esquecidas, nem transformadas pelo poder do capital econômico (ZAOUAL, 2006).

Mesmo porque, muitas vezes, o que atrai alguns visitantes é a busca de experiências, de vivências culturais, pelo diferente do lugar comum. É o que os turistas desejam, e para uma cidade que quer atrair navios de cruzeiro, significa que ainda há muito por fazer. Dias (2006, p. 57) atesta que "o turista busca vivenciar a autenticidade no dia-a-dia da população residente e não na encenação padronizada e controlada.

Para Funari e Pinsky (2005, p. 10):

O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, aproveitará melhor seu lazer e poderá valorizar a diversidade cultural.

Os navios

O porto de São Sebastião tem uma grande vantagem em relação a outros portos por possuir um grande calado que facilita a atracação de navios de grande porte. Isso pode constituir um diferencial para atração de navios de cruzeiro, como escala e desembarque de passageiros interessados no município e em seus atrativos.

De acordo com a Cia. Docas, a cidade tem interesse em atrair navios de cruzeiro, e para isso precisa ampliar o porto, construir um terminal de passageiros e estacionamentos. O porto pode ser um grande diferencial, com opções de embarque na cidade, principalmente para turistas que moram no vale do Paraíba e que poderiam embarcar em São Sebastião, não necessitando mais ir até Santos.

No caso de São Sebastião, infelizmente muitas belezas naturais, principalmente as mais próximas do centro e do porto estão sendo apagadas da paisagem bem como a descaracterização e/ou eliminação das antigas edificações. Tais fatores comprometem as possibilidades de fruição dos futuros turistas que desembarcarem na cidade, restando somente à empresa de petróleo com seus tanques. Conforme matéria do jornal Valor Econômico (27/01/2009) o Presidente da Cia. Docas, Frederico Bussinger, afirma que o "objetivo principal, agora, é incentivar o Turismo". Para isso acontecer, é preciso investir na qualificação do patrimônio cultural, para que o turista que venha para a cidade possa desfrutar dessa herança histórica. Segundo Swarbrooke e Horner (2002, p. 65) "o desejo de experimentar outras correntes culturais tem impulsionado o mercado turístico [...] e está se tornando extremamente popular." As pessoas, quando viajam, cada vez mais buscam a cultura da localidade..

Swarbrooke e Horner (2002) relacionam o Turismo cultural com o desejo de conhecer o artesanato local, visitar atrações e festivais tradicionais, além de destinações de legado cultural. O turista que desce dos navios de cruzeiro passa apenas alguma horas no local, para conhecer a localidade o que inclui tanto o patrimônio cultural (tangível e intangível) quanto o patrimônio natural. No centro do município muitos imóveis estão descaracterizados, conforme figura 7, o que pode prejudicar a imagem local.

O plano diretor do município deveria incluir a área de proteção ao patrimônio cultural e natural e definir quais regiões poderiam receber novas edificações visando minimizar os problemas citados neste estudo. É preciso deixar de lado as pressões políticas e econômicas buscando valorizar o patrimônio local

Se o município tiver uma imagem de destruição ou as transformações ocorridas não despertarem curiosidade nesse forasteiro, a tendência é que os turistas desçam dos navios, peguem um táxi em direção as praias, desprezando o patrimônio histórico-cultural e contribuindo assim para sua deterioração acelerada.

Turismo e empregabilidade

O município de São Sebastião praticamente vive da atividade turística nas praias mais afastadas. A cidade tem indústrias, porém estão todas localizadas na área central da localidade. Com isso, os moradores dos bairros mais distantes praticamente são "obrigados" a trabalhar no Turismo. Muitos trabalham nos condomínios e estabelecimentos comerciais como hotéis e restaurantes que são voltados basicamente para turistas.

Na medida que a cidade passará a figurar como escala de navios, a tendência é que mais empregos sejam gerados, principalmente para recepcionar estes turistas. Nos estabelecimentos comerciais, já é possível perceber algumas diferenças. Constatou-se, por meio da pesquisa empírica, que muitos restaurantes alteraram seus cardápios, incluindo o idioma inglês para facilitar o atendimento deste turista.

Na baixa temporada, muitos moradores, caiçaras ou não, ficam sem renda, vital para sua sobrevivência. Outro grave problema é que a expansão imobiliária atraiu para o município uma grande migração para construção civil, muitos provenientes do norte e nordeste, incrementando o número de trabalhadores desempregados, pois esses migrantes permanecem no município após a finalização das obras, com o sonho de uma vida melhor.

Para a população local que já não consegue mais produzir seu artesanato em virtude da impossibilidade de extração de matéria-prima, o Turismo foi encarado como uma opção de sobrevivência, quer nos condomínios, no comércio instalado nas praias (formal e informal), nos meios de hospedagem, restaurantes etc.

3.2 As praias e a comunidade

A abertura das estradas proporcionou que o município recebesse mais turistas e com isso a cidade se desenvolveu e o comércio entre os municípios pode ser agilizado e intensificado. Porém, além de muitos benefícios as estradas também trouxeram problemas, como a migração, o desmatamento e a sujeira principalmente das praias.

De acordo com Potira Augusto (2008) ela só vai à na época de baixa estação," na temporada não vou de jeito nenhum. Tem muita gente, levam cachorro na praia e eu não

gosto". São os espaços de convivência locais que são invadidos pelos turistas e que afastam cada vez mais a comunidade que não gosta de tal invasão, nem da maneira que isso ocorre.

É perceptível que no caso das estradas ocorreu uma facilitação da troca de mercadorias entre as cidades e o trânsito dos moradores locais, mas o impacto ambiental não tem como dissociar-se da abertura rodoviária e da construção de condomínios, muitas vezes em áreas de proteção ambiental e que até hoje causam problemas nessas cidades.

A partir dos anos 1970, o fluxo turístico se intensificou e a cidade foi se transformando, com muitos exemplares do patrimônio cultural sendo demolidos e dando lugar a construções mais modernas. Nas praias no sentido Bertioga, pela maior oferta de terras, o patrimônio histórico-cultural não foi tão afetado, muitas construções caiçaras se mantém, principalmente pela força das associações de bairro que são muito atuantes nessa região mais afastada. O público que freqüenta essas praias mais afastadas como Camburi, Barra do Una, Barra do Sahy, Maresias, entre outras, é bastante elitizado e engajado na necessidade de preservação.

Nestas praias, existe a consciência e importância da manutenção da qualidade do patrimônio natural. Em compensação, as praias mais próximas do centro da cidade, como Guaecá (parte), Barequeçaba, e Praia Grande, freqüentemente constam da lista das mais poluídas, devido em parte ao descaso por parte dos turistas.

É preciso que a prefeitura local busque interação entre a população local e os turistas buscando com isso evitar situações de atrito entre ambos e ao mesmo tempo investir em ações concretas e duradouras como políticas urbanas que visem o uso dos espaços naturais pelo Turismo e a preservação da memória local, evitando com isso o processo de deterioração do meio ambiente, seja ele natural ou cultural, tendo como implicação uma revisão do plano de uso do solo, do consumo dos recursos, de uma redefinição da vida urbana (GRINOVER, 2007, p. 130).

Para Edivaldo Nascimento (2008): "O pessoal mesmo não gosta do turista. Eles acham que o turista destrói, acabam com as praias, traz sujeira, e não serve para nada." Tal afirmação mostra que a população acredita que a sujeira e destruição são culpa dos turistas e acabam não vendo benefício na atividade turística que apenas destrói o patrimônio local e a contrapartida é muito pequena, pois os empregos gerados são em sua maioria subempregos.

O Turismo e a economia

O Turismo também agrega valor à economia local, segundo Fernandes e Coelho (2002) é a atividade econômica que mais cresce neste século, e é o setor da economia de serviços que já lidera o mercado de trabalho nos países que reconhecem e enfatizam sua importância. O foco desta pesquisa não é descaracterizar o Turismo, pois embora no município de São Sebastião existam muitos problemas com relação à expansão turística, também existem as vantagens de sua exploração. O que falta são políticas ambientais e conseqüentemente fiscalização de sua implantação, assim como inclusão do morador local, retratado neste trabalho como caiçara, incentivando sua participação na gestão da cidade e do patrimônio cultural tangível e do patrimônio cultural intangível, buscando com isso a preservação de sua cultura para futuras gerações evitando assim que técnicas e conhecimentos do passado sejam esquecidos.

Segundo estudo do Ministério do Trabalho e Emprego (2008) no período entre janeiro de 2007 a janeiro de 2008, o setor de serviços é o que mais gerou emprego na cidade, sendo que das vinte ocupações criadas, pelo menos sete estão diretamente ligadas à expansão do Turismo local, o problema que ainda persiste é a sazonalidade dessas vagas que permanecem apenas na época da temporada.

Segundo a Fundação SEADE (2006), o município tem sua dependência do setor de serviços e do comércio que juntos representam cerca de 90% da economia local. O Turismo também movimenta o comércio através de lojas e centros de compras localizados em cada um dos bairros, que fazem com que a cidade tenha vários "centros" e não apenas um. Baseandose ainda em dados da Fundação SEADE (2006) a economia da cidade é formada pela agricultura, com menos de 1% no total de empregos dependentes dessa atividade, pelo comércio que representa aproximadamente 21% dos vínculos empregatícios e pelo setor de serviços em que o Turismo está inserido, com 900 empresas e 69% de participação nos empregos locais com 55% no total de estabelecimentos e ainda algumas poucas empresas que fabricam produtos metálicos.¹⁹

A preocupação mostrada neste trabalho com a preservação do patrimônio natural e do patrimônio cultural justifica-se na permanência do Turismo local em longo prazo, tentando evitar que esses bens sejam comprometidos e com isso o fluxo turístico migre para outra cidade, deixando para trás um legado de destruição e desemprego. A cidade sofre com a questão ambiental com a crescente importância econômica do porto e com a necessidade de

_

Observatório das Micro e Pequenas Empresas - MPEs / SEBRAE-SP

utilização pela Petrobrás do terminal portuário, deixando a cidade suscetível a acidentes ecológicos, afetando assim a imagem de paraíso turístico do litoral paulista.

De acordo com Domingues e Trentin (2006, p. 289):

[...] o terminal Tebar é o que gera os maiores conflitos na utilização dos recursos costeiros, pois os acidentes com vazamento de petróleo são freqüentes e a repercussão na mídia nacional e estrangeira tem desgastado tanto a imagem da Petrobrás como também das localidades atingidas, afetando diretamente a imagem turística da região. Entre 1978 e 1993 ocorreram 244 acidentes entre Ubatuba e Santos, sendo 94% deles no municio de São Sebastião. Acidentes com petroleiros que aportam no Canal de São Sebastião são rotineiros comprometendo o meio ambiente e o equilíbrio ecológico, tornando peixes e crustáceos impróprios para o consumo, inviabilizando, portanto, a pesca para o Turismo.

Domingues e Trentin (2006) demonstram a delicada situação do município cuja imagem associada às praias limpas e bonitas pode ser alterada radicalmente em decorrência do volume e constância dos vazamentos de petróleo. Esses impactos ambientais podem comprometer o Turismo no município, que é hoje o principal gerador de empregos. Como a estatal do petróleo tem planos de incrementar seu fluxo de exportação pelo terminal local, é de se supor que possam ocorrer maiores vazamentos e ampliar a poluição para praias mais distantes, comprometendo a economia turística da região, acarretando uma leva de desempregos muito acentuada.

Embora o centro enfrente problemas com o porto e a Petrobrás, as praias mais afastadas, nesse momento, parecem estar localizadas em outro município, pois, dificilmente são afetadas por essa empresa ou pela instalação portuária.

Nos centrinhos, observa-se o fluxo constante de pessoas durante o ano. Estes bairros ou praias têm vida própria, estão deslocados do centro histórico da cidade e de seus problemas.

Henrique Kottek (2009) corrobora "em São Sebastião, os eventos importantes ficam concentrados nas praias distantes, e o centro da cidade não ganha nada com isso.

No centro do município também se encontram alguns hotéis, mas em número bastante reduzido, afinal o Turismo no centro é menor do que das praias, além disso, é o local onde estão localizadas as secretarias municipais, a sede da Prefeitura, o Fórum, os bancos comerciais, etc. O centro acaba sendo apenas um espaço de passagem para quem está indo para as praias mais distantes, parando no centro apenas para fazer compras nos supermercados antes de seguir viagem ou está em busca de algum serviço profissional inexistente nos bairros mais distantes como encanador, mecânico, eletricista.

De acordo com Potira Augusto (2008)

Acho que desinteresse mesmo do povo, quem é mais novo não tem interesse em ficar na região, porque não tem nada para fazer em São Sebastião. Até mesmo na temporada, não tem nenhuma diversão, além dos restaurantes e da sorveteria. É tudo morto.

Nos bairros mais afastados as baladas acontecem com freqüência durante o ano, mas no centro só acontecem eventos na alta temporada com *shows* na rua da praia, a população gostando ou não do Turismo, aproveita a alta temporada para ter o que fazer, mesmo que tenha que pagar caro por isso.

Na porção territorial onde se localiza o centro do município também existem alguns restaurantes, mas para Edivaldo Nascimento (2008):

[...] eles passam e não param aqui. Mas não entendem que o turista não para aqui por que não tem atrativo. Até um tempo atrás estava pior ainda, porque nem restaurante tinha, tinham fechado tudo. [...] tem muita coisa fechada, tá uma decadência danada.

A situação enfrentada pelo centro do município diferencia-se da realidade das praias, dispondo inclusive de alguns mini-centros de compras com bares, restaurantes e lanchonetes.

Nas praias de Camburi, Juqueí e Maresias existem restaurantes bem conceituados, destaca-se em Camburizinho um restaurante considerado padrão luxo pelo Guia 4 Rodas.

A edição da revista Veja São Paulo (03/12/2003) enfatiza bem essa questão:

Tem gente que chega a Camburi e nem vê a cor do mar: vai direto para os restaurantes. Ao lado da vizinha Camburizinho, a praia é o centro gastronômico de São Sebastião. Come-se muito bem em casas como o Manacá, que aliam boa cozinha a ambientes charmosos e confortáveis.

Isso é reflexo do nível dos turistas que freqüentam a cidade, principalmente as praias mais afastadas do município. São pessoas exigentes e que gostam de se hospedar em locais de qualidade, aliados à boa gastronomia, situação diferente da realidade vivida no centro histórico, que tem um público alvo de pessoas provenientes de cidades próximas, como Caraguatatuba ou Ubatuba e vão passear no centro, almoçar ou jantar em algum restaurante, mas depois retornam para suas cidades e acabam por freqüentar as praias e fazer compras na cidade que estão hospedados.

Marize Gouveia (2009) corrobora essa afirmação:

Eu costumava vir pra São Sebastião para almoçar e passear no centro histórico, mas hoje em dia isso tá meio difícil, pois quase não tem mais restaurante quase todos fecharam ou perderam qualidade.

O centro está se tornando uma área sem vida, ou conforme relatado anteriormente, apenas um ponto de passagem, pois o patrimônio cultural está se deteriorando, as opções

gastronômicas estão distantes, afastando cada vez mais quem antes costumava frequentar a região. Tal problema aliado ao crescimento econômico, pode contribuir para que o espaço vire uma área sem vida e sem memória.

Para Boullón (2002, p. 112):

O turista vai formando o juízo de valor do que acaba de ver, e não há dúvida que, por mais indiferente que seja o resultado de uma viagem é um acúmulo de experiências e lembranças dos lugares por que passou.

Para o turista acumular lembranças, precisa vivenciar, passear, visitar o local, interagir com a comunidade, e para isso é importante a permanência desse legado histórico pelo menos em alguns pontos do centro, incentivando assim um passeio turístico que reviva essa história.

Marize Gouveia (2009) afirma:

Não frequento mais o centro histórico, ainda mais agora que não tem muitos restaurantes e as pessoas, pelo menos as que eu conheço, do meu condomínio estão deixando de vir para cá.

Os turistas começam a perceber o esvaziamento do centro histórico e começam a mudar seus destinos. É preciso resgatar a atividade turística, incentivando a instalação de novos estabelecimentos comerciais capazes de atrair público para a região. E aliar essa volta ao centro com a interação ao patrimônio cultural.

É uma maneira de preservar e integrar a comunidade com o patrimônio, propiciando assim sua preservação e ampliando o interesse turístico no local, que pode deixar de ser um local de passagem, com estabelecimentos comerciais decadentes, para outro com fluxo contínuo e crescente de turistas interessados na história e conseqüentemente na culinária e hospedagem local. É um tipo de turista ávido pela história, que agrega valor para a cidade, pois tem condições de alavancar a economia turística do município como um todo e não mais em apenas em alguns pontos ou praias isoladas.

Segundo Swarbrooke e Horner (2002) um dos motivos que levam uma pessoa a viajar é a possibilidade de aumentar seus conhecimentos, de aprender algo novo, assim como a possibilidade de vivenciar outras culturas, por isso é importante para o município preservar essa história, como também incrementar a motivação turística. Hoje o município vive basicamente de um turista interessado apenas em praia e sol, mas pode ser acrescido do turista que também aprecia e valoriza a cultura.

Embora a Petrobrás e o porto possam ter uma representatividade econômica considerável, o Turismo também tem condições de sustentar uma parcela da economia do município.

De acordo com dados da Organização Mundial do Turismo - OMT (apud Fernandes: Coelho, 2002, p. 91) bastam R\$10.000,00 para gerar um emprego no segmento turístico, ao contrário do segmento industrial que precisa de investimentos de pelo menos R\$170.000,00 para gerar a mesma quantidade de emprego.

Fernandes e Coelho (2002, p. 91) afirmam:

Em regiões receptoras e baixo nível de renda média, o aumento da demanda turística provoca uma série de efeitos multiplicadores sobre diferentes setores produtivos contribuindo para que bens e serviços sejam cada vez mais adquiridos ou utilizados.

Os autores acima citados dão como exemplo um hotel, que ao ter sua taxa de ocupação elevada, precisa aumentar suas compras necessárias ao funcionamento do empreendimento, assim como terá que contratar mais funcionários, beneficiando direta ou indiretamente vários segmentos, assim como a arrecadação de tributos municipais.

Além de proporcionar a preservação da história também é interessante salientar que o setor da hospitalidade, onde estão inseridos o Turismo e a alimentação, tem condições de empregar boa parte da população jovem local, sendo para muitos a primeira experiência profissional (Andrews, 2004).

O Turismo não é a salvação de uma cidade, mas no caso de São Sebastião, embora exista um impacto ambiental crescente, é possível incrementar o fluxo turístico aliando preservação e integração da comunidade local, propiciando a participação nessa atividade através do seu artesanato, do trabalho no setor da hospitalidade, proporcionando ganhos para a cadeia econômica local e regional.

A prefeitura pode participar desse processo ao elaborar políticas públicas de Turismo de longo prazo, visando á manutenção dessa atividade para outras gerações, afinal ela também se beneficia com o desenvolvimento turístico. Através dos impostos arrecadados pelas empresas privadas, o poder público local tem condições de investir na urbanização, no transporte, no treinamento e na qualificação da mão de obra local (BARRETTO, 1997).

Conforme Cruz (2000, p.9):

À política pública de Turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o Turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares.

Segundo Rodrigues (1999, p. 25):

O planejamento do Turismo é, em princípio, complicado porque tem de conciliar os interesses de uma população que busca o prazer num local onde outras pessoas vivem e trabalham. Satisfazer a ambas não é tarefa fácil

É preciso aliar o planejamento e a inclusão tanto dos moradores quanto dos turistas, buscando uma interação entre todos os envolvidos neste processo. Para receber bem, as cidades precisam identificar as necessidades do turista (TEIXEIRA, 1999), mas para que isso aconteça seria importante ouvi-lo e incluí-lo no planejamento, juntamente com os moradores e os empresários.

A marca de São Sebastião hoje está associada com o porto, ao patrimônio histórico, à Petrobrás, e às praias com suas paisagens paradisíacas. É preciso unificar essa marca fazendo com que o turista enxergue o município como um todo e não em partes positivas e negativas.

Segundo Gertner (2006) gerenciar a marca de um lugar, ou seja, o nome da cidade, a imagem local, é responsabilidade de todos aqueles que direta ou indiretamente estejam envolvidos com atividades que afetem o desenvolvimento econômico, como exportações e Turismo. Ou seja, a população em geral deve buscar maneiras de resgatar essa imagem, em parceria com o poder público e também das empresas que se beneficiam de todo o processo econômico local, seja utilizando o porto, seja ampliando o Turismo no município.

É preciso que o potencial turístico atue junto com a preservação da história e do meio natural, e ao mesmo tempo buscar formas de atrair a população para esse processo, dando a oportunidade e liberdade para que o morador possa escolher se pretende viver do Turismo, do artesanato ou de alguma indústria local.

O desmanche da paisagem

A cidade cresceu e esse desenvolvimento impactou no meio ambiente. As praias próximas ao centro do município estão poluídas devido aos navios que transitam em direção ao porto e também pelo despejo de esgoto.

Além das praias, a cobertura vegetal também diminuiu mesmo sendo uma área de proteção ambiental, reserva de mata atlântica. Muitas encostas dos morros estão hoje tomadas por casas dos mais variados tipos de construção, não se restringindo apenas a casas populares de caiçaras que venderam terras próximas ao mar e foram para o sertão.

Para Carvalho (2001, p. 4) "o Turismo como vetor de desenvolvimento local, provocou a venda de posses de terra e um impacto cultural, que culminou com a debilitação das instituições da cultura caiçara".

A ocupação do sertão e das encostas da Serra do Mar além de afetar a imagem local para quem está chegando na cidade, trouxe desmatamento de áreas naturais, poluição de matas e córregos, com o descarte de lixo doméstico em áreas naturais. Além disso, são áreas sem o mínimo de infra-estrutura para se viver, pois não há água encanada, o esgoto corre para a mata ou desce pela montanha, não há iluminação, etc.

A ambição pelas terras para expandir o Turismo contribuiu para expulsar do litoral antigos pescadores. Subsistindo da pesca, esses moradores passaram a viver junto à mata, o chamado sertão, perdendo a facilidade de acesso ao mar (DOMINGUES; TRENTIN, 2006, p. 292).

Nas praias mais afastadas, não há um comprometimento muito grande da atividade turística, pois muitas dessas ocupações estão escondidas da paisagem, não afetando diretamente o Turismo. Segundo Yázigi (2001, p. 18) o "Turismo é um fenômeno em expansão", mas para garantir a sustentabilidade dessa expansão faz-se necessário evitar que o crescimento transforme a paisagem, de modo que acabe por prejudicá-la.

Para Luchiari (2002) do ponto de vista dos caiçaras é nítida a percepção de transformação da paisagem natural e cultural, pois seu próprio modo de vida sempre esteve associado aos elementos naturais da paisagem, tanto nas atividades econômicas como a caça e a pesca, como nas atividades sociais como as festas, crenças e procissões. Nascimento (2008) destaca a alteração e ou desaparecimento de tradições:

Isso era na festa de Nossa Senhora do Carmo, era uma senhora chamada dona Alice, que morava aqui em frete, foi a ultima, antes era a mãe dela, que tinha a tradição de fazer os doces caseiros no dia da festa, no final da festa de Nossa Senhora do Carmo, ela distribuía para as crianças doces que ela mesma fazia que eram doce de mamãe, bala repuxada, que era uma bala feita com açúcar queimado, doce de banana, e balas de leite, tipo que a gente compra no mercado, só que ela fazia tudo artesanal. Ela distribuía no final do dia de Nossa Senhora do Carmo, fazia uma fila enorme aqui.

[...] Mas não tem nada a ver com o caiçara. No passado era diferente, era o pessoal daqui. Os turistas gostavam muito de ver a dança folclóricas dos Índios, a Congada.

[...] Hoje quase não se vê mais peixe seco, é difícil de encontrar, coisa rara mesmo o peixe seco, não por falta de peixe é porque a nossa cultura foi morrendo.

3.3 Turismo e sustentabilidade

Uma cidade turística que queira crescer constantemente precisa levar a sério a questão da preservação de seus atrativos sejam naturais ou culturais. Sem essa preocupação, o Turismo tende a estagnar e provocar o colapso econômico da cidade.

Segundo Jafar Jafari (2005) uma economia sustentável sugere um ativo central, que pode ser o Turismo, com limites de uso, como é o caso de Fernando de Noronha que tem limites para a exploração turística, inclusive no número de pessoas que podem ir para a ilha, e o número de noites que este turista pode ficar na cidade.

Conforme Zuanazzi (2005, p. 15):

Entender a sustentabilidade no Turismo é compreendê-la sob o ponto de vista ambiental, a fim de preservar seu principal atrativo; econômico, no sentido de gerar riqueza por meio de sua atividade; social, no que se refere à inclusão e incorporação das populações que habitam aquele destino; e política, no sentido do envolvimento e da participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento de Turismo.

Para Lemos (2005) a idéia de sustentabilidade é cada vez mais necessária, pois a preocupação com o meio ambiente é cada dia maior, inclusive com a crescente participação popular.

"Para sobreviver eles desenvolveram o turismo. Mas agora eles vão entrar na era Petrobrás", com tal afirmação Edivaldo Nascimento (2008) retrata que se a cidade de Caraguatatuba, com forte vocação turística, não efetuar um plano adequado de desenvolvimento, daqui alguns anos terá problemas parecidos, como a perda do patrimônio natural e/ou cultural.

Segundo Ruschmann (1997) em um passado não tão distante os gestores da atividade turística não tinham consciência dos problemas ambientais, mas hoje em dia essa situação é inaceitável. Cada vez mais a população em geral, incluindo empresários tendem a se preocupar com a importância da sustentabilidade, ou seja, explorar sem erradicar.

O relacionamento do turismo com o meio ambiente tem se caracterizado por alguns aspectos peculiares e que deverão ser considerados nas ações e estratégias de planejamento da atividade. A fragilidade dos ecossistemas naturais a da cultura das comunidades locais tem que ser levados em conta, para poder analisar o grau de exploração que cada um pode sofrer (RUSCHMANN, 1997, p. 168).

Durante muito tempo, vários autores definiram o Turismo como a indústria sem chaminés, mas logo ficou provado que estavam enganados, pois segundo Lemos (2005, p. 20):

Quando os aviões começaram a consumir a camada de ozônio e diversas praias e florestas tornaram-se vulneráveis à especulação imobiliária, devido à falta um planejamento sanitário e ecológico e ao comportamento voraz dos turistas, viu-se que tal interpretação era equivocada.

A atividade turística é importante, principalmente no município de São Sebastião, porém não houve um planejamento adequado quando essa atividade iniciou-se na década de 1970. Hoje a cidade sofre com esses erros de planejamento do passado, que permitiram a construção de condomínios e empresas em áreas inadequadas e com a exploração massiva do meio ambiente pelo porto e pela Petrobrás.

De acordo com Ruschmann e Widmer (2004, p. 67):

O planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento de um Turismo equilibrado, que ocorra em harmonia com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões turísticas receptoras, preservando-as para as gerações futuras.

É essencial que a cidade se desenvolva, mas sem que ocorra a destruição dos atrativos locais, é a busca pela sustentabilidade, pela preservação e manutenção desse legado natural e cultural para gerações futuras tanto da comunidade, quanto de visitantes em busca de lazer e cultura.

O planejamento consiste em um processo que busca ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, evitando efeitos negativos que possam destruir seus atrativos (RUSCHMANN; WIDMER, 2004, p. 67).

De acordo com Yázigi (2005, p. 123):

As marcas do descuido ao longo da costa brasileira são tantas que parecemos nos aproximar do ponto em que a volta será impossível. Há virtudes naturais e culturais que após certo grau de descaracterização, tornam-se irrecuperáveis.

Nas praias alguns desses problemas não são muito visíveis, mas conflitos existem, principalmente pela perda de áreas sagradas pelos caiçaras que foram destinadas a condomínios, mas dificilmente será possível solucionar tais problemas sem gerar críticas de ambos, turistas e comunidade. A cidade, o poder público local tem que elaborar um planejamento incluindo todos os atores do processo de transformação local, tentando impedir que no futuro tais conflitos permaneçam ou se agravem.

Conforme Yázigi (2005, p. 126) "um dos problemas mais freqüentes nas praias é a questão do esgoto que na maioria das vezes é despejado no mar", por isso muitas prefeituras tem investido no emissário submarino que despeja o esgoto em alto mar, fazendo com que a praia não receba dejetos, mas o problema disso é que no caso de São Sebastião que tem um extenso litoral, o custo para tal prática acabe inviabilizando-o, pois seria necessário um para cada praia.

Turismo e identidade

Durante as visitas ao município constatou-se que os turistas que freqüentam as praias mais afastadas não têm relação de identidade com o centro de São Sebastião. É muito comum que freqüentadores dos bairros de Camburi, Boracéia, Juqueí, Barra do Una entre outras, quando se referem ao nome de seu destino, refiram-se ao nome do bairro como se esse fosse a própria cidade. São espaços transformados pela lógica do Turismo e que a população não tem nenhuma relação de identidade com o lugar. Os turistas têm a sensação de já terem visto aquilo em algum lugar, para Kripeendorf (2000, p. 18):

Isso não tem importância, pois para o turista o importante é se afastar do cotidiano, mudar sua rotina estressante, mesmo que só por um curto período de tempo e que na localidade tenha atrações para ele se divertir.

Mas para o morador que nasceu e foi criado naquele espaço, é uma perda irreparável e faz com que cada vez mais ele não se reconheça naquele espaço e passe até mesmo a hostilizar tal lugar e culpar os turistas por tal transformação.

Segundo Edivaldo Nascimento (2008):

Você vê que Caraguatatuba cresceu assustadoramente de repente. A partir daquele ano que entrou o Antonio Carlos, o atual Prefeito, fez um revolução em Caraguá. Ate o centro histórico, o arquivo histórico deles tá bonito. Tá bonito o museu lá, eles fizeram até uma casinha caiçara, com barulho de mar, tem um pescador sentado, pelo menos ta contando a historia toda. Ta melhor que aqui, porque aqui não tem museu da cidade, só tem esse que e o de arte sacra.

É uma maneira de preservar a identidade local, retratando em museus como as comunidades vivem, impedindo a perda dessa memória e conseqüentemente desse patrimônio histórico. Os turistas valorizam os museus, conforme o senhor Henrique Kottek (2009) "gosto"

muito de ir a museus e passear pelo centro histórico de São Sebastião", tal afirmação mostra que existe o interesse dos turistas, falta à valorização do patrimônio pelo poder público.

Não é porque a cidade é turística, que precisa desprezar seu passado. Na verdade ao valorizá-lo a cidade pode até mesmo incrementar o Turismo, pois é possível agregar outros segmentos de turistas no mercado turístico local.

Segundo matéria do jornal O Estado de São Paulo (21/01/2009) os habitantes de São Paulo estão perdendo a identidade e o vínculo com a capital. A falta de planejamento adequado levou a população a não se sentir acolhido na comunidade em que reside, pois ninguém se importa com o que vê ou onde vive. É justamente isso que acontece nas cidades turísticas. As relações entre a cidade e os moradores estão cada dia mais difíceis, pois as transformações mudaram "locais sagrados" para lugares impessoais, onde ninguém se conhece ou se reconhece.

Para Yázigi (2005, p. 127):

O turismo exige um rigor duplicado, porque estraga o lugar se não houver regulações prévias e porque só sobrevive dignamente quando é explorado com qualidade.

É dever do poder público local evitar ou minimizar a perda de identidade das populações locais, através de políticas públicas específicas, mas para Yázigi (2005, p. 130) "uma característica de várias administrações públicas no Brasil é a falta de continuidade na hora de enfrentar problemas."

Ruschmann e Widmer (2004, p. 75) relembram que:

Quanto mais recursos existirem uma localidade, maior será sua atratividade e, por consequência, maior será a necessidade de planejamento, visando o desenvolvimento turístico sustentável

Rodrigues (2005, p.) informa que:

Em outubro do ano 2000, na Polônia, realizou-se a Conferência Internacional dos Restauradores, que, depois de quatro dias de debates, concluiu que uma das ameaças à manutenção da herança cultural é o Turismo massificado e sem controle, uma vez que ele destrói a identidade de cada lugar.

Um desenvolvimento sustentável tem que prever não só a questão da preservação e a exploração das áreas naturais, como também a manutenção das tradições locais. Gonçalves (1988, p. 266) vislumbra "a importância da elaboração e implementação de políticas culturais visando à construção de uma identidade local."

Conforme Gonçalves (1988, p. 267):

É preciso valorizar os monumentos históricos, pois eles têm a capacidade de evocar o passado, estabelecendo uma ligação entre passado, presente e futuro, ou seja, eles garantem a continuidade da nação no tempo.

E através de tais ações a população pode se sentir incluída no processo de valorização cultural e buscar participar ativamente dando um uso para tal espaço ou monumento impedindo que a atividade turística transforme esse lugar, essa história afetando a identidade de uma comunidade.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou refletir como o crescimento desordenado, tanto do porto, quanto da Petrobrás e do Turismo afetaram a preservação e a conservação do patrimônio natural e cultural de São Sebastião.

Conforme Potira Augusto (2008):

[...] a Petrobrás invadiu demais a cidade, ela não tem mais para onde crescer. Eu sei que a empresa deve pagar muitos impostos, mas a população não deveria ser marginalizada. São Sebastião hoje é só para os ricos.

A população e sua memória estão espremidas entre os condomínios, o porto e a Petrobrás, dificultando a preservação de seu legado histórico e de uma convivência harmônica nesses locais. No centro histórico do município, muitos exemplares da cultura local já foram reformados e totalmente descaracterizados. Alguns quarteirões inteiros foram dizimados, em prol do crescimento. Dentre os quarteirões tombados, poucas edificações ainda estão intactas, com exceção dos prédios mais conhecidos, como a Casa Esperança, onde funciona uma loja e a Casa de Câmara e Cadeia, hoje sede da delegacia do município.

As perdas no patrimônio cultural afetam diretamente a memória, a cultura, a alma dos moradores, caiçaras ou não. A destruição dos casarões, que estão sendo derrubados para dar lugar a novos prédios, faz com que uma parte da história local seja perdida para sempre.

As danças, os festivais, o artesanato estão sendo esquecidos pela omissão do poder público que vende para o turista uma imagem e proporciona outra. Nos festivais e festas locais ainda se usam os nomes tradicionais, mas as festas foram totalmente descaracterizadas, afastando principalmente os moradores mais antigos que não se reconhecem nesses eventos.

Nos guias de turismo que a cidade distribui, pouco se fala da cultura local, o que é mais divulgado são as potencialidades naturais, como as praias e as matas e a gastronomia. Dos casarões históricos quase não há informação, mostrando que estes exemplares remanescentes da história podem ser desprezados, pois a cidade tem de crescer.

O artesanato está perdendo artesãos para o Turismo, pois sua matéria prima está cada vez mais escassa e a atividade turística proporciona empregos mais estáveis, principalmente nos condomínios à beira mar. Para exemplificar a situação do artesanato pode-se citar o caso da caixeta, em que muitos dos condomínios construídos devastaram áreas onde se encontrava

essa espécie vegetal e o pouco que sobrou está em reservas protegidas, impossibilitando sua extração, expulsando cada vez mais os artesãos para outras atividades.

Os espaços de sociabilidade da comunidade praticamente não existem mais, muitos foram transformados de acordo com a lógica do Turismo, e em alguns locais a população convive com os turistas ou é impedida de entrar, como por exemplo, nos condomínios a beiramar que bloqueiam o acesso as praias, mesmo sendo ilegal tal prática.

O porto trouxe o desenvolvimento para a cidade, proporcionou um crescimento e até mesmo uma menor dependência do Turismo, mas por outro lado está causando danos irreversíveis para o patrimônio natural como o aterro do mangue necessário para sua ampliação. A Petrobrás também tem uma grande parcela de representatividade nesse crescimento, mas assim como o porto, tem muita responsabilidade ambiental, pois por diversas vezes foi responsável por vazamento de óleo que contaminou algumas praias e rios, afetando a atividade turística e principalmente a atividade pesqueira praticada por grande parte da população caiçara como forma de subsistência.

Quando a empresa se instalou, parece não ter havido um planejamento de impactos possíveis no futuro e hoje a empresa praticamente "abraça" o centro da cidade, forçando sua descaracterização, pois o comércio e outras empresas precisam de espaço para crescer que é escasso nessa região.

O Turismo é importante, proporciona empregos e renda, mas também produz impactos negativos tanto no patrimônio natural, como a destruição de mata nativa para a construção de casas, o trânsito na alta temporada, o preço elevado de produtos e serviços nos supermercados que a população tem que arcar.

A população acredita que o Turismo é importante, pois os turistas estão trazendo dinheiro para a cidade e proporcionando mais atrações e divertimento local, mas acha um preço muito alto a contrapartida, pois a cidade fica abarrotada e tem sua infra-estrutura levada ao limite, para receber em troca apenas subempregos e que na maioria dos casos permanece apenas durante a época de temporada.

Os condomínios também afetam muito os espaços de sociabilidade local, pois mudam a configuração da paisagem conforme seus interesses. Um exemplo é a praia de Calhetas, onde o acesso à praia é feito através de um condomínio e os carros são impedidos de entrar, e mesmo sendo ilegal, a prefeitura nada faz, pois valoriza mais o lado econômico.

É preciso que o poder público valorize e inclua a população nas questões relativas à preservação e ao desenvolvimento, para evitar o seu desenraizamento ao não reconhecer

aquele espaço como seu, afetando a memória e a identidade local. É preciso valorizar os espaços de sociabilidade da comunidade e impedir que a atividade turística transforme esses locais.

Para a realização desta dissertação foram produzidas fontes orais de pesquisa com quatro depoentes, dois moradores do município e dois turistas que frequentam há região a mais de vinte anos.

No centro histórico e até mesmo em vários sítios da internet, é possível perceber como as fotos antigas do senhor Edivaldo são valorizadas e criam um sentimento de saudade de épocas passadas, tanto em turistas como em moradores e comerciantes.

Com relação ao patrimônio cultural, os entrevistados afirmam que se trata de questão polêmica na cidade, afinal, que quem nasceu depois da década de 1960 não tem ligação afetiva com o seu patrimônio histórico-cultural. O primeiro entrevistado enfatiza que a população mais velha é a que mais se identifica com o patrimônio e, portanto a que mais se interessa e luta por sua preservação. Porém há também o outro lado, os caiçaras, por não viverem no centro, não interagem com esse patrimônio, e não se opõem a sua destruição, pois acreditam que isso vai trazer desenvolvimento e conseqüentemente criar empregos. A memória que está sendo perdida pode afetar a preservação do patrimônio pois a população jovem não compartilha as histórias locais e não vê relevância nesse legado histórico.

Provavelmente esses caiçaras contrários à preservação também associam esse legado com um nível social que não lhes pertence, desmotivando-os a preservar esse patrimônio.

O Condephaat tombou sete quadras do centro, mas segundo o próprio Nascimento não existe muita coisa, pois quem deveria preservar e ou fiscalizar, infelizmente também está contribuindo para a degradação do patrimônio histórico, como por exemplo, o caso do prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS (figura 10) que construiu um prédio com características diferentes do entorno.

O senhor Edivaldo Nascimento por ser fotógrafo, dispõe de fotografias que comprovam como era a cidade no passado e como é hoje. Até 1964 o centro era repleto de casarões, mas a partir desse ano que coincide com a instalação da Petrobrás, esse legado começou a ser destruído. Somente a partir da década de 1980 é que foi possível perceber uma mudança na questão da preservação, talvez porque o patrimônio já tivesse sido bastante dilapidado, tornando-se visível e se nada fosse feito a cidade já teria ficado sem documentos arquitetônicos desse passado.

Segundo Rodrigues (2005, p. 17):

Negros e brancos pobres eram vistos como trabalhadores e não como construtores de cultura, apenas os ricos tinham essa distinção. [...] é compreensível a distância entre o patrimônio cultural e a maioria da população brasileira.

No caso de São Sebastião, o caiçara, principalmente aquele que mora afastado do centro, acaba não reconhecendo como seu, esse passado histórico e com isso faz coro a favor da sua destruição.

De que vale preservar prédios antigos se isso não reverte em benefício da comunidade, ou seja, isso quer dizer que preservar é importante, desde que a população possa participar desse processo e interagir com o patrimônio, revitalizá-los promovendo ações culturais, *shows*, apresentações de dança etc. (MELO, 2005).

O artesanato está desaparecendo, assim como a cultura caiçara retratada através dos festivais e que, segundo os entrevistados, em nada lembram os antigos eventos. O Sr. Edivaldo Nascimento citou as festas de danças dos índios caiapós, e a congada, que embora permaneça, está descaracterizada.

Os outros entrevistados, inclusive a senhora Potira Augusto, que é moradora, até lembram que existia alguma festa típica, mas não sabiam os nomes, esses eventos ficaram no passado. Isso mostra como a cultura local está sendo esvaziada e esquecida. Está se tornando algo para ser visto apenas nos livros. Diferentemente de alguns locais como, por exemplo, "Visby, uma ilha sueca no Báltico, já vive uma semana medieval, quando toda a população se veste com trajes medievais (URRY, 2001, p. 194)".

É preciso envolver a população como é feito em alguns países como a citação acima, não significa montar espetáculos para o turista e sim em valorizar a cultura, ser fiel às suas características e tradições.

Segundo Urry (2001) é muito comum em cidades turísticas que a população, em datas específicas, relembre seus antepassados, remontando festas do passado e até mesmo vestindo trajes de época. Na verdade, esse teatro, composto por remontagens fictícias, pode contribuir para alavancar o turismo no município, com turistas ávidos em experimentar a cultura local, mas é preciso que tais eventos não descaracterizem a cultura local.

O artesanato que utilizava o vime para fazer balaios, esteiras, também ficou para trás e hoje está decadente. O senhor Edivaldo lembrou ainda que a culinária típica está se perdendo porque a cultura caiçara está morrendo.

A memória local está se restringindo apenas a alguns poucos habitantes, geralmente os que estão acima dos 40 anos. Provavelmente daqui a alguns anos, essa parte da cultura só

estará disponível através de documentos arquivados no Departamento de Patrimônio Histórico local, sem nenhuma testemunha viva desse passado, para retratar como era a cidade e sua cultura.

Com tantos problemas e descaracterizações ainda pode existir um fluxo turístico interessado na história local, segundo Funari e Pinsky (2005, p. 10):

O patrimônio histórico existe não só para ser visitado pelo turista, mas também, para servir-lhe como reflexão, para que ao voltar para sua casa, suas lembranças não se restrinjam ao bronzeado adquirido, mas sim com lembranças que o façam refletir. [...] O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, podendo valorizar sua cultura.

O problema é que a cidade, ou melhor, seu centro histórico, enfrenta um esvaziamento como a falta de bons restaurantes, de opções para o turista que tem interesse na história, no patrimônio cultural local, mas que muitas vezes acaba indo embora ou só passa pelo centro e vai direto para as praias mais distantes.

De acordo com o turista Henrique Kottek (2009):

Em São Sebastião, os turistas acabam passando rapidamente pelo centro e indo para as praias mais distantes. Quando param no centro é para ir a supermercados e depois seguir viagem.

Todos expressaram preocupação em relação à base de gás da Petrobrás em Caraguatatuba, que pode trazer problemas como poluição e destruição do patrimônio local já enfrentado por São Sebastião

Além disso, da maneira que o turismo se desenvolveu, com a destruição de áreas naturais, a própria população não vê os atuais turistas com bons olhos, pois acredita que eles mais poluem do que trazem benefícios.

É importante comentar também a discussão acerca da Petrobrás, das dezenas de tanques de petróleo que circundam o centro da cidade, ameaçando o patrimônio e a própria cidade.

Os entrevistados mostraram preocupação acerca do estado atual do patrimônio cultural, com o desaparecimento da cultura local, através da descaracterização de festas e procissões. A cultura caiçara está ficando no passado, restrita a memória de alguns moradores. O poder público municipal, visando atrair mais turistas, mantém algumas festas, mas totalmente reformuladas, visando atrair um público maior onde só se mantiveram os nomes tradicionais e o evento foi todo transformado. Isso faz com que cada vez mais os moradores

percam o interesse e deixem de participar de tais exemplos de patrimônio cultural intangível por não se reconhecerem naqueles eventos.

Com relação ao patrimônio natural, ficou evidente que a expansão do porto e da Petrobrás, que representam uma parcela significativa da economia local, pressionam a preservação do meio ambiente. Com relação às praias, o turista é obrigado a ir cada vez mais longe, se quiser visitar uma praia limpa, livre de poluição.

Segundo Henrique Kottek (2009) "Não deixo de vir, pois tenho casa aqui na região, então sempre acabo dando uma esticada até aqui". Os turistas de segunda residência mesmo sofrendo com esses problemas de poluição, não deixam de freqüentar o centro cidade, pois esporadicamente vão verificar se está tudo em ordem com suas residências, afinal a violência no litoral, como o furto de residências, há muito tempo vem acontecendo, principalmente nas casas fechadas ou que os donos não visitam regularmente.

Como as distâncias são grandes e a qualidade da estrada também não ajuda, o turista comum pouco freqüenta esse espaço, preferindo passear apenas pelos arredores de onde está hospedado. Isso contribui para que cada vez mais o patrimônio cultural do centro seja esquecido e também para que muitos restaurantes tenham fechado as portas. Hoje, para ir a um bom restaurante é preciso pegar a estrada em direção a Caraguatatuba, pois alguns bons estabelecimentos gastronômicos preferiram se instalar longe do centro, que passa uma imagem de triste e abandonado. Há dez anos atrás, o centro vivia lotado de turistas, era difícil arrumar um local para estacionar o carro, situação diferente da de hoje, onde mesmo na alta temporada, é fácil encontrar vaga nesses locais.

Esse trânsito todo foi transferido para os bairros distantes, redutos de condomínios e cada vez mais procurados por turistas eventuais e de segunda residência, interessados nas belezas naturais da região e pouco interessados ou familiarizados com os problemas enfrentados pelo centro histórico de São Sebastião.

Podemos concluir que os nossos entrevistados são parcialmente favoráveis ao turismo desde que explorado sustentavelmente, ou seja, de forma planejada, preservando o patrimônio existente, seja ele natural ou cultural sem destruição, visando que as gerações futuras não percam sua identidade, sua memória. A expansão industrial é importante, mas não se pode permitir que em seu nome, empresas como principalmente, a Petrobrás, venham poluir e, em algumas situações, provocar danos irreparáveis à fauna e a flora do município. O desenvolvimento planejado traz segurança não só aos turistas, mas também a população residente. Esperamos que este nosso trabalho seja um alerta para todos sobre a necessidade

constante de vigilância sobre o patrimônio cultural e natural e uma bandeira a ser desfraldada pelos políticos locais.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Definições do projeto de pesquisa em história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. Realização de uma entrevista. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. *Preparação de entrevistas de história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2004.

ALENCAR, Nívia. Porto de São Sebastião: Proposta de expansão após uma vida de expectativas. Revista Litoral Norte Magazine. nº11, ano II, junho a julho de 2008.

ANJOS, Moacir dos. *Local/global:* arte em trânsito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2005.

AULICINO, Madalena Pedroso. *Turismo e estâncias*. Impactos e benefícios para os municípios. São Paulo: Editora Futura, 2001.

BAPTISTA, Isabel. Lugares de hospitalidade. In: DIAS, Celia M. M. (org.) *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole, 2002.

BARRETTO, Margarita. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise*, v.15, n. 2. São Paulo: Aleph, 2004, p. 134-149.

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003.

BASTOS, Sênia. Patrimônio Cultural e Hospitalidade: subsídios ao planejamento turístico. *In:* DENCKER, Ada de Freitas Maneti (coord.) *Planejamento e gestão em Turismo e Hospitalidade.* São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BAUER, M. W; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Bauru: EDUSC, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: Aguilar Criado, Encarnación (1999) *Patrimônio Etnológico. Nuevas Perspectivas de estúdio*. Consejeria de Cultura. Junta de Andalucia. p. 16-33.

CARVALHO, Heidi Cristina Buzato. *O artesanato de caixeta em São Sebastião*. USP. Dissertação de mestrado. Piracicaba, 2001.

CHURCHILL JUNIOR, G.A.; PETER, J.P. *Marketing:* Criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à geografia do Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Política de Turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DE BENEDICTIS, Osvaldo F. De. Memória paulista. São Paulo: Policarpo. 2008.

DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural*: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DOMSCHKE, Vera Lucia. *São Sebastião*: proposta de renovação urbana. USP. Dissertação de mestrado. São Paulo, 1998.

EVANS, Katie. Competição pelo espaço-patrimônio – O conflito entre residentes e turistas no Cairo. *In*: TYLER, Duncan; GUERRIER, Yvonne; ROBERTSON, Martin. Gestão de Turismo Municipal: Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. São Paulo: Futura. 2001.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Marcio Ferreira. *Economia do Turismo:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERREIRA, Eduardo Lago. Apontamento sobre o lazer e o patrimônio urbano edificado no centro histórico de Vila Nova de Gaia. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I:* Porto: p. 117-129, 2000.

FLÔRES, Ralf José Castanheira. *São João Del Rey*: Tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso. USP. Dissertação de mestrado. São Carlos, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2005.

GERTNER, David. Um lugar não depende só de sua imagem. Para ter sucesso, é preciso gerenciar sua marca. Coluna opinião. *Revista Turismo em Números*. Edição 51. Sindetur, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos Patrimônios Culturais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A Retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

GRINOVER, Lucio. A Hospitalidade, a cidade e o Turismo. São Paulo: Aleph, 2007.

GRINOVER, Lucio. A Hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. In: *Revista Hospitalidade*, ano III, número 2. Editora Anhembi Morumbi, 2º semestre de 2006.

GRINOVER, Lucio. Hospitalidade no espaço urbano. In: *Revista Hospitalidade*, ano II, número 1. Editora Anhembi Morumbi, 1º semestre de 2005.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e Etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, outubro de 2003.

GUTIÉRREZ, Ramón. História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: *O direito à memória:* patrimônio histórico e cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. / DPH. São Paulo: DPH, 1992.

KOTLER, Philip; BES, Fernando Trias de. *Marketing Lateral, Uma abordagem revolucionária para criar novas oportunidades em mercados saturados*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing. Prentice Hall, Brasil, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo*: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LEMOS, Leandro de. *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph, 2005.

LOMBARDI, Giorgio. A cidade histórica como suporte da memória. In: *O direito à memória:* patrimônio histórico e cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. / DPH. São Paulo: DPH, 1992.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 16-28. 1989.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexo entre lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa; LUCHIARI, Maria Tereza D. P (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000, p. 105-130.

LUYTEN, Joseph M. Sistemas de comunicação popular. São Paulo: Ática, 1988.

LUYTEN, Joseph M. O que é literatura popular. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias:* Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). UFRJ. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2004.

MATTOS, Olgária. Memória e história em Walter Benjamin. In: *O direito à memória:* patrimônio histórico e cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. / DPH. São Paulo: DPH, 1992.

MEIRELLES, Maria Cristina Ribeiro. *Parques das fontes em São Lourenço – MG:* percepção dos turistas e moradores quanto ao seu uso e funções. UAM. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. IN: YAZIGI, Eduardo e outros. *Turismo*, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: *O direito à memória:* patrimônio histórico e cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. / DPH. São Paulo: DPH, 1992.

MELO NETO, F. P. Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio histórico-cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2005.

MONNET, Jerôme. O álibi do patrimônio crise da cidade. *Revista do Patrimônio histórico artístico e nacional*, n. 24, 1996.

MOREIRA, Danielle Couto. Arquitetura ferroviária e industrial, o caso das cidades de São João Del-Rey e Juiz de Fora (1875-1930). USP. Dissertação de mestrado. São Carlos, 2007.

OLIVEIRA, Valmir Martins de. *Responsabilidade social e hospitalidade*: Um estudo sobre o apoio de empresas a projetos culturais. UAM. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2006.

POLLACK, M. Memória e identidade social. Estudos históricos. Rio de Janeiro, n. 10, 1992.

PONTUAL, Virgínia; PICCOLO, Rosane. A Demolição e a conservação das áreas centrais: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, Brasil. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. http://www.ub.es/geocrit/-xcol/124.htm

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Consumo e espaço. São Paulo: Roca, 2001.

PRATS, Llorenç. *El concepto de patrimônio cultural*. Universidade de Barcelona. Política y Sociedad. Madri: 1998, p. 63-76.

REIS FILHO, Nestor. Espaço e memória: conceitos e critérios de intervenção. In: *O direito à memória:* patrimônio histórico e cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. / DPH. São Paulo: DPH, 1992.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Turismo modernidade globalização*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. (Org.). *Turismo e Geografia:* reflexões teóricas e enfoques regionais. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. V; WIDMER, G. M. Planejamento Turístico. *In*, ANSARAH, Marília G. R. (org.) *Como aprender turismo. Como ensinar*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

RUSCHMANN, D. Turismo e planejamento sustentável, a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, Milton. O Espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1996.

SEGRE, Roberto. Havana: o resgate social da memória. In: *O direito à memória:* patrimônio histórico e cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. / DPH. São Paulo: DPH, 1992.

SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa; LUCHIARI, Maria Tereza D. P (orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000, p. 105-130.

SILVEIRA, G.T. Turismo em cidades históricas: emprego e renda em Tiradentes/MG. Trabalho apresentado ao grupo de trabalho "Turismo e História". *Anais do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL* – Caxias doSul, 27 e 28 de junho de 2008.

SIMIS, Tereza Cristina. *Convento dos oratorianos de São Filipe Néri:* leituras arqueológicas de um convento que virou shopping Center em Recife – PE. UFPE. Dissertação de mestrado. Recife, 2005.

SIMÕES, Nivaldo. *Conto, canto e encanto com a minha história:* Uma viagem pela história do arquipélago de Ilhabela. São Paulo: Noovha América, 2005.

SCOCUGLIA, Jovanka B.C. *Cidadania e patrimônio cultural:* oficina escola, projeto Folia Cidadã e acervo no centro histórico de João Pessoa. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2004.

SWARBROOKE, John; HORNER, Susan. *O comportamento do consumidor no Turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

TEIXEIRA, Elder Lins. Gestão de qualidade em destinos turísticos. Rio de Janeiro: Oualitymark, 1999.

TRENTIN, F; DOMINGUES, V. Pesca Artesanal no litoral paulista: a cultura caiçara valorizada pelo turismo. In: TREVIZAN, Salvador D. P. (org). *Comunidades Sustentáveis, a partir do Turismo com base local*. Ilhéus. Editus, 2006.

URRY, John. *O Olhar do Turista*. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel – Sesc, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. O litoral como patrimônio natural e cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2005.

YÁZIGI, Eduardo. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

VIEIRA, Bruna. Fazenda Santana, jóia colonial a ser descoberta. *Revista Beach & Co.* nº 73, Julho de 2008.

ZAOUAL, Hassan. *Novas economias das iniciativas locais*: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: – Coppe/Ufrj, 2006.

Sítios da *Internet*

http://www.saosebastiao.com.br

http://www.jornalvaleparaibano.com.br

http://www.ibge.gov.br

http://www.saosebastiao.sp.gov.br

http://www.seade.gov.br

http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.764c9920d8b49e593
4aae2a5c19714a0/?vgnextoid=c292f0ebc5ef0110VgnVCM1000004c03c80aRC RD&cpsextcurrchannel=1> - acesso em 12/07/2008

http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3334&Alias=Ethos&Lang=pt-BR acesso em 11/08/2008

http://www.saosebastiao.com.br/cultura/index.htm acesso em 28/08/2008.

http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php> acesso em 17/09/2008

http://www.ilhabela.net/praias/saosebastiao.htm acesso em 18/09/2008

histórico -acesso em 20/09/2008.

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_sphan.htm acesso em 14/02/2009

<www.cetesb.sp.gov.br> acesso em 14/02/2009

Bibliografia

BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do Turismo. São Paulo: SENAC, 2003.

BURNS, Peter M. Turismo e antropologia, uma introdução. São Paulo: Chronos, 2002.

CAMARGO, Luís Octavio de Lima. Hospitalidade. São Paulo: Aleph, 2004.

CASTELLI, Geraldo. *Hospitalidade*: na perspectiva da gastronomia e da hotelaria. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; Bueno, Marielys Siqueira. (orgs.) *Hospitalidade:* cenários e oportunidades. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LAPLANTINE, François. A descrição etnográfica. São Paulo: Terceira Imagem, 2004.

LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. (orgs.) *Em Busca Da Hospitalidade*. Perspectivas para um mundo globalizado. Barueri: Manole, 2004.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio, um exercício do olhar*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2002.

PEARCE, Douglas G. Geografia do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. N. 24, 1996.

THOMPSON, P. A voz do passado. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

TULIK, Olga. Turismo e Meios de Hospedagem, Casas de Temporada. São Paulo: Roca, 2001.

Apêndice

Entrevista - Sr. Edivaldo Nascimento

Rodrigo: O Senhor acha que a população daqui é favorável a preservação do Patrimônio? Eu perguntei lá no restaurante grego e ninguém sabia de nada.

Edivaldo: Esse povo que tá por aí, não tem nada a ver com a nossa cultura. Quem nasceu de 60 para cá, não sabe de nada, só sabe quem nasceu de antes de 60.

Rodrigo: Eu queria que o Senhor me falasse das festas típicas da cidade.

Edivaldo: Eu falei para você da Festa de Nossa Senhora do Carmo. Voltando as festas, as festas religiosas, vou falar da festa de São Gonçalo. Nós estamos na Capela de São Gonçalo que hoje é o museu de Arte Sacra. Até 1963, havia aqui uma grande festa em devoção a festa de Nossa Senhora do Carmo, era uma festa de 9 (nove) dias, de novena, havia a apresentação de grupos regionais, banda de música, leilão todas as noites. No dia 16 ou 17 de março, no dia da Santa, no final da festa então, havia a procissão que saia aqui da Capela, o povo todo acompanhando, dava a volta no Quarteirão, São Sebastião naquela época, 1962, tinha aproximadamente 10.000 moradores, por ser mês de férias então, tinha muita gente que acompanhava. A procissão começava as 17:00 e terminava as 17:30, ai então começava tudo de novo, tinha fogueira, banda de música, leilão até que acabasse as prendas que eram doadas pelos moradores e comerciantes da região. Essa festa começou no final de 1800 e durou ate 1962, aí em 1963 acabou. Tinha outras festas religiosas, Santo Antonio, São Benedito, São João Batista, aí em 1963 acabou. Acabou tudo quando um padre brasileiro substituiu um padre alemão. Esse padre acabou com todas as festas religiosas, ficando somente com a festa do padroeiro, que é São Sebastião, dia 20/01, porque essa ele não podia acabar.

Rodrigo: Tinha alguma outra festa que não era ligada a igreja?

Edivaldo: Não, quer dizer tinha a festa de aniversario da cidade, que era muito comemorada, hoje já não é como antigamente, tinha banda de música, apresentação de grupos folclóricos, depois tinha a parte esportiva tinha a travessia de natação até Ilha Bela, corrida de pedestre, bicicleta, muitos grupos de gincana, apresentação de muitos grupos folclóricos, como a dança dos Caiapós, congada, tudo isso acontecia em um dia só, que era o dia 16 de março, hoje a

festa do aniversário da cidade é uma festa política, não tem mais nada. Acabou tudo, assim

como acabou nossa cultura e nosso modo de vida, o artesanato local também desapareceu.

Rodrigo: O que eles faziam de artesanato?

Edivaldo: O artesanato de São Sebastião usava-se muito vime para fazer esteira de dormir,

balaios, passarinhos de madeira, canoas, pequenas canoas, redes, isso era o que mais se vendia

na época e nos gêneros alimentícios, o forte era o peixe seco, alimento o que mais se vendia

era peixe seco e banana. Havia muita plantação de Banana que era transportada para Santos e

também como tinha abundância de peixe o único jeito de conseguir vender era secando o

peixe. Hoje quase não se vê mais peixe seco, é difícil de encontrar, coisa rara mesmo o peixe

seco, não por falta de peixe é porque a nossa cultura foi morrendo.

Rodrigo: Eu fui ao Condephaat e peguei a lista de quarteirões tombados aqui de São

Sebastião, mas não consegui achar muita coisa...

Edivaldo: Não existe quase nada, o próprio governo joga no chão.

Rodrigo: Aqui na frente mesmo tem um prédio completamente diferente do entorno, que

funciona a Previdência social.

Edivaldo: Eu tenho foto de tudo isso, como era diferente.

Rodrigo: O Sr. cederia estas fotos antigas de como era o INSS?

Edivaldo: Sem problemas, mas preciso saber exatamente o lugar, acho que até na Secretaria

de Turismo, ali na avenida, tem essas fotos. Isso tudo era trabalho do fotógrafo que tinha aqui

na época, o Sr. Agnello Oliveira, um fotografo caiçara, ele que foi responsável por estas fotos,

senão não teria nada não. Ele começou em 1915 e acabou em 1979, quando morreu e deixou

um vasto acervo. Esse acervo eu recolhi grande parte e guardo comigo.

Rodrigo: Mas tem umas fotos que o senhor tirou também?

Edivaldo: Tem. Que eu vim acompanhando.

Rodrigo: Eu vi na Internet.

125

Edivaldo: Tem muita coisa espalhada por ai. Mas aqui em São Sebastião, como eu te falei, eu sempre costumo falar que até 1970, por que foi dali que começou a destruição. Até 1964 ainda tinha o centro histórico repleto de casarões e ninguém respeitou isso.

Rodrigo: E a Petrobrás?

Edivaldo: A Petrobrás entrou em 1962, começou a mexer na cidade e inaugurou em 1966. Nesse meio tempo, começou a demolição, porque ninguém respeitava, derrubava e construía. Foi a partir dos anos 80 é que se começou a respeitar mais, por volta de 1987 que começou a se preservar mais. Foram destruídas muitas esquinas aqui mesmo (aponta para fora). Uma foto aérea da para perceber que muita coisa foi destruída eu até te mostro ela. Você via essa área repleta de casarões e agora não vê mais.

Rodrigo: Lá no Condephaat, eu peguei um jornal de época, acho que de 1970, que dizia que a população era contraria a preservação dos casarões e que estes impediam o desenvolvimento da cidade.

Edivaldo: Essa mentalidade tinha alguém com essa mentalidade, mas não são todos não. Tem gente que fala que tem que derrubar, que tudo isso de preservação é bobagem.

Rodrigo: Mas essa pessoa que fala que tem que derrubar é o caiçara ou é alguém que vem de fora?

Edivaldo: Às vezes é o próprio caiçara, às vezes é. Isso alguns antigos falam e os novos assumem aquele pensamento, por que não sabem o passado. Não sabem e acham que tem que derrubar. É por isso que acontece esse tipo de coisa. Se o cara conhece ele fala diferente, porque senão o que nos vamos provar depois, que tinha casarão.

Rodrigo: E esse museu a população sabe que tem, frequenta, recebe bastante turista?

Edivaldo: Pelo tempo que ela ficou fechada, o caiçara abandonou essa capela, na verdade. Por que ela fechou em 1964 e reabriu somente em 1991, olha só o tempo que ficou fechada, uns trinta e poucos anos. Então o povo perdeu a identidade com a capela. Só aqueles mais antigos que sabiam das festividades que tinha aqui e que tem aquele amor pelo local, como eu né? Que participava das festas com a minha mãe, meus parentes, então a gente tem aquele carinho pelo prédio, tem muito a ver com a nossa vida aqui. Mas é o que eu sempre falo, mas só aqueles que até 1964 viram isso aqui funcionando. Depois isso aqui se perdeu, se você for

falar com um caiçara que nasceu depois de 1970, dia 20 é dia de que? Ele não vai saber responder. Eu fico bobo com isso, não sabe que é dia do Padroeiro, nem sabe que tem santo padroeiro na Igreja. Fugiram tudo.

Rodrigo: No outro dia que eu vim aqui o Sr. contou sobre a historia da senhora que fazia os doces.

Edivaldo: Isso era na festa de Nossa Senhora do Carmo, era uma senhora chamada dona Alice, que morava aqui em frete, foi a ultima, antes era a mãe dela, que tinha a tradição de fazer os doces caseiros no dia da festa, no final da festa de Nossa Senhora do Carmo, ela distribuía para as crianças doces que ela mesma fazia que eram doce de mamãe, bala repuxada, que era uma bala feita com açúcar queimado, doce de banana, e balas de leite, tipo que a gente compra no mercado, só que ela fazia tudo artesanal. Ela distribuía no final do dia de Nossa Senhora do Carmo, fazia uma fila enorme aqui. Depois da missa e da procissão, fazia uma enorme fila na Sacristia de crianças para pegar as guloseimas, era super legal.

As prendas que eles davam, não eram como as prendas que hoje eles dão televisão, geladeira, as prendas eram: cacho de banana, peixe seco, pato, galinha, marreco, porco.

Rodrigo: Eram para comer né? Para a época devia se excelente...

Edivaldo: O cara ganhava um leitão e ficava feliz da vida, às vezes o leitão fugia aqui e era uma correria danada! Ficava até engraçado.

Rodrigo: Hoje, na população em geral, entre caiçara e morador, existem pessoas favoráveis a preservação tanto das festas como da parte arquitetônica.

Edivaldo: Olha eu acho que é bem dividido, hoje é dividido. Quem quer preservar mesmo é quem tem mais de 50 e poucos anos é quem pensa em preservar. É a nossa ultima geração que pensa em preservar, hoje é dividido. Porque o turista quando ele vem aqui, ele quer ver coisa da terra, é o que eles reclamam. Às vezes quando ele vem aqui no museu, perguntam para mim das festas que tinha aqui, quer saber como era, se tinha muita coisa aqui para ver da terra, não adianta, você acha que o turista vai vir ate aqui para ver Tanques da Petrobrás? Ver navio? Esses elefantes brancos que tem por ai, ver carga de navio, ver balsa indo para a ilha e voltando? Isso para o Turismo não serve. Ver esses cantores que eles trazem de fora?

Rodrigo: Em Julho, quando eu vim, tinha uma faixa escrita arraiá caiçara. Mas aí os cantores não tinham nada a ver.

Edivaldo: De Caiçara só tem o nome, ai eles gastam uma fortuna para trazer um dupla famosa como Zezé de Camargo e Luciano, nada contra os cantores, mas não tem nada a ver com o Caiçara. No passado era diferente, era o pessoal daqui. Os turistas gostavam muito de ver a dança folclóricas dos Índios Caiapós, Congada, dentro do horário certo, porque hoje você tem a Congada, que é o único que ainda existe, é a Congada do Bairro de São Francisco, ele já teve muito tempo parada agora retornou, mas já não é mais como antes, mas o horário que eles se apresentam é um horário fora, não é como antigamente que era de dia, hoje eles se apresentam a noite, a noite não é legal, tem que ser de dia. Na festa do padroeiro, dia 20 de janeiro, sempre os grupos folclóricos apareciam isso já era uma coisa perpetuada na época. Sempre de dia, nada de noite. Porque assim você pode ver os enfeites. Tem que ser de dia, até para quem for fotografar fica mais fácil.

Rodrigo: Outra coisa que eu queria que o Sr. contasse de novo e a historia daquele oratório que se abria na Sexta Feira Santa.

Edivaldo: A porta do passo ficou assim conhecida por causa da casa, a casa que ficava na Rua Bandeirantes, era uma casa de pau a pique, construção do século XVIII, e tinha um oratório grudado na parede, com abertura para a rua, de um lado tinha comércio do outro era moradia e tinha aquela porta fechada que ficava fechada durante todo o ano e só abria na quinta feira santa, para passar a procissão do encontro, que era uma procissão com nosso senhor dos passos, que carrega uma cruz nos ombros, é essa imagem que está aqui no museu. Ele saia daqui da Capela de São Gonçalo, que hoje é o museu, carregado pelos homens e ia se encontrar com Nossa Senhora das Dores, que ficava lá na Matriz, Então fazia o encontro, o quarto passo da Via Sacra, bem em frente ao Oratório, que era o mais importante. Lá dentro do oratório, tinha um quadro do século XVIII, uma pintura, enfeitavam com Flores, e mais um quadrinho menor que representava o quarto passo da via Sacra, e dali seguiam para a Matriz para ali darem o desfecho final, que era a crucificação com o Jesus que já estava lá preparado, para ser crucificado. Isso também aconteceu até 1963, aí eu volto a falar desse padre, que acabou com todas as festas, pois ele disse que não queria mais procissão do encontro e acabou com a festa. A porta fechou e não abriu mais, até a casa cair. A casa caiu em 1968, ela foi para o chão, e o oratório ficou embaixo dos escombros por uns 15 anos, quando ele foi retirado de lá, ele já estava em pedaços, aí nós guardamos uns pedaços dele,

sempre guardando, guardando, até que em 1997 ele foi restaurado foi descoberto que havia uma pintura por baixo das camadas de tinta, e ta aqui na capela e não sai mais.

Rodrigo: E a população respeitou a opinião do padre?

Edivaldo: Não ta nem aí. A população acatava a decisão do padre. O padre mesmo induzia as pessoas. Dentro mesmo da igreja, ele falava: - Gente de agora em diante, não vai ter mais festa para São Benedito, não vai ter mais festa para Santo Antonio, não vai mais ter a Coroação de Nossa Senhora. Isso tudo já era! - Assim mesmo ele falava.

Para induzir as crianças sabe o que ele falava? – Crianças o que vocês acham que e mais importante a mãe do presidente ou o presidente? - A criançada ficava parada sem responder. Ai ele mesmo falava: - O presidente não e? A criançada respondia: - E! Então ele dizia que não era mais para fazer a festa para Nossa Senhora. Minha mãe que era muito religiosa dizia: E mais se não fosse a Mãe não teria o filho. Ela ate brigou com o Padre. Outra coisa que ele acabou, em maio, no mês de Maria, tinha a novena, e depois as crianças levavam flores para o altar de nossa senhora, ai tinha a coroação, ele também acabou com isso.

Rodrigo: E a historia dos caixões?

Edivaldo: Então historia dos caixões, e a seguinte, tinham seis caixões aqui que eram comunitários, quando morria um pobre, uma pessoa que não tinha condições, o povo vinha aqui e pedia ao padre o caixão, levava para a casa do defunto, por que naquela época os velórios aconteciam em casa, colocavam em cima de uma mesa, punham o morto dentro enrolado em um lençol branco, e velavam o corpo, depois eles faziam o corteja, às vezes de muito longe, lá do bairro São Francisco, e tinham que passar aqui na Igreja, para o padre benzer, senão não enterrado, por que o cemitério é aqui atrás e faziam a cova, enterravam o morto enrolado no lençol e devolviam o caixão aqui na igreja, para caso outra pessoa precisasse. De vez em quando o padre aqui da capela lavava os caixões e colocava para secar aqui na rua em frete a Capela. O Caixão tinha três nomes: Caixão dos Pobres, Caixão de São Benedito e Caixão Comunitário. Eu fiquei sabendo que eram seis outro dia, quando eu era criança cheguei a ver três aqui na frente secando.

Rodrigo: O senhor Acha que os turistas vem para São Sebastião, interessado pelo patrimônio e historias locais?

Edivaldo: E lógico, o turista quer saber a historia da cidade.

Rodrigo: Então eles vêm em busca disso? E os que vão para as praias mais afastadas?

Edivaldo: O que passa por aqui sim tem o povo que vai para a praia, que só quer saber de praia, mas tem muitos que querem saber de historia. Aí chegam aqui e não encontra nada, ai fica desapontado. Ai vem e encontra gente falando alguma coisa e ai volta para ouvir, e aí demoram um ano para voltar e quando voltam, voltam com mais gente para eu contar as historias que eu contei, como por exemplo, a historia do santo de foi preso.

Rodrigo: Historia do Santo que foi preso, o Sr. Já contou, mas pode repetir?

Edivaldo: Uma pessoa morreu e o povo falava que o Santo tinha castigado aquela pessoa, e para o povo aqui, o Santo tinha matado a pessoa. Então o Delegado não sabia quem prender, prendeu a Imagem do Santo, apesar de que outro dia passou um advogado ai, e conversando comigo, nos tocamos neste assunto e ele falou que viu o documento, leu o documento, disse que era muito grande. Aí pegaram o documento e disseram que este documento esta em Campinas, na casa de um advogado. Mas esse documento devia estar aqui né?

Rodrigo: Lógico.

Edivaldo: Seria legal, porque ai a gente ia saber da vida da pessoa, quem era a pessoa que o Santo "matou", o advogado que eu conversei, disse que o nome do cara era João Baleia mesmo, o apelido.

Dizem que o Benedito Ruy Barbosa tem copia desse documento, mas ele precisava estar aqui para poder fazer o restauro.

Rodrigo: O Sr. acha que a população é favorável ao turismo?

Edivaldo: Eu acho que não. O pessoal mesmo não gosta do turista. Eles acham que o turista destrói, acabam com as praias, traz sujeira, e não serve para nada. Por que eles passam e não param aqui. Mas não entendem que o turista não param aqui por que não tem atrativo. Ate um tempo atrás estava pior ainda, porque nem restaurante tinha, tinham fechado tudo.

Rodrigo: Eu lembro que quando eu era pequeno, eu ia para Caraguá, e vinha almoçar em São Sebastião, e tinha muito mais restaurantes do que tem hoje.

Edivaldo: Exatamente, tem muita coisa fechada, tá uma decadência danada.

Rodrigo: Há algum tempo atrás eu vim para São Sebastião e tinha um único restaurante aberto que só aceitava pagamento em dinheiro.

Edivaldo: Você vê que Caraguatatuba cresceu assustadoramente de repente. A partir daquele

ano que entrou o Antonio Carlos, o atual Prefeito, fez um revolução em Caraguá. Ate o

Centro histórico, o arquivo histórico deles tá bonito. Tá bonito o museu lá, eles fizeram até

um casinha caiçara, com barulho de mar, tem um pescador sentado, pelo menos ta contando a

historia toda. Ta melhor que aqui, porque aqui não tem museu da cidade, só tem esse que e o

de arte sacra.

Rodrigo: Mas o senhor não acha que e porque lá eles dependem do turismo?

Edivaldo: Lá depende do turismo mesmo. Para sobreviver eles desenvolveram o turismo.

Mas agora eles vão entrar na era Petrobrás. Eles vão pagar os pecados deles mesmo. Porque a

hora que a Petrobrás tiver pronta, lá vai começar a corrupção por causa do dinheiro. Ai não

vai, mas depender do turismo e vai acontecer o que aconteceu aqui. Como eu falei para você.

Ate o finalzinho dos anos 50, antes da Petrobrás chegar, havia um pequeno turismo aqui

ainda. Ai a Petrobrás chegou e começou a poluir, e o medo dos tanques, porque dá medo!

Rodrigo: Porque o turista passando pela estrada ele não tem noção da quantidade de tanques,

só com vista aérea.

Edivaldo: Justamente, com foto aérea, que eu já tenho tantas, você passa a ter essa noção.

Rodrigo: Aí o turista vai para as praias mais distantes?

Edivaldo: Pois é ele passa a ir para Maresias, Boiçucanga, e chegam no domingo aqui e não

tem nada. Hoje ainda tem barulho aqui por causa da eleição, senão não tem nada, não passa

uma viva alma aqui é um cemitério.

Entrevista: Potira Augusto, comerciante.

Rodrigo: Você nasceu em São Sebastião mesmo?

Potira: Nasci em São Sebastião, mas moro em Caraguatatuba a muito tempo.

Rodrigo: Seus pais são de onde?

Potira: Toda a minha família nasceu em São Sebastião

131

Rodrigo: O que você sabe sobre a preservação do Patrimônio em São Sebastião?

Potira: Eu sei que existem casas que são tombadas, acho que é esse o nome, pois não podem ser demolidas. A cidade tem uma parte muito antiga.

Rodrigo: E sobre patrimônio cultural, você saberia me dizer alguma coisa? Se existiam festas ou outras comemorações típicas da região.

Potira: Olha, eu mesmo não conheço muita coisa, mas como eu disse, minha família é toda de São Sebastião e minha avó participava de várias festas na cidade, existiam muitas festas religiosas, tinha festa, acho que era a do padroeiro, que durava a semana inteira. Tinha participação de grupos folclóricos, comidas típicas.

Rodrigo: E porque você acha que isso não existe mais?

Potira: Acho que desinteresse mesmo do povo, quem é mais novo não tem interesse em ficar na região, porque não tem nada para fazer em São Sebastião. Até mesmo na temporada, não tem nenhuma diversão, além dos restaurantes e da sorveteria. É tudo morto.

Rodrigo: Mesmo na temporada?

Potira: Na temporada até aparece uma coisa ou outra, mas tudo é muito caro, e tem muito transito. Na última temporada fui até são Sebastião com a minha sobrinha, demorei quase duas horas, para chegar de ônibus, coisa que fora da temporada, eu demoro 45 minutos, Porque eu moro no Porto novo, perto da ponte. Cheguei em São Sebastião, dei uma volta na cidade e fui tomar um sorvete lá no Rocha, parecia sorvete de ouro, porque eu gastei R\$ 18,00, em dois sorvetes. Um absurdo, fora de temporada, acho que eu não gastaria a metade.

Rodrigo: Então você está me dizendo que a temporada é ruim para vocês, moradores?

Potira: Não é que seja ruim, é que tudo fica muito mais caro, tem muito transito. Mas para o comércio é bom, a cidade fica mais segura, porque tem sempre muita policia, eles estão instalando câmeras de vídeo pelo calçadão inteiro, outro dia eu estava no ponto de ônibus, e aqui tem a gangue da bicicleta, eu estava falando no celular e tomaram da minha mão. Na verdade o que acontece é que todos ficam esperando chegar a temporada e com isso chegar os turistas, mas depois de alguns dias todo mundo não vê a hora de acabar a temporada e voltar o sossego. Aqui tem muita miséria, em Barequeçaba mesmo, quando você vai pela estrada, você vê mata, floresta, mas dentro desta mata, é cheio de barracos, que ficam encobertos.

Rodrigo: E as praias, você frequenta as praias?

Potira: Só fora de temporada, na temporada não vou de jeito nenhum. Tem muita gente, levam cachorro na praia e eu não gosto.

Rodrigo: Existe algum tipo de preocupação por parte da Prefeitura?

Potira: Em São Sebastião a prefeitura e nada é a mesma coisa. Em Caraguá, existe uma preocupação maior por parte da Prefeitura. Isso devido ao Prefeito, pois o Antonio Carlos é um homem de visão, Caraguá tem hospital, tem mais opção de ensino e agora terá também um mercado central.

Rodrigo: Voltando a falar de São Sebastião, você acha que a Petrobras é boa ou ruim para São Sebastião?

Potira: Depende, a Petrobrás invadiu demais a cidade, ela não tem mais para onde crescer. Eu sei que a empresa deve pagar muitos impostos, mas a população não deveria ser marginalizada. São Sebastião hoje é só para os ricos.

Entrevista: Henrique Camargo – Turista de 2ª residência, funcionário público federal.

Rodrigo: Você mora em São Sebastião?

Henrique: Não, eu moro em São Paulo e tenho casa em Caraguatatuba desde 1981.

Rodrigo: Você costuma vir muito para o Litoral Norte?

Henrique: Sim, nas férias costumo vir bastante, e nos feriados e finais de semana sempre estou aqui nessa região. Eu trabalho no Cefet de São Paulo e lá em Caraguá tem uma unidade da escola. Às vezes venho a trabalho e depois passo o final de semana aqui na região.

Rodrigo: Qual a sua principal motivação para vir para Caraguá e São Sebastião?

Henrique: Como eu disse anteriormente, eu costumo vir a trabalho, mas venho muito a lazer também. Gosto de ir pras praias, principalmente as mais distantes que são limpas, isso vale pras duas cidades que você falou. As praias mais centrais são poluídas demais.

Rodrigo: Já que você falou sobre poluição, você que frequenta o litoral há muitos anos, como que você encara essa questão da poluição das praias? Você deixa de vir pra cá por causa desse problema?

Henrique: Olha Rodrigo, na verdade o que eu faço e acredito que muita gente também faça, é

ir cada vez mais pras praias mais distantes que não são poluídas. Mas não deixo de vir, pois

tenho casa aqui na região, então sempre acabo dando uma esticada até aqui.

Rodrigo: Com relação ao meio ambiente, as matas, o que você acha que mudou e continua a

mudar?

Henrique: Infelizmente, cada verão que passa, a gente vê mais condomínios serem

construídos, e mais matas serem derrubadas. Lá em Caraguá foi aprovada uma lei que

autoriza a construção de prédios de dez andares. Isso vai contribuir para a construção de

paredões e que a médio prazo vão acabar deixando a cidade mais quente, pois a brisa do mar

não vai chegar, não vai conseguir passar esse paredão. É o chamado efeito paredão.

Rodrigo: Antes qual era o limite de construção?

Henrique: Até seis andares.

Rodrigo: Você tem interesse pela cultura local ou regional?

Henrique: Sim, gosto muito de ir a museus e passear pelo centro histórico de São Sebastião.

Em Caraguá, o museu que fica no centro da cidade é muito recente, acredito que ele seja de

2002, mas já é um começo, mas infelizmente a impressão que eu tenho é que as pessoas que

cuidam do turismo no litoral norte são muito amadoras. O museu que eu falei, ele abre apenas

a tarde, se chover e as pessoas forem para o centro vão encontrar tudo fechado. Acho que

deveriam trazer pessoas de fora, que saibam como explorar o turismo.

Rodrigo: Como assim? Explique melhor.

Henrique: Outro dia o secretário de turismo falou das condições de moradia da população,

quem deveria fazer isso é o secretário de habitação, o de turismo tem que se preocupar em

trazer turistas pra cidade. E isso porque o secretário de turismo é professor em uma faculdade

de Caraguá. O problema maior como eu citei antes, é o amadorismo.

Rodrigo: Como turista o que você acha que tem que mudar (ou não)?

Henrique: O grande entrave hoje, eu acho que é a falta de infra-estrutura nas praias,

banheiros, lixo, esgoto que muitas vezes vai para a praia, em algumas praias não tem sinal de

celular. O amadorismo também ajuda a complicar esse problema, pois quem deveria "vender"

134

a cidade pros turistas, muitas vezes só faz besteira. Em São Sebastião, os turistas acabam passando rapidamente pelo centro e indo para as praias mais distantes. Quando param no centro é para ir a supermercados e depois seguir viagem. Muita gente só conhece o entorno da praia que freqüenta. Agora eu percebo uma falta de visão muito grande em São Sebastião e em Caraguá, muitos acreditam que a temporada acaba logo depois do carnaval, que o limite para ganhar dinheiro é essa época, mas na verdade como turista, vejo que o que falta são eventos que consigam segurar os turistas por mais tempo.

Rodrigo: Você pode dar algum evento como exemplo?

Henrique: Durante o ano acontecem vários eventos na cidade de Caraguatatuba, mas nunca fico sabendo quando vão acontecer, vem muita gente de São Paulo pra cá, mas mesmo assim, eles não fazem propaganda em São Paulo, quem tem casa na cidade, só fica sabendo quando chega a sua casa, mas muitas pessoas não ficam sabendo e esses eventos acabam ficando as moscas. Em são Sebastião, os eventos importantes ficam concentrados nas praias distantes, e o centro da cidade não ganha nada com isso.

Rodrigo: Mas por ser distante como que o centro pode ganhar com isso, na verdade a prefeitura ganha porque existe a geração de impostos nessas praias.

Henrique: Sim, é verdade, a prefeitura ganha, mas se você for para essas praias mais distantes vai perceber que muitos funcionários não são moradores da região e sim de São Paulo e do Vale do Paraíba, além de que muitos estabelecimentos comerciais pertencem a pessoas de fora de São Sebastião. Ou seja, você está certo, a prefeitura arrecada nesses eventos, mas a população fica de fora.

Rodrigo: Vamos voltar na questão da cultura.

Henrique: Sim, eu falo demais e misturo vários assuntos, pode me cortar quando quiser.

Rodrigo: Ok. O que você acha dessa questão: preservação versus progresso?

Henrique: Olha, em São Sebastião a geografia impede o crescimento local, mas eu acredito que destruir o patrimônio histórico é vender muito caro a cidade. Por exemplo, eu acho que a Petrobrás, poderia ocupar algumas enseadas perto de Caraguatatuba e desocupar áreas no centro da cidade de São Sebastião, afinal, a cidade tem que crescer, mas sem destruir a história local.

Rodrigo: Mas você acha que o turista conhece esse patrimônio histórico de São Sebastião?

Henrique: Olha, eu acho que pessoas da minha idade até conhecem e se interessam, mas é como eu falei antes, o centro é um ponto de passagem, muitos vão para as praias mais

distantes e param apenas por conveniência e logo seguem viagem.

Rodrigo: O que você conhece do patrimônio histórico da cidade?

Henrique: Eu gosto de passear entre os casarões, aliás, num quarteirão atrás da avenida da

praia existem vários exemplares.

Rodrigo: Atrás da Avenida Altino Arantes.

Henrique: Isso, se você sair andando vai encontrar vários casarões históricos, mas que na verdade muitos turistas não conhecem, pois não andam por ali. Os poucos que param na cidade, no centro, vão no máximo na avenida Altino Arantes, onde tem alguns restaurantes e sorveterias, e só. Isso eu posso falar por freqüentar a região a mais de 20 anos.

Rodrigo: Você conhece alguma festa típica da região?

Henrique: Sim, o festival do mexilhão, que simboliza o início da temporada de pesca.

Rodrigo: Fora esse festival, você conhece alguma festa que remete a cultura local?

Henrique: Eu sei que tem algumas festas, mas só de ouvir alguns vizinhos falarem. Eu não conheço nenhuma, nem sei dizer o nome.

Entrevista - Marize Gouveia, turista de segunda residência.

Rodrigo: O que você (turista) acha do turismo em São Sebastião?

Marize: É uma cidade agradável, com patrimônio histórico preservado em boa parte. Os restaurantes poderiam ser melhores. Eu costumava vir pra São Sebastião para almoçar e passear no centro histórico, mas hoje em dia isso ta meio difícil, pois quase não tem mais restaurantes, quase todos fecharam ou perderam qualidade.

Rodrigo: Você acha que o turismo contribui para o desmatamento e poluição das praias?

Marize: Sim, isso é praticamente inevitável. Mas, creio ser possível preservar algumas praias,

já que isso atrai mais turistas e dá lucro aos comerciantes.

Rodrigo: Quais os principais problemas que um turista enfrenta na região?

136

Marize: Os problemas são: o trânsito nas estradas, o excesso de pessoas nos feriados prolongados, o medo de ter seus pertences e residência furtados.

Rodrigo: Você acredita que o turista sabe que no centro histórico de São Sebastião existe um vasto patrimônio histórico?

Marize: Não, ainda mais agora que não tem muitos restaurantes e as pessoas, pelo menos as que eu conheço, do meu condomínio estão deixando de vir para cá. Mas é melhor do que o centro de Ubatuba aonde costumo ir com mais freqüência.

Rodrigo: Você acha que esse patrimônio está ameaçado?

Marize: Não tenho reparado em pichações ou depredações nas vezes em que estive na cidade. Acho, no entanto, que as lojas poderiam se adaptar mais à arquitetura da cidade.

Rodrigo: Você conhece algum exemplo de cultura caiçara, alguma festa, dança típica que existia e hoje não existe mais?

Marize: Não. Sinceramente, conheço pouco dessa cultura.

Rodrigo: Existe alguma história, alguma lenda local que você conheça?

Marize: Não, desconheço totalmente a cultura local.

Rodrigo: É correto o pensamento que a cidade tem que crescer e para isso o patrimônio histórico pode ser sacrificado?

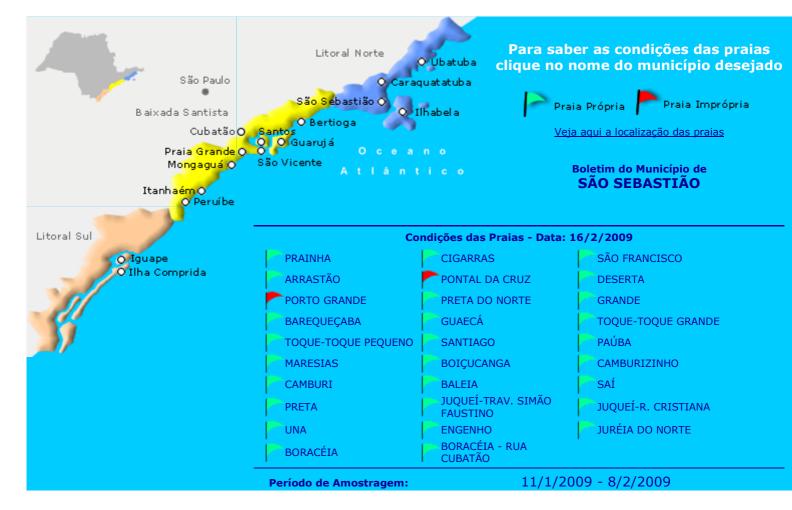
Marize: As duas coisas podem ocorrer, sem que haja sacrifício. Basta o governo e as pessoas quererem.

Rodrigo: Você já foi hostilizada alguma vez?

Marize: Apenas digo que no comércio os trabalhadores não me dão muita atenção e, muitas vezes, não sabem atender direito. Não me lembro de ter sido hostilizada por moradores locais.

Anexo I

Mapa de qualidade das praias



Prezado(a) Sr.(a)

O projeto o desenvolvimento turístico do município de São Sebastião e sua influência no patrimônio cultural e natural orientado pela Profa. Dra. Sênia Regina Bastos tem como objetivo geral analisar o patrimônio histórico e o meio ambiente e relacioná-los com o desenvolvimento do turismo no município.

A minha participação na atividade de campo é voluntária, sendo que não receberei qualquer forma de remuneração.

Poderei entrar em contato com o responsável pela atividade de campo, **Prof Dra. SÊNIA REGINA BASTOS**, sempre que julgar necessário através do telefone: (11) 9231-1840.

Este Termo de Consentimento é feito em 2 (duas) vias, de maneira que uma permanecerá em meu poder e a outra com o aluno responsável e obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida atividade de campo.

Eu, abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário(a) da atividade de campo supracitada, sob responsabilidade do estudante Rodrigo de Benedictis Delphino, aluno do Mestrado em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi, e da **Prof^a Dra. Sênia Regina Bastos**, professora do curso de Pós Graduação.

São Paulo, 1 de de 2009

Rodrigo De Benedictis Delphino

Eu, Henrique de C. Kottke RG nº 6797.87, autorizo a gravação e transcrição desta entrevista.

Prezado(a) Sr.(a)

O projeto o desenvolvimento turístico do município de São Sebastião e sua influência no patrimônio cultural e natural orientado pela Profa. Dra. Sênia Regina Bastos tem como objetivo geral analisar o patrimônio histórico e o meio ambiente e relacioná-los com o desenvolvimento do turismo no município .

A minha participação na atividade de campo é voluntária, sendo que não receberei qualquer forma de remuneração.

Poderei entrar em contato com o responsável pela atividade de campo, **Profⁿ Dra. SÊNIA REGINA BASTOS**, sempre que julgar necessário através do telefone: (11) 9231-1840.

Este Termo de Consentimento é feito em 2 (duas) vias, de maneira que uma permanecerá em meu poder e a outra com o aluno responsável e obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida atividade de campo.

Eu, abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário(a) da atividade de campo supracitada, sob responsabilidade do estudante Rodrigo de Benedictis Delphino, aluno do Mestrado em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi, e da **Prof[®] Dra. Sênia Regina Bastos**, professora do curso de Pós Graduação.

São Paulo, 10 de 2009

_	Rodrigo De Bo	enedictis Delphin	no	
Eu, <u>Mange</u> gravação e transcrição e	desta entrevista.	, RG n°	6. 606.398	autorizo a
_		veia_		

Prezado(a) Sr.(a)

O projeto o desenvolvimento turístico do município de São Sebastião e sua influência no patrimônio cultural e natural orientado pela Profa. Dra. Sênia Regina Bastos tem como objetivo geral analisar o patrimônio histórico e o meio ambiente e relacioná-los com o desenvolvimento do turismo no município.

A minha participação na atividade de campo é voluntária, sendo que não receberei qualquer forma de remuneração.

Poderei entrar em contato com o responsável pela atividade de campo, **Profⁿ Dra. SÊNIA REGINA BASTOS**, sempre que julgar necessário através do telefone: (11) 9231-1840.

Este Termo de Consentimento é feito em 2 (duas) vias, de maneira que uma permanecerá em meu poder e a outra com o aluno responsável e obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida atividade de campo.

Eu, abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário(a) da atividade de campo supracitada, sob responsabilidade do estudante Rodrigo de Benedictis Delphino, aluno do Mestrado em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi, e da **Prof^a Dra. Sênia Regina Bastos,** professora do curso de Pós Graduação.

São Paulo, de DARIO de 2009		
Rodrigo De Benedictis Delphino		
Eu, <u>Juniele Vatira Augusto</u> , RG nº 23483506 auto gravação e transcrição desta entrevista. <u>Juniele Vatira Augusto</u> .	orizo	a

Prezado(a) Sr.(a)

O projeto o desenvolvimento turístico do município de São Sebastião e sua influência no patrimônio cultural e natural orientado pela Profa. Dra. Sênia Regina Bastos tem como objetivo geral analisar o patrimônio histórico e o meio ambiente e relacioná-los com o desenvolvimento do turismo no município.

A minha participação na atividade de campo é voluntária, sendo que não receberei qualquer forma de remuneração.

Poderei entrar em contato com o responsável pela atividade de campo, **Prof**[®] **Dra. SÊNIA REGINA BASTOS**, sempre que julgar necessário através do telefone: (11) 9231-1840.

Este Termo de Consentimento é feito em 2 (duas) vias, de maneira que uma permanecerá em meu poder e a outra com o aluno responsável e obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida atividade de campo.

Eu, abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário(a) da atividade de campo supracitada, sob responsabilidade do estudante Rodrigo de Benedictis Delphino, aluno do Mestrado em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi, e da **Prof[®] Dra. Sênia Regina Bastos,** professora do curso de Pós Graduação.

São Paulo, 17 de 2009

Rodrigo De Benedictis Delphino

Eu, Edwaldo Narimuro RG gravação e transcrição desta entrevista.

RG nº 5517475 autorizo a